

BCME.DOAÇÃO

CAEN - BIBLIOTECA

T338.188131  
C332p  
T

N.Cham. T338.188131 C332p T  
Autor: Casela, Marlene  
Título: O "Puzzle" da questão agraria :



00896268 Ac. 27956  
UFCE - BCME

O "PUZZLE" DA QUESTÃO AGRARIA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O PRODUTOR  
FAMILIAR RURAL

BCME - BIBLIOTECA

BCME.LOÇÃO

O "PUZZLE" DA QUESTÃO AGRÁRIA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O PRODUTOR  
FAMILIAR RURAL

MARLENE CASELA

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM  
ECONOMIA - CAEN - PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

BCME-BIBLIOTECA

FORTALEZA - 1991

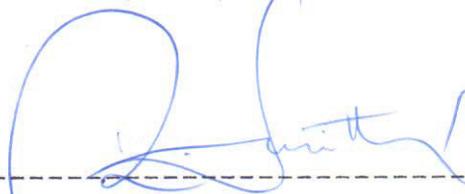
Esta dissertação faz parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.



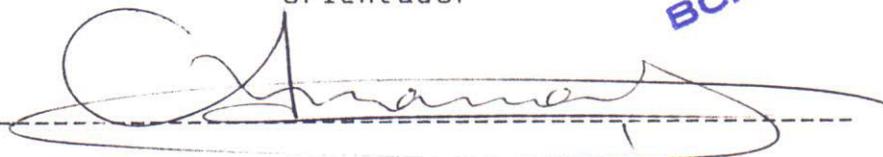
Marlene Casela

Dissertação aprovada em 08.03.91

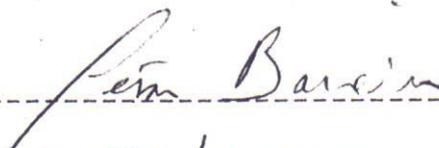


Prof. Dr. Roberto Smith

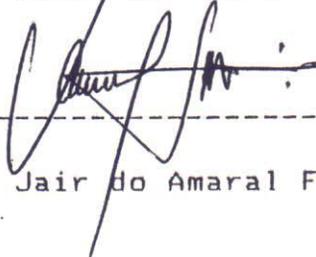
Orientador



Prof. Dr. Álvaro Manoel



Prof. Dr. César Barreira



Prof. Dr. Jair do Amaral Filho

BCME - BIBLIOTECA

*A FAMILIA CASELA E  
A MINHA PROPRIA VIDA*

BCME - BIBLIOTECA

"Quando a ciência deixa de explicar para simplesmente justificar, ela se torna frágil na sua aparente fortaleza. Ao tentar ser uma teoria de uma suposta prática, ela se torna uma teoria indeterminada, porque deixa de ser uma teoria da prática."

(José de Sousa Martins)

## AGRADECIMENTO

A elaboração de uma dissertação de mestrado é uma tarefa menos árdua quando se pode contar com o apoio de pessoas e instituições. Nesse sentido, gostaria de agradecer:

Ao CAEN, enquanto instituição, que me possibilitou um rico aprendizado e o amadurecimento do conhecimento; colocando a minha disposição toda a infra-estrutura necessária para a elaboração desta dissertação. A CAPES e ao CNPQ que me proporcionaram recursos financeiros necessários, durante a fase de crédito e projeto. A Fundação FORD que, através do departamento de economia rural da UFC, concedeu-me uma bolsa para o término desta dissertação, possibilitando a tabulação dos dados e a realização de entrevistas com os produtores rurais na Serra da Ibiapaba. A CEPA pelo apoio recebido na fase de coleta de dados e por permitir a utilização dos dados referentes às pesquisas realizadas, também, na Ibiapaba.

A todos professores do CAEN pela forma digna e ética que desempenham a profissão e pelos conhecimentos repassados, durante o curso de mestrado, que em muito contribuíram para a minha formação profissional e pessoal. E aos funcionários do CAEN, principalmente à Estrela, Carmem, Lecy, Edna e Aloisio, pelo apoio recebido e serviços prestados.

Aos professores Linda Gondin e Roberto Smith pelos conhecimentos, experiência e amizade emprestados durante todo o curso de mestrado e principalmente no período de elaboração desta dissertação. A solidariedade e a riqueza das discussões propiciadas nos diversos encontros foram indispensáveis para a efetivação deste trabalho. Aos professores Assuero, Dantas e Aécio pelos ensinamentos recebidos durante as disciplinas cursadas e pelo respeito que me foi dispensado, enquanto pessoa humana.

A banca examinadora composta pelos professores: Alvaro Manoel, César Barreira, Jair do Amaral e Roberto Smith pela rapidez na leitura dos trabalhos e pelas valiosas contribuições sugeridas durante a defesa. Aos professores Peter May e Alvaro Manoel por terem compartilhado comigo os seus conhecimentos e suas experiências e por terem me mostrado que qualquer estudo simples se torna complexo quando se observa, além da teoria, a realidade. A confiança que vocês demonstraram na minha capacidade e neste estudo foram essenciais para a realização deste trabalho.

Ao Cleber pela sinceridade de sua amizade, pelo conforto e solidariedade demonstradas em todas os momentos de nosso convívio. A Joana D'arc pelo crédito de confiança que sempre empresta as minhas ações, pelo estímulo e pela ajuda constante, durante este trabalho. Ao Sr Teixeira e à Sra Iracilda, e à toda família Teixeira, por terem me acolhido como filha e me proporcionado

o conforto material e emocional tão necessários. A Maria do Socorro, pelo companheirismo das madrugadas de diversões e trabalho, pela fraternidade e solidariedade. Juntas começamos e terminamos esta etapa de nossas vidas.

A turma do Bar da Economia e às minhas amigas: Ana, Júlia, Luciana, Lucilha, Selma e outras pelos momentos de diversões e companheirismo. Ao pessoal do Escritório Regional do DIEESE-CEARA pela disposição de sempre contribuir para a efetivação deste trabalho. A Jô pela amizade, pelos conselhos profissionais e pela disposição de sempre ajudar.

Aos meus pais e aos meus irmãos: Marcos, Mônica, Fafá e Marilda que, apesar da distância, sempre estão presentes nos momentos de minha vida. Vocês me ensinaram a ter confiança em mim e na vida e a ousar sempre. O apoio financeiro, emocional e a confiança que vocês depositam em mim são indispensáveis para que eu possa realizar meus projetos profissionais e pessoais.

A todos que de uma forma ou de outra estiveram ou estão presentes em minhas vidas.

SUMARIO

BCME-BIBLIOTECA

1 INTRODUÇÃO.....	01
2 QUESTÃO AGRARIA X QUESTÃO CAMPONESA: UMA REFLEXÃO SOBRE A REALIDADE OU SOBRE AS TEORIAS?.....	07
2.1 <u>Debate político</u> .....	09
2.2 <u>Análise das interpretações sobre a questão agrária: revisão e comentários</u> .....	17
2.2.1 O Entendimento marxista.....	17
2.2.2 Chaynov: Uma interpretação populista.....	28
2.3 <u>Outros aspectos do debate entre populistas e marxistas</u> .....	33
3 AMÉRICA LATINA: UM ENFOQUE SOBRE A QUESTÃO AGRARIA E A UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL NO SÉCULO XX.....	55
3.1 <u>Visão estruturalista do campo</u> .....	56
3.2 <u>A Evolução das idéias marxistas e populistas na América Latina</u> .....	61
3.3 <u>Sobre a teoria da modernização</u> .....	72
3.4 <u>O "Agro" latino americano hoje: transformações e tendências</u> .....	79
4 O SETOR AGRARIO E A UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	87
4.1 <u>Aspectos importantes sobre a formação econômica do Brasil</u> ..	92
4.2 <u>A Agricultura no processo de industrialização de 1930 à 1960</u> .....	96
4.3 <u>O Conflito e a convergência de idéias sobre as transformações do setor agrícola pós-1960</u> .....	105

5 NORDESTE: O SETOR AGRARIO E AS PARTICULARIDADES DE UM ESPAÇO DO BRASIL.....	128
5.1 <u>Setor agrário nordestino: comportamento e transformações.</u>	136
5.2 <u>Os Programas governamentais: SUDENE uma intervenção propulso- ra das transformações.</u> .....	150
5.3 <u>Os Elementos estruturais: fatores que "entram" as transfor- mações.</u> .....	157
6 UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL: UM ESTUDO DO PRODUTOR DA IBIAPABA-CEARA.....	169
6.1 <u>Aspectos metodológicos.</u> .....	177
6.2 <u>Análise censitária.</u> .....	181
6.3 <u>Produtor familiar rural: uma investigação sobre o seu compor- tamento.</u> .....	189
6.4 <u>Comentários sobre os dados apresentados.</u> .....	205
6.5 <u>Resultado da pesquisa direta junto ao produtor familiar na Ibiapaba.</u> .....	210
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	220
8 SUMMARY.....	225
9 BIBLIOGRAFIA.....	226
10 ANEXOS.....	227

BCME-BIBLIOTECA

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado objetiva estudar o comportamento e as transformações da unidade de produção familiar rural no modo de produção capitalista. Mais especificamente, podemos dizer que, ao nível teórico, este trabalho tem como proposta recuperar o debate entre populistas e marxistas no século XIX e, a partir desta recuperação, compreender os desdobramentos deste debate para a América-Latina e para o Brasil.

Assim, primeiramente, é feita uma exposição do pensamento marxista e populista sobre a questão agrária e a questão camponesa. Basicamente são abordadas as formulações sobre o processo de desenvolvimento e da transformação do setor agrário no modo de produção capitalista. Nesta abordagem alguns aspectos são ressaltados, tais como: as tendências deste processo, no que diz respeito à permanência ou à extinção da unidade de produção familiar rural; os tipos de inserção destas unidades no setor agrário; as especificidades destas unidades de produção, etc.

Em segundo lugar são abordadas, de forma geral, as especificidades do desenvolvimento econômico das sociedades latino-americanas, enfatizando o comportamento e as transformações do setor agrário. A seguir, é feita uma recuperação do pensamento estruturalista-cepalino, do entendimento dos "campesinistas" e dos "descampesinistas" sobre o setor agrário latino-americano e da teoria da modernização.

Nesta recuperação é enfatizado, sobretudo, a questão do produtor familiar rural no contexto do desenvolvimento econômico destas sociedades, notadamente no setor agrícola.

A seguir, é feito um estudo da realidade brasileira principalmente, a região Centro-Sul, no tocante ao comportamento e transformações do setor agrário, notadamente no pós-60. Também, é ressaltado a compreensão dos estudiosos brasileiros sobre a inserção do produtor familiar rural no processo de transformação deste setor. Dessa forma, objetiva-se investigar, à luz da sociedade brasileira, os aspectos teóricos levantados.

Em quarto lugar, é realizado um estudo da região Nordeste, onde o estilo das transformações do setor agrário assume um caráter diferenciado. Assim, são estudados os fatores que influenciam nestas transformações, impulsionando-as ou restringindo-as.

Finalmente, é feita uma pesquisa sobre a unidade de produção familiar rural da Serra da Ibiapaba, micro-região do Estado do Ceará. Neste estudo são utilizados dados censitários, dados coletados pela CEPA-CE no ano de 1978 e os que foram coletados, pela autora, diretamente em 1987. Através destas informações objetiva-se mostrar as especificidades destas unidades de produção e a sua articulação com o mercado de fatores de produção, de produtos e de crédito.

## 1 INTRODUÇÃO

A proposta desta dissertação de mestrado é investigar ao nível teórico o comportamento e as transformações do produtor familiar rural no modo de produção capitalista. Entende-se que é sobre esse assunto que se concentra a preocupação dos estudiosos da questão agrária. Mais especificamente, pensamos que os estudos sobre a questão agrária buscam compreender e apreender o comportamento desse "ator social", perante as transformações do setor agrário em dito modo de produção.

A partir do século XIX, encontra-se na literatura corrente sobre esse tema algumas formulações que buscam aprisionar o destino desse "ator social"; isto é, procura-se traçar algumas tendências sobre seu comportamento. Acreditava-se que o conhecimento do movimento imanente do capital, sujeito principal desse modo de produção, era suficiente para desvendar o movimento real que dito modo de produção assumia nas sociedades.

Descaracterizava-se, assim, dois importantes elementos. O primeiro está relacionado a conformação da estrutura produtiva dos países que assumia conotações diferenciadas, devido às especificidades do processo de formação histórica. O segundo está associado ao fato de se estudar um "ator social" e, portanto, não seria possível transformá-lo numa mera variável explicativa dos modelos analíticos.

Os que pensavam diferente, isto é, os que entendiam que

era necessário desenvolver uma análise específica para esse "fator social", pois este se mostrava pouco compreensível à luz das categorias do modo capitalista de produção, desprezaram a influência exercida pelo contexto econômico, social e político, em que esse "ator social" se inseria. Dessa forma, também, procuraram traçar algumas tendências sobre seu comportamento que, neste caso, seria definido por si próprio. **BCME-BIBLIOTECA**

Enraizados nas "leis tendenciais", os estudos contemporâneos tem esbarrado numa série de dificuldades para compreender o comportamento deste produtor, face às transformações que se tem assistido no setor agrário. De um lado, depara-se com os estudos que, seguindo a primeira vertente, procuram mostrar que o produtor familiar se transforma conjuntamente com o setor agrário. Essa transformação, implicaria num processo de diferenciação interno no grupo constituído pelos produtores familiares, que termina por provocar um expurgo dentro desse grupo, de modo que alguns se transformariam em empresários capitalistas e outros em proletários. **BCME-BIBLIOTECA**

De outro lado, temos os adeptos da segunda vertente que, através de seus estudos, procuraram dotar os produtores familiares de aspectos específicos; de forma que estas passam a constituir um modo de produção próprio. Embora ditos adeptos aceitem que estes modos de produção se articulam, descartam a possibilidade de que o modo capitalista de produção venha interferir profundamente no outro modo de produção. Percebe-se que, também, neste caso, o ator social é aprisionado no modelo

analítico.

Assim, ambas formulações procuram inserir esse ator social em um modelo analítico, isto é, isolando-o das outras variáveis que possam influenciar em seu comportamento e, desta forma, intervir no resultado das "leis tendenciais". Percebe-se que enquanto a preocupação que permeou os estudos do século XIX estava colocada nas formulações das "leis tendenciais", a do século XX reside em optar por uma das formulações e, assim, confrontar a veracidade de uma em detrimento da outra.

Uma vez consolidado estas duas interpretações sobre o comportamento do produtor familiar rural, a questão agrária, enquanto a procura do entendimento sobre o comportamento do produtor familiar, transforma-se num "Puzzle". Observe-se que o encaixe das peças só pode ocorrer mediante as seguintes situações: descartando a possibilidade de que esse produtor, enquanto "ator social", absorva e emita impactos sobre o conjunto do "Puzzle"; e abraçando uma das vertentes para que se possa definir a acomodação do restante das peças.

Essa forma de entendimento sobre a questão agrária levou a que os estudos elaborados fossem se distanciando da realidade. Isto é, diante dos caminhos que tinha à sua disposição, esse "ator social" se mostrou indefinido, não optando por nenhuma das duas direções. Assim, ele se transformou e absorveu parte dos impactos gestados pelas transformações do setor agrário no modo de produção capitalista.

Com efeito, este era o sinal que ele emitia para

informar que absorvia os impactos e, desta forma, não seguia a trilha do isolamento proposto pela segunda vertente. Porém, sua transformação não ocorreu no sentido pensado pela primeira vertente. Este era o sinal através do qual ele informava que emitia impactos e, nesse sentido, não optava pela direção indicada por essa vertente.

De fato, o produtor familiar recusou e aceitou parte do entendimento formulado pelas duas vertentes sobre o seu comportamento. Assim, ele se transformou num "ator social" incômodo para os estudiosos do setor agrário, ou seja, ele transformou a questão agrária, entendida como "questão do produtor familiar" no contexto das transformações do setor agrário, num "Puzzle"; dificultando, a todo o momento, o encaixe das peças.

Tomando como base estas informações, pretendemos investigar o comportamento desse "ator social". Observa-se que o ponto de partida desse estudo está expresso na compreensão de que se irá investigar um "ator social", que como tal é provido de dinâmica, isto é, transforma-se. Porém, a despeito de suas transformações este "ator social" tem preservado determinadas especificidades; uma destas é a relação social de trabalho e de produção que foge à compreensão se examinada através das categorias pressupostas pelo modo de produção capitalista.

A investigação pretendida deverá contemplar três momentos. No primeiro momento, buscar-se-á resgatar, através de uma recuperação teórica, o tratamento dispensado ao produtor

familiar rural nas análises sobre a questão agrária. Esta recuperação pretende abrodar alguns aspectos econômicos, políticos e sociais envolvidos nessa questão. Desta forma, dar-se-á ênfase à formulação dos conceitos, das "leis tendenciais", etc. Estes aspectos deverão ser observados tanto nas análises marxistas como nas populistas.

Após esta recuperação passar-se-á ao exame dos desdobramentos destas formulações para a América Latina. Nesse sentido, far-se-á uma breve recuperação da análise estruturalista cepalina, no que se refere ao processo de formação histórica das sociedades latinas-americanas. Também objetiva-se estudar como o setor agrário, a questão agrária e o produtor familiar rural são analisados. No que diz respeito a este último assunto, procurar-se-á resgatar as visões dos descampesinistas e dos campesinistas e, também, da teoria da modernização.

No segundo momento será investigado o comportamento e as transformações do setor agrário e da questão agrária na realidade brasileira. Privilegiar-se-á os períodos posteriores à década de 1960. Acredita-se que, a partir de 1960, as transformações deste setor são intensificadas. Buscando aprender as diferenças que estas transformações assumem ao nível regional, far-se-á um estudo do Nordeste, enquanto espaço regional.

Entende-se que as particularidades presentes neste espaço regional, frutos de sua conformação histórica, influenciam no "estilo" destas transformações, mas não nos fundamentos. Procurar-se-á inserir a questão do produtor familiar ao longo da

apresentação do quadro geral da economia brasileira, de modo que este assunto não será retomado quando do estudo do Nordeste; visto que os fundamentos do processo de transformação gestado no Brasil, notadamente no pós 60, não se alteram.

No terceiro momento, buscar-se-á investigar o comportamento desse produtor na Serra da Ibiapaba, microregião do Ceará. Neste caso, far-se-á um estudo dos dados extraídos do censo agrapecuário de 1970. A seguir examinar-se-á um subgrupo de produtos familiares que deverá ser delimitado em conformidade com os aspectos teóricos que se julgar relevantes. Este exame será feito a partir de informações extraídas dos questionários aplicados pela CEPA-CE em 1978.

Neste caso, os dados coletados correspondem a uma pesquisa direta; visto que são dados primários que deverão merecer uma nova tabulação. Finalmente, concluir-se-á esta investigação através de algumas informações coletadas diretamente na Ibiapaba, a partir de entrevistas com alguns produtores familiares em 1987. Como não serão observados os critérios estatísticos de definição da amostra, as informações servirão, apenas, para caracterizar e exemplificar algumas evidências teóricas, não sendo possível generalizá-las.

## 2 QUESTÃO AGRÁRIA X QUESTÃO CAMPONESA: UMA REFLEXÃO SOBRE A REALIDADE OU SOBRE AS TEORIAS

Dois equívocos estão presentes nos estudos sobre a questão agrária, enquanto questão camponesa. O primeiro é a insistência em tratar esta questão isolando-a da questão geral a que se acha inserida, isto é, desenvolvimento das sociedades e o processo de transformação gestado a partir deste. Assim, quer seja em sociedades capitalistas quer seja em sociedades não capitalistas, a compreensão da questão agrária não é estanque; ou seja, o entendimento do momento não se traduz em verdade eterna. O entendimento da questão agrária tem que ser buscado à luz do desenvolvimento das sociedades, portanto ele muda não por que seja falso ou verdadeiro mas por que a sociedade muda.

O segundo equívoco é a tendência, que se assiste na ciência econômica, de preocupar em demasia com as questões teóricas se distanciando do movimento real e vice-versa. Julga-se que o conhecimento de um dispensa o do outro. Criam-se, assim, duas formas de saber "que não se somam", isto é o "saber" se acha dividido.

Enquanto os teóricos avançam para a compreensão do "todo", à luz do movimento imanente da sociedade, os que se preocupam com o movimento real desenvolvem pesquisas "pontuais". Desta forma, é possível conhecer a totalidade ainda que ela não seja real. Da mesma forma, é possível conhecer a realidade pontualmente, isoladamente, isto é, sem percepção da totalidade.

Este capítulo objetiva expor os principais estudos sobre a questão agrária, exatamente quando a mesma assume uma conotação econômica mais importante, Europa do século XIX. Acredita-se que é a partir do debate travado nessa época que se consolidará o entendimento econômico sobre a questão agrária. É importante perceber que o lado econômico associado a esta questão não está dissociado do estágio de desenvolvimento das sociedades e nem do aspecto político. Sobre este último, entende-se que as posições políticas-partidárias permeiam todo o debate econômico sobre esta questão.

BCME - BIBLIOTECA

Iniciaremos este capítulo fazendo uma ligeira exposição do debate político. A brevidade com que este assunto será tratado não está relacionado à sua importância, mas ao fato do aspecto central deste capítulo estar centrado no pensamento econômico sobre a questão agrária. Assim, a retomada do debate político cumpre a função de demonstrar o caráter político-partidário presente em dito pensamento.

Tendo concluído esta exposição, faremos uma revisão do pensamento econômico sobre a questão agrária, onde se objetiva verificar a evolução do setor agrário. É, também, muito importante revisar as leis tendenciais traçadas sobre o funcionamento desse setor. Assim, pode-se separar em dois momentos a revisão pretendida. O primeiro analisa o comportamento do setor e o segundo diz respeito à formulação das leis tendenciais.

## 2.1 O Debate político

O debate político <sup>(1)</sup> que se assistiu na Europa, século XIX, foi marcado pela presença crescente dos marxistas e suas atuações nos movimentos revolucionários. Existia, pois, uma inserção do marxismo ao nível das idéias e ao nível da definição da realidade; ou seja, eram pensadores e ativistas a um só tempo.

No início da divulgação de seus trabalhos, notava-se, claramente, uma tendência de defesa dos interesses camponeses. Entendemos que tal defesa estava associada à expansão do socialismo europeu e a necessidade de aglutinar as forças sociais para se avançar nesse processo. O camponês era visto como um segmento de classe social passível de se juntar às propostas defendidas pela classe trabalhadora de construção do socialismo.

De acordo com nossa compreensão, os acontecimentos históricos, entre estes as revoluções na Alemanha e na França (1848), criaram a necessidade de uma maior reflexão sobre as posições marxistas e marcaram uma nova forma de tratamento para a questão agrária. Tornava-se, portanto, inevitável reformular as posições defendidas e elaborar um programa agrário condizente com

1 Estamos utilizando como texto básico para o desenvolvimento deste assunto: HEGEDÜS, András. A Questão agrária (s.n.t.).

as reivindicações comunistas.<sup>(2)</sup>

A reformulação das posições adotadas não implica no abandono da defesa dos camponeses. Porém, ficava cada vez mais claro que o sistema comunista, cuja proposta básica de transformação da agricultura é a de estatização de terras, não era compatível com a formação e/ou permanência de uma classe de pequenos proprietários de terra.

Entretanto, uma reformulação mais efetiva da posição dos marxistas sobre a questão agrária, e em especial sobre a defesa dos camponeses, só ocorreu com o fracasso da revolução alemã de 1848. A partir desse momento, todo o movimento revolucionário foi repensado. De acordo com os marxistas, os camponeses formavam uma classe diferente que não se constituía em uma força revolucionária para a causa operária, seu perfil político tinha caráter reacionário.

Por volta de 1850, os marxistas passaram a se preocupar com a elaboração de uma teoria econômica capaz de compreender as leis e o desenvolvimento da agricultura. Nesse sentido, os esforços de Marx em sua obra "O Capital" contribuíram com importantes formulações para dita compreensão. Notadamente, a teoria da renda fundiária e a lei de concentração e centralização do capital serviram para esclarecer alguns importantes aspectos.

2 As principais reivindicações eram: i) a abolição dos resquícios feudais; (ii) a transformação das terras, dos príncipes e das propriedades feudais em propriedades estatais; (iii) o desenvolvimento nessas terras de uma agricultura em larga escala através de métodos científicos modernos e de interesse da coletividade.

No que se refere a renda da terra, seja na sua forma absoluta ou diferencial, Marx esclareceu que esta se constituía obstáculo para o desenvolvimento da sociedade. De fato, a renda da terra implicava em subtração de parcela do excedente gerado pela sociedade que corria para as mãos de uma classe de parasitas; cujo título jurídico da propriedade lhe proporciona esse direito. Esperava-se que esta formulação causasse um grande impacto sobre os intelectuais e que o debate se concentrasse sobre este assunto.

Porém, é justamente a lei de concentração e centralização de capital que despertou tal impacto e aglutinou os intelectuais, de modo que servirá como pano de fundo para a discussão dos programas políticos. Marx esclareceu que esta lei retratava o movimento imanente do Capital. Isto é, partindo da constatação de que a lei geral do sistema capitalista é a busca da valorização do capital sempre, e em escala ampliada, ele mostrou que a competição intercapitalista torna o progresso técnico uma imposição para os capitais se manterem competitivos.

De acordo com a formulação marxista, a medida que a relação capital/capital ganhasse espaço, a mesma passaria a subordinar a relação capital/trabalho. Esta é a forma de se auferir maiores lucros. Essa competição engebrada levaria ao crescimento da riqueza social e ampliaria as escalas de produção, ao mesmo tempo que excluiria alguns capitalistas do mercado.

O primeiro movimento descreve a concentração de capital, onde o aumento da capacidade produtiva requer ampliação

do mercado, reforçando a luta intercapitalista. O segundo movimento mostra a centralização do capital, onde a exclusão de alguns capitalistas apenas altera a repartição do capital existente sem modificar a sua grandeza. Nesse caso, blocos cada vez mais reduzidos de produtores passam a controlar soma cada vez maior da riqueza social, através de incorporações, fusões, anexações, etc., dos mais fracos.

Entendemos que muito embora a formulação desta lei tenha sido feita com vistas a elaboração de uma teoria do desenvolvimento econômico em sociedades capitalistas e não se refira em particular ao setor agrícola, esta será aplicada ao estudo desse setor. Entendia-se que as relações capitalistas de produção e de trabalho se estendiam ao setor agrário. Acreditamos que, nesse caso, não foi observado que essa lei se referia ao movimento imanente e, no caso da agricultura, o movimento real nem sempre ia ao seu encontro.

Nesse contexto, o que predominou no pensamento marxista exposto no "I Congresso da Internacional Socialista" foi o ataque aos pequenos produtores rurais. Este ataque se baseou na pouca eficácia da produção camponesa e na cultura arraigada dos costumes e, portanto, nas tradições que delineavam-se nas suas posturas econômicas e políticas. Apesar disto, as justificativas eram de caráter econômico. A grande empresa gozava de uma série de vantagens (superioridade técnica, utilização de métodos e conhecimentos científicos), que lhe permitia maior superioridade técnica.

Segundo os marxistas, esse tipo de unidade produtiva (U.P.) era a mais viável nas sociedades capitalistas, portanto caberia as sociedades comunistas se apropriarem dessa e reverter seus ganhos e benefícios em favor da coletividade; e não de uma classe. Essa postura foi aceita pelas delegações alemã, belga e inglesa e foi rejeitada pelas delegações francesa e italiana, que defendiam a propriedade camponesa como garantia da liberdade individual. Estas posições foram tiradas nos Congressos que ocorreram entre 1866/67.

Um exame dessas posições nos permite verificar que enquanto a justificativa, por um lado, era fundamentada em aspectos econômicos, por outro lado, foram os aspectos morais, éticos e humanísticos os pontos centrais da argumentação. Esse debate, que envolvia tanto os aspectos econômicos como os aspectos humanos e sociais que permeiam a questão camponesa, teve o seu ponto culminante com a "Proclamação de Genebra" (1868). Ficou expresso neste documento, onde o pensamento marxista se firmou, que "(...) o poder do capital, o influxo da ciência, o curso dos acontecimentos e o interesse da totalidade da sociedade, condenam inexorável e irrevogavelmente o modo de gestão dos pequenos camponeses".<sup>(3)</sup>

No início da década de 1890, surgiu de forma mais consistente a contraposição de argumentos às tendências levantadas sobre o desenvolvimento, o papel e o destino dos camponeses pela teoria marxista. Vale a pena ressaltar que esses argumentos

3 HEGEDÚS, András. Op. cit, p. 55

tinham como base os rumos que o processo de transformação da agricultura tomava em certas sociedades. Nesse sentido, foi, sobretudo, a comprovada eficácia da produção camponesa em alguns ramos o acontecimento que provocou tal revisão; uma vez que isto se retratava em um elemento novo.

### BCME-BIBLIOTECA

Alguns partidos, comissões, etc., atentos a esse fato, preocuparam-se em revisar suas opiniões sobre o processo de ruína e desaparecimento dos camponeses; chegando até sugerirem, em casos específicos, a distribuição de terras estatizadas aos camponeses para assegurar a subsistência da família. Entretanto, os marxistas contra-atacaram estes posicionamentos procurando mostrar que o objetivo do socialismo é transformar a propriedade privada e os meios de produção em bens comuns; e transferí-los aos produtores. Assim, não se deveria apressar a ruína dos camponeses e nem criar mecanismos que os perpetuassem.

No "II Congresso da Internacional Socialista" a diferença entre a agricultura do leste e do oeste europeu veio à tona intensificando as discussões. A proposta retirada, a partir desse encontro, foi a de que cada nação deveria procurar a fórmula de atrair a população rural e fazê-la aliada e participativa da causa operária; permaneceu, porém, a proposta de socialização de todo o território cultivável.<sup>(\*)</sup> Observa-se que

4 Talvez isto possa ser explicado por um fato referido anteriormente: o socialismo. A tendência a centralização e concentração do capital condiz mais com a imagem proposta para se chegar ao socialismo. Isto é, um grande número de trabalhadores reunidos em um estabelecimento explicita, por um lado, de forma mais eficaz a contradição capital/trabalho, facilitando a conscientização e organização dos mesmos. E, por outro lado, a

esta proposta não mostra uma revisão do pensamento marxista sobre a questão agrária. Porém, entendemos que esta contribuiu para por em evidência a não efetivação da lei de concentração e centralização do capital, dando um novo embasamento a defesa da propriedade camponesa; isto é, um embasamento de caráter econômico.

Cabe destacar o papel das estatísticas que, cada vez mais sérias e confiáveis, começaram a mostrar que a ruína dos camponeses não estava ocorrendo. A ortodoxia marxista foi forçada a revisar seus argumentos, mas isso não implicou em abandono das posições anteriores. Apenas, assumiu-se que a parcelarização da terra, isto é, a existência de propriedades camponesas, era um processo complementar e integrado ao movimento de concentração e centralização do capital. E que o desaparecimento desse quadro estava ligado ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade.

No momento em que o debate político alcançou esse estágio ficou, então, consubstanciadas duas correntes de pensamento que permearam, e permearão, os estudos sobre a questão agrária. De um lado, os populistas assumindo a defesa da produção camponesa; de outro lado, os marxistas com seus ataques a esse tipo de unidade produtiva U.P.. Esse confronto entre populistas e marxistas, travado nos congressos e encontros da época, marcaram decisivamente as idéias daqueles que de algum modo acreditavam que a existência de grandes estabelecimentos facilita a liquidação da propriedade privada.

modo se dedicaram ao estudo da questão agrária. Embora esse assunto seja bastante abrangente, seu ponto central está assentado na "questão camponesa".

Do que foi exposto, observa-se que esta oposição de idéias não pode ser vista de forma tão simples. Com efeito, as concepções políticas foram transportadas para o pensamento econômico e vice-versa. Construíram-se, assim, verdadeiros "arrimos" teóricos que se fazem presentes nessas duas correntes do pensamento econômico e político sobre a questão agrária. Talvez seja justamente por isto que esse debate volte sempre à tona quando se quer estudar a realidade agrária de um país.

Apesar de ambas as formulações terem sido feitas a partir de observações do movimento real, nem uma nem outra se cumpriu enquanto tendência na agricultura.<sup>(3)</sup> Em certo sentido, pode-se dizer que foi o apego excessivo à teoria e à coerência da conduta política os fatores agravantes desse viés.

Talvez a principal consideração que se tem a fazer, e que foi extraída da própria forma de acompanhamento do debate, é que a realidade conformada e transformada não pode se moldar às tendências esboçadas no pensamento teórico e político, seja ele de qualquer teor. Isto, com certeza, é a grande herança deixada

5 Apesar das condições concretas da sociedade daquela época terem pouca semelhança com a atual, o que implica em algumas intermediações históricas para o uso de certos conceitos, acredita-se que quando se observa as sociedades capitalistas não se encontra uma tendência definida das relações de trabalho e de produção nesse setor. Ou seja, não se pode dizer que dita tendência seja o assalariamento e a produção em latifúndio, de igual forma não se pode afirmar o contrário.

aos intelectuais remanescentes.

Nos preocuparemos a seguir em compreender as duas teses levantadas, a partir do estudo das obras de alguns autores. Conforme sugerimos anteriormente, alguns nomes se destacaram nesse debate; é nossa proposta revisar tais obras. Antes de passarmos à revisão, gostaríamos de esclarecer que o objetivo desta é apreender o significado econômico da questão agrária.

Assim sendo, trabalharemos com as idéias marxistas, englobando os estudos de Marx, Lenin e Kautsky. O bloco de autores que servirão de base para se tentar apreender o entendimento marxista da questão agrária foi escolhido por representarem, hoje, reconhecidamente, verdadeiros clássicos da literatura agrária.

## 2.2 Análise das interpretações sobre a questão agrária: revisão e comentários

### 2.2.1 O Entendimento marxista

O grande desafio que se coloca, quando se quer recuperar os aspectos essenciais sobre a questão agrária, é procurar dentre os muitos trabalhos escritos por estes autores aqueles que se referem mais de perto ao assunto. Não se pode dizer que estes autores tinham como preocupação principal o estudo do setor agrário. Assim, em muitos casos, o tratamento emprestado à questão agrária se acha associado ao

desenvolvimento econômico nas sociedades capitalistas. (6)

Marx se preocupa em derivar de maneira lógica e histórica a formação do modo de produção capitalista (M.P.C.). Privilegiando um raciocínio lógico, ele mostrará como a categoria mercadoria se transforma (metamorfoseia) na categoria capital. É importante perceber que o raciocínio lógico feito pelo autor caracteriza o movimento imanente do capital.

Fazendo uma retomada deste raciocínio podemos notar que o ponto central é a quebra no circuito de circulação de mercadorias, circuito característico de uma sociedade mercantil simples. E, por conseguinte, a brecha que se abre no momento em que o dinheiro assume a forma de equivalente geral para a acumulação de dinheiro. Este voltará ao circuito sob forma de adiantamento à produção de novas mercadorias.

A transformação de dinheiro em uma soma maior do que a adiantada só se efetiva por que o dinheiro, ao retornar ao circuito da circulação, comprará uma mercadoria especial; qual seja, força de trabalho (F.T). O fator propulsor dessas mudanças é a presença do dinheiro, como mercadoria, assumindo a forma de equivalente geral e permitindo a acumulação prévia e a

BCME-BIBLIOTECA

6 Para o fim a que se propõe este capítulo escolhemos as seguintes obras para estudo:

(i) MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. 2ª ed.- São Paulo: Nova Cultural, 1986. Vol, Livro I. e Vol.III, Livro III.

(ii) KAUTSKY, Karl. A Questão agrária.- Rio de Janeiro: Ed. Laemmert, 1968.

(iii) LÊNIN, V. Illich. Desenvolvimento capitalista na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. -2 ed.- São Paulo: Nova Cultural, 1985.

transformação da F.T. em mercadoria (7); característica de uma sociedade capitalista.

Marx explicitando a passagem da sociedade mercantil à sociedade capitalista, demonstra que a primeira se caracteriza pela produção originária de pequenos produtores autônomos e é organizada em bases artesanais. A produção teria como fim a subsistência, o que se vende no mercado é o excedente.

A medida que o volume de trocas se intensifica, (8) os

7 É, pois, o fato da mercadoria possuir valor de uso e de troca que motivará as trocas no mercado. A troca será, ainda mais, agilizada no momento em que exista uma mercadoria que sirva como expressão de valor da mercadoria a ser trocada, e também como referencial para se adquirir este mesmo valor numa nova mercadoria. Esta mercadoria é o equivalente geral cuja forma mais acabada é o dinheiro. Introduzindo o dinheiro, como intermediador, nem todo o ato de venda terá como correspondente a compra. Isto permitirá que determinado grupo venda mercadorias e acumule dinheiro.

A acumulação de dinheiro nada representaria para a sociedade se retratasse apenas em entesouramento com vistas a retornar à circulação de mercadorias. Porém, seu destino é a produção. Ou seja, na medida em que um grupo acumula, o outro grupo irá se desfazendo de suas mercadorias a ponto de só lhe restar a sua capacidade de trabalho para trocar no mercado. Este movimento transforma a força de trabalho (F.T.) em mercadoria e o dinheiro em capital.

O novo circuito que se instaura nesta sociedade é o de circulação do dinheiro. Neste caso, trata-se de uma troca desigual, onde o princípio da equivalência geral não é respeitado. A especificidade da mercadoria é, portanto, o fato de possuir valor de uso, de troca e mais valor. A categoria capital contém, pois, o germe da mercadoria, isto é, capital nada mais é do que a forma transformada da mercadoria, e expressa uma determinada relação social de trabalho e de produção. O que garante que o dinheiro ao final do circuito seja maior do que o adiantado é o fato do mesmo comprar a F.T.

8 Tem um importante papel no avanço destas transformações a expansão das atividades de navegação e, por conseguinte, do comércio de além-mar. Como bem explicita o autor, as relações mercantis desenvolvidas com as novas terras, recém descobertas, dinamizaram o enriquecimento e a acumulação de capital na Europa. Porém, a transformação que se impõe como essencial é a

produtores tendem a se especializar. Paulatinamente, as atividades do campo e da cidade vão se separando. A produção tem como destino o mercado e o produtor perde a auto-suficiência e passa a depender do mercado para satisfazer suas necessidades. Esta Divisão Social do Trabalho (D.S.T.), campo-cidade, torna-se cada vez mais complexa. Como resultado, o produtor dependerá do mercado para sobreviver e, por conseguinte, buscará cada vez mais ser produtivo; o que dará a "demarche" para uma D.S.T. interna nos setores e na produção.

mercado: Gesta-se, assim, uma competição; onde os mais produtivos se apoderam do mercado, marginalizando os demais. Os produtores marginalizados sofrem um processo de emprobecimento e não conseguem acompanhar os requerimentos necessários à produção que, concomitantemente, vão se sofisticando e se tornando mais caros. A esta massa de despossuídos somente restará a sua capacidade de trabalho para vender no mercado. (4)

## BCME - BIBLIOTECA

mercantilização da força de trabalho (MARX, Karl. op.cit. Vol I, Livro I, cap. 21). Neste caso as relações comerciais desenvolvidas com as novas terras serviram como acumulação prévia e primitiva ao M.P.C.

9 O processo de mercantilização da F.T. tem início com a desintegração do sistema feudal e a conseqüente corrente migratória rural-urbana que se forma neste período. O camponês que chegava à cidade ingressava na atividade artesanal seja como aprendiz, jornaleiro, etc. A mobilidade social neste ramo produtivo garantia a ascensão social dos mesmos. Quando isto não era possível, ele permanecia nas cidades formando um exército de mão-de-obra, potencialmente, disposto a se empregar. Para o camponês que permanecia no campo, a tendência era se empregar com os arrendatários agrícolas que surgiam como gerentes/organizadores da produção em substituição à antiga forma feudal. É interessante observar que surge no campo um processo de separação entre o homem e os meios de produção.

Paralelamente, uma classe se enriquecerá através do comércio e/ou da produção. Esta nova classe, a burguesia, caracteriza-se pela posse dos meios de produção e pela forma de organizar a produção. Assim, não importa o setor a que se dedicam, o que lhes orienta o investimento é a possibilidade de lucrar. Porém, enquanto o ganho na esfera comercial provém da adulteração dos preços, comprar barato para vender caro, o ganho oriundo da produção provém do estabelecimento de uma determinada relação de trabalho; mediante a qual a força de trabalho, mercadoria especialmente comprada, cria no processo de produção um valor maior do que o adiantado na sua compra.<sup>10</sup>

Quando se estabelece esta relação de trabalho, a mola capaz de impulsionar a acumulação passa a ocorrer na produção e não mais na circulação. O dinheiro assume a forma "capital". Cabe salientar que a análise que se buscou recuperar retrata o processo de transformação da sociedade mercantil à capitalista e tem como base as tendências do movimento real das sociedades européias, principalmente a inglesa.

Dos argumentos expostos, dois aspectos devem ser destacados. O primeiro diz respeito a importância da D.S.T., embora esta ainda seja restrita à separação das atividades campo-cidade. O segundo se refere ao impacto do comércio, enquanto fator propulsor das transformações que serão gestadas nestas sociedades.

<sup>10</sup> Estamos referindo a um processo de troca onde não se respeita o princípio da equivalência; conforme exposto anteriormente.

Dois autores utilizando o mesmo referencial de análise, a teoria marxista, aprofundaram esses aspectos: são eles: Kautsky e Lenin. O primeiro, Kautsky, analisa a D.S.T. e suas implicações para o setor agrário. Assim, ele procura mostrar que a dissolução da "indústria do camponês" faz com que este setor perca o caráter de auto-suficiência. A indústria capitalista, pela superioridade de que se reveste, causa a ruína da "indústria camponesa" e impõe, ao camponês, a necessidade de produzir para o mercado como forma de obter dinheiro; "coisa" tão necessária para se adquirir as mercadorias indispensáveis à subsistência.

"A dissolução da indústria do camponês que produzia para si já começara na Idade Média, quando apareceu a pequena indústria urbana (...). Quanto mais tal processo avança, e mais se desagrega a indústria doméstica a que se dedicava primitivamente o camponês, tanto mais aumenta a sua necessidade de dinheiro, não apenas para a compra de coisas dispensáveis, e mesmo supérfluas, mas também para a compra de coisas necessárias (...)."<sup>11</sup>

Kautsky mostra que os melhores produtos que os camponeses vendiam no mercado eram os agrícolas. Assim, dado a necessidade de vender e comprar no mercado, os camponeses irão, paulatinamente, abandonando a produção de artigos industriais que não conseguem competir com os da indústria capitalista e se especializando em produtos agrícolas.

Kautsky enfatiza que esta dependência do agricultor ao mercado culmina por transformá-lo num agricultor puro, produtor

11 KAUTSKY, Karl. op. cit. p. 27

de mercadorias. O fim da indústria doméstica coloca para o camponês dois fatos novos:

- i) a impossibilidade de absorção de toda a família na atividade agrícola, pois comumente a família trabalhava na terra e empregava o tempo sobrando nas demais atividades, tais como: na produção dos artigos semi-elaborados necessários à família, etc ;
- ii) a dependência do mercado e sua transformação em agricultor puro.<sup>12</sup>

A medida que cresce a exigência de dinheiro e permanecem idênticas as condições de produção, principalmente, no que se refere a dimensão de terra, o camponês se vê impossibilitado de empregar todos os familiares na terra. Assim, o excedente de trabalhadores familiares procura novas ocupações no próprio setor e/ou na cidade. "Enfim cria entre os pequenos lavradores a necessidade de ganhos acessórios, obtidos fora de sua exploração".<sup>12</sup>

Dado a sazonalidade do trabalho agrícola e a introdução da maquinaria na agricultura, o próprio camponês passa a suprir os picos de demanda de trabalho através do emprego temporário. Porém, os braços que aluga são dos camponeses pobres. Percebe-se que um processo de diferenciação do campesinato está sendo gestado.

Esse processo se inicia na Idade Média e se acelera sob o modo de produção capitalista. Os membros da família liberados do campo engrossarão as fileiras do proletariado no próprio

12 Id. Ibid. p.30

campo, onde aluga seus braços aos agricultores ricos (13) e, também, na cidade, onde desempenharão as funções de jornaleiro, aprendiz, etc. (14)

Assim, o camponês que permanece no campo não produz mais como "industrial" e/ou agricultor os produtos que necessita. Mesmo como agricultor, ele dependerá do fornecimento de ferramentas, isto é, de instrumentos fabricados na indústria urbana. Ele dependerá, também, do fornecimento de certos produtos agrícolas que não mais produz. Percebe-se que a D.S.T. se aprofunda e gera a especialização da produção por ramo de atividade.

Para Kautsky "(...) o desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista na cidade basta para transformar completamente a existência do camponês, entendida à maneira antiga. Para tanto, nem mesmo é indispensável que o capital penetre a produção agrícola e se forme o antagonismo entre a grande e a pequena exploração". (15)

O segundo autor, Lênin, analisa a questão do mercado e o processo de diferenciação do campesinato. Sua análise se baseia no impacto do comércio na forma de vida do campesinato. Mas, sua preocupação maior está ligada ao desenvolvimento das forças produtivas que o capitalismo gera e a constante necessidade de ampliação do mercado interno. De acordo com o autor, a passagem

13 Id. Ibid. p. 200

14 Id. Ibid. p.230

15 Id. Ibid. p.31

da etapa mercantil à capitalista traz para os agentes econômicos a necessidade do mercado para satisfazer as suas necessidades.

Para Lênin, o desenvolvimento das forças produtivas ao avançar traz como questão a realização das mercadorias. Este passa a ser um problema com o qual o sistema produtivo convive, mas não o elimina. E esta convivência precisa da ampliação do mercado interno. Nesse sentido, a agricultura deverá se constituir mercado para os produtos industriais, também, o setor industrial deverá servir de mercado para os produtos agrícolas. Ressalta-se que o termo produto não se refere, apenas, a artigos de consumo, mas também aos meios de produção.

É sobre o consumo dos meios de produção que Lênin jogará extraordinário esforço, mostrando que a D.S.T. e o impacto do comércio levam a desintegração da comunidade camponesa; eixo central da economia russa naquele presente momento. Entretanto, isto não se retratará na impossibilidade do desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas ao contrário, estes fatores poderão dinamizá-lo.

Para o autor, esse processo permitirá a liberação das massas para a formação do proletariado. Lênin afirma que, ao contrário do que se pode pensar, esta desintegração do campesinato não implicará redução do mercado interno; ou seja, não inviabilizará a realização das mercadorias. Isto não ocorrerá, pois sob o modo de produção capitalista será a demanda (consumo) originada dos próprios capitalistas pelos meios de produção que sustentará e ampliará o mercado interno.

"O mercado interno aparece quando aparece a economia mercantil: ele é criado pelo desenvolvimento dessa economia e é o grau de fragmentação da divisão social do trabalho que determina o nível desse desenvolvimento. O mercado interno se amplia quando a economia mercantil passa dos produtos à força de trabalho, e apenas na medida em que esta última se converte em mercadoria o capitalismo cobre toda a produção do país, desenvolvendo-se graças, sobretudo, à produção dos meios de produção que ocupam um lugar cada vez mais importante na sociedade capitalista. O "mercado interno" para o capitalismo é criado pelo próprio capitalismo em desenvolvimento que aprofunda a divisão social do trabalho e decompõe os produtores diretos em capitalistas e operários. O grau de desenvolvimento do mercado interno é o grau de desenvolvimento do capitalismo no país." (16)

Através da análise de dados dos censos estatísticos, por estabelecimentos, Lênin constata que o campesinato na Rússia já vivia sob uma economia mercantil, ou seja, o camponês já se encontrava subordinado ao mercado; nas províncias mais adiantadas e nas mais atrasadas. "O sistema de relações econômicas e sociais entre o campesinato (agrícola e comunitário) mostra a existência de todas as contradições próprias de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo." (17)

Essa contradição, a que se refere Lênin, pode ser vista na concorrência e na concentração da produção por uma minoria.

16 LÊNIN, Vladimir Ilich. op. cit. p. 33

17 Id. Ibid. p.113

Enfim, num conjunto de relações que se trava entre os grupos em melhores condições financeiras e os grupos em desvantagens financeiras. Dessa forma, a população que vive no "agro" já se encontrava estratificada socialmente. " (...) É claro que o surgimento de desigualdades entre os patrimônios é o ponto de partida de todo o processo, que em hipótese alguma se esgota nessa diferenciação. O campesinato antigo não se diferencia apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista."<sup>(18)</sup>

Lênin observa que as tendências presentes na indústria, onde cada vez aparece de forma mais clara o predomínio da grande empresa e a presença das classes capitalista e proletária no âmbito da produção, não se cumprem de imediato na agricultura. Na agricultura a convivência de diferentes formas de produção permanece, isto é, seu desaparecimento é lento e está relacionado ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas na sociedade.

Assim, Lênin adverte que a diferenciação intra-setorial no campo não se dá apenas no sentido da grande empresa agrícola e pequeno produtor ou camponês. Esta, também, se evidencia no sentido da existência de uma estratificação em camponeses pobres, médios e ricos dentro deste último grupo.

Analisando os estágios de desenvolvimento desses três

18 Id. Ibid. p.214

subgrupos, Lênin afirma que para o camponês pobre é praticamente impossível se manter na posição de proprietário/produtor. A crescente dependência do mercado o levará a se proletarizar. Para o subgrupo dos camponeses ricos a tendência é se transformar em empresas capitalistas. Nesse sentido, passarão a absorver parte desta F.T. que foi liberada para o mercado (originária do campesinato pobre) e, também, parte das terras que serão vendidas. Para o subgrupo médio a tendência é indefinida. Certamente, alguns segmentos deste absorverão as mercadorias liberadas (F.T. e terra) enquanto outros não tomarão este caminho.

Ao nosso ver, tanto Kautsky como Lênin acreditavam que a tendência da transformação da agricultura era a grande empresa agrícola e a relação de trabalho que iria se impor era o assalariamento. Quanto ao processo de diferenciação do campesinato parece haver, também, concordância. De fato, observamos que as formulações desses autores estão fundamentadas não só no que Marx escreveu a cerca da formação do M.P.C., mas, também, nos argumentos que ele usa para explicar a lógica do desenvolvimento desse modo de produção.

BCME-BIBLIOTECA

### 2.2.2 Chaynov: uma interpretação populista

Os argumentos usados por Chaynov, e pelos demais populistas, na análise sobre a questão agrária se baseiam na premissa de que o campesinato tem uma lógica própria que lhe

orienta o comportamento. Esta lógica não se traduz na lógica da economia mercantil nem da economia capitalista. Para o autor, o campesinato deve ser entendido como uma forma não-capitalista de produção, pois esteve presente em vários "modos de produção" e, também, se faz presente no modo de produção capitalista. Ademais, ao contrário do que certos intelectuais pensam, não tende ao desaparecimento.

Entendemos que estes são os argumentos centrais utilizados pelo autor para compreender o comportamento e a lógica de produção do campesinato. Dessa forma, acreditamos que o ponto de partida de sua análise é a constatação de que a compreensão deve ser buscada à luz das especificidades presentes neste segmento social e em suas UP's.

A primeira suposição feita pelo autor<sup>19</sup> está relacionada ao fato de no espaço agrário o grupo constituído de pequenos proprietários/produtores, que ele denomina de "Unidade de Produção Familiar" (U.P.F.) ou Camponesa, ter características próprias, no que se refere à organização da produção. Para Chayanov, esta especificidade pode ser vista em três aspectos: a lógica da produção, a rigidez da estrutura de emprego e a

<sup>19</sup> CHAYANOV, V. Alexander. The theory of peasant economy, D. Thorner, B. Kerblay e R.E.F. Smith (org.), - The American Economic Association; Illinois, 1966. Esta edição contém os seguintes trabalhos de Chayanov: "On The Theory of Non-Capitalist Economic Systems" e "Peasant Farm Organization". Como leitura complementar usamos também: Chayanov, V. Alexander. La Organización de la Unidad Campesina. Rosa Maria Russovich (trad.): Ediciones Nueva Visión, - Buenos Aires, 1985. Esta é uma versão espanhola do trabalho "Peasant Farm Organization", citado acima.

articulação com as demais unidades produtivas. Dada a correlação existente entre estes três aspectos, optamos por analisá-los conjuntamente.

Entendemos que, para Chaynov, nessas U.P.'s a lógica que orienta a produção não é, num primeiro momento, a busca da acumulação. Isto é, não é comprar para vender ou vice-versa, já que tanto na economia mercantil como na capitalista a lógica da produção pode ser expressa pela busca da acumulação de riqueza-capital. O que orienta a produção é a procura ou preocupação de reproduzir o estabelecimento e a família. Se isto é satisfeito, pode-se, num segundo momento, decidir ampliar a U.P. ou melhorar o nível de vida da família. No primeiro caso, a busca levaria a acumulação de riqueza;<sup>20</sup> ampliando as despesas com investimentos na U.P. No segundo caso, o que se objetiva é uma melhor distribuição do produto.

**BCME-BIBLIOTECA**

Chaynov percebe, portanto, que os motivos que orientam tanto a acumulação como a distribuição do produto são meramente subjetivos. São decisões tomadas pelo chefe da família ou pelo conjunto da família e que envolvem dois aspectos: "penosidade do trabalho" e "satisfação pelo aumento do produto". Baseando-se nestes dois aspectos eles se orientam, buscando encontrar um ponto de equilíbrio. Não se trata de uma subordinação da produção à acumulação ou de uma subordinação da distribuição à

<sup>20</sup> Foge-se do termo "acumulação de capital", pois, como definimos anteriormente, capital expressa uma determinada relação social de produção e de trabalho que não se enquadram a estas U.P.'s.

acumulação. Estes três elementos se interagem e todos se encontram subordinados à busca deste ponto de equilíbrio.

A busca desse ponto de equilíbrio é um dos elementos centrais da tese de Chaynov. Segundo o autor, esta é a lógica interna da U.P.F. Assim, dizer que o camponês se constitui produtor simples de mercadoria, é o mesmo que afirmar que sua lógica é a do sistema mercantil; que como o autor procura mostrar não são compatíveis.

Para Chaynov, a produção se orienta de acordo com esta lógica interna. Dessa forma, as decisões referentes ao quê, quanto e como produzir têm esse mesmo caráter subjetivo. Essas decisões são tomadas a fim de alcançar aquele que é o objetivo central desses estabelecimentos, reproduzir a U.P. e a família.

Nesse sentido, à medida que o mercado se dinamiza, os agentes econômicos irão adquirir, nesse local, parte da subsistência. Por conseguinte, o mercado, seu funcionamento e estabilidade, influenciará as decisões tomadas. Contudo, estas influências não são suficientemente fortes para alterarem a lógica e a forma de produção que continuam sendo decisões da família; sempre respeitando os aspectos subjetivos.

Analisando a estrutura de emprego, Chayanov observa que a margem de manobra do produtor é pequena. A oferta de F.T. é composta, praticamente, por membros da família. Isto é, deve-se procurar empregar toda a mão-de-obra que se acha em condições de trabalhar. Assim, a estrutura de emprego e a relação social de trabalho são determinadas pela disponibilidade de mão-de-obra da

família. Supondo que, em determinado momento, a mão-de-obra familiar não seja suficiente para as necessidades de trabalho, ou se a jornada de trabalho da família estiver no seu limite, pode-se recorrer a contratação de trabalhadores temporários.

Entretanto, se esta oferta for superior às necessidades de trabalho, o produtor não desempregará mão-de-obra; pois os membros da família são também donos ou herdeiros da terra. Não se trata de reduzir emprego e automaticamente reduzir custos, visto que mesmo sem trabalhar eles continuarão a serem sustentados pela família. Mesmo que alguns membros da família estejam insatisfeitos com a falta de trabalho na U.P. e resolvam migrar e/ou procurar trabalho em outras atividades no campo ou na cidade, isto não implicará abandono da U.P.; pois outros permanecerão.

As posições de Chayanov, a cerca do processo de diferenciação do campesinato, são diferenciadas das formuladas pelos marxistas. Para ele, este processo deve ser entendido dentro do contexto do crescimento populacional. Assim, ele formula a teoria da diferenciação demográfica e do funcionamento do mercado de terra. Dessa forma, Chayanov reafirma a necessidade de estudar as U.P.F.'s de forma específica. Isto é, deve-se respeitar as especificidades históricas e regionais.<sup>(21)</sup>

21 Não vamos aprofundar esta questão sobre o "modo ou modos de produção", em um determinado momento histórico. Pensamos que, uma vez que o M.P.C. se impõe como modo de produção determinante de uma sociedade, o termo diferentes formas de produção é mais adequado.

### 2.3 Outros aspectos do debate entre populista x marxistas

Ao nosso ver, qualquer estudo sobre a questão agrária passa, necessariamente, pelos debates e interpretações formuladas no século XIX. De certa forma, pode-se dizer que reside aí a "raiz" do entendimento dessa questão. Também, percebemos que esse entendimento deve ser buscado na contraposição dos argumentos marxistas vis-à-vis aos populistas.

Neste capítulo procuramos revisar a evolução das idéias e das transformações em processo nas sociedades capitalistas, do século XIX. Nesse sentido, concentramos nossos esforços na compreensão do processo de desintegração do campesinato. Porém, faz-se necessário uma revisão de caráter mais geral, onde se coloque a evolução das idéias presentes nas "leis tendenciais" e, ao mesmo tempo, um aprofundamento do que denominamos de "visão populista".

Assim, objetiva-se revisar a evolução das idéias trazendo o debate sobre a desintegração do campesinato para a polêmica que o acompanha e, de certa forma, o sucede, ou seja, a análise sobre a pequena produção versus grande produção na agricultura. Sobre a "visão populista", pretendemos mostrar que a mesma estava presa ao universo da sociedade russa. Nesse sentido, determinadas especificidades presentes nessa sociedade se constituirão elementos distintos; quase sempre ausentes nas sociedades que já haviam empreendido um certo desenvolvimento sob o modo de produção capitalista.

Acreditamos que a polêmica sobre "pequena produção x grande produção" analisada na visão marxista está relacionada a dois aspectos. O primeiro se refere a evidência do processo de desenvolvimento das forças produtivas no setor industrial que, ultrapassado a fase inicial, dava claros "sinais" (tendências) do rumo que havia tomado: processo de concentração e centralização de capitais. Mostramos, anteriormente, as linhas gerais desse processo. Assim, julgamos que podemos nos deter em um elemento que se encontra amarrado a esse processo: o progresso técnico.

Tanto o processo de concentração como o de centralização de capitais se acham associados ao progresso técnico. Via de regra, o desenvolvimento das forças produtivas no M.P.C. precisa do progresso técnico. A importância do progresso técnico deve ser compreendida à luz do objetivo central do capitalismo, a valorização do capital.

Com efeito, Marx esclareceu que o objetivo do M.P.C. não é a produção em si, mas a necessidade de valorizar o capital. Contudo, esta valorização está vinculada a compra da F.T. e à extração de um sobrevalor na produção. Considerando que esta extração ocorre ao longo da jornada de trabalho, pois o assalariado trabalha parcialmente para cobrir a remuneração que lhe foi destinada e a parte restante dessa jornada se destina gratuitamente ao capitalista, a tendência do capitalista será ampliar este tempo de trabalho que se apropria gratuitamente.

Nesse contexto, o capitalista deverá valer-se tanto da

extensão da jornada quanto do progresso técnico<sup>(22)</sup> como forma de aumentar o tempo de trabalho excedente. A incorporação do progresso técnico age sobre o processo produtivo aumentando a produtividade e levando à especialização do trabalhador.<sup>(23)</sup> Além disso, o aprimoramento dos instrumentos de trabalho implica elevação da soma de capital que deverá ser adiantada, já que estes se tornam mais caros.

Em outras palavras, a composição orgânica do capital se altera. Aumenta-se a massa de capital morto (máquinas, equipamentos, etc) em relação a de capital variável (força de trabalho). Esta primeira alteração, entendida como mudança na

22 Esta forma de apropriação de uma parte da jornada de trabalho é o que Marx conceitua como extração de mais-valia. Como foi explicado, esse processo decorre do fato de parte da jornada de trabalho, cumprida pelo trabalhador, ter como destino cobrir gastos desembolsados com os salários; é o que se chama de tempo de trabalho necessário (TTN). E a parte restante é a que se denomina tempo de trabalho excedente (TTE); que é apropriado. Quando a ampliação do TTE ocorre pela extensão da jornada de trabalho, dizemos que está ocorrendo extração de mais-valia absoluta. Entretanto se a jornada de trabalho se mantém fixa e o TTE aumenta, isto implica que o TTN está sendo reduzido. Neste podemos dizer que há extração de mais-valia relativa. Deve-se salientar que esta divisão da jornada de trabalho não ocorre efetivamente; ela serve apenas para ilustrar que há uma apropriação do trabalho, portanto de valor. Além disto, uma forma de extração de mais-valia não exclui a outra.

No caso da mais-valia relativa, o progresso técnico desempenha papel fundamental. Marx pressupunha que o valor de uma mercadoria é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário (TTSN), que representa uma média do tempo gasto pelos trabalhadores, considerando-os com a mesma habilidade. Assim, o progresso técnico, ao reduzir o TTSN, permite que o valor das mercadorias que compõem a cesta básica de consumo baixe e o TTN pode ser encurtado.

23 Observa-se que quanto mais o trabalhador se especializa, mais ele perderá o controle e o conhecimento do processo produtivo como um todo. Assim, ele se especializa para o capital e se aliena em relação ao trabalho.

composição técnica de capital, leva a uma mudança na composição orgânica do capital, uma vez que aumenta a massa de capital morto que precisa ser valorizada em detrimento da de capital variável; proporcionalmente esta última se torna menor.

Esta alteração na composição técnica e orgânica do capital implica maiores dificuldades à entrada de novos produtores no mercado, visto que o capital/dinheiro que se deve adiantar a produção se torna maior. Esta alteração retrata-se, também, em "novas formas" de produzir, nem sempre disponíveis no mercado e de maior produtividade. Isto é, formas através das quais são possíveis encurtar o tempo de trabalho necessário em relação ao excedente.

#### BCME-BIBLIOTECA

Marx quando levanta esses argumentos está, mais uma vez, analisando o movimento imanente do M.P.C., porém sua análise se baseia em observações do movimento real. Nesse caso particular, podemos afirmar que estas observações se concentraram no setor industrial. Com efeito, o progresso técnico altera a sequência de operações executadas, imprimindo-lhe maior rapidez e tornando constantes os intervalos de produção. Isto reduz o hiato entre tempo de produção e tempo de trabalho, ou seja, reduz-se o excesso de tempo de produção sobre o tempo de trabalho; o que permitirá maior velocidade de rotação do capital e garantirá maiores lucros.

Isto posto, podemos inferir que o tratamento emprestado ao "agro", por Marx, condiz perfeitamente com o processo de desenvolvimento do setor industrial. A única e grande

diferença que conseguimos apreender na análise do autor, no que se refere ao setor industrial e agrário, é a renda da terra. A este respeito Marx, fundamentado nos estudos de Ricardo, esclarece que a terra será apropriada por um grupo econômico que tem garantido o direito de propriedade.

Os capitalistas que penetram este setor para produzir pagam ao proprietário desta pelo uso de suas forças naturais. Visto que a terra por si não gera valor, este pagamento representará uma apropriação do produto gerado pela sociedade.<sup>(24)</sup> Supondo que o produto gerado pela sociedade se divida em lucro, salário, juro e renda da terra, estes dois últimos só podem ser entendidos enquanto parte do lucro capitalista que, no caso específico da renda da terra, é retido pela classe de "proprietários da terra".

BCME-BIBLIOTECA

Para Marx, esta é uma das formas que a renda da terra assume, ou seja, renda territorial absoluta. Além dessa, tem-se também a renda territorial diferencial. A especificidade desta forma de renda reside no fato de que, volumes iguais de capital, incluindo o trabalho que ele põe em ação, aplicados em terras de igual dimensão resultam em diferentes quantidades de produtos. Nesse caso, o capital mostra-se mais eficiente em alguns espaços da produção do que em outros.

Observe que esta renda não decorre da maior produtividade do trabalho ou do capital, mas sim do fato do

24 Este assunto é tratado por: MARX, Karl. op. cit. Vol III, Livro III e por KAUTSKY, Karl. op. cit. Cap. V.

capital empregado em determinados espaços gozar de condições excepcionais da natureza (salto d'água, fertilidade, localização, etc.) em relação aos demais.<sup>(25)</sup>

A renda diferencial decorre do fato desta força natural ser monopolizada: "(...) Esta condição natural que a natureza põe à disposição apenas de alguns, sem que nenhuma inversão de capital possa inventá-la onde não existe, não se acha vinculada a certos produtos que o trabalho pode criar como: máquinas, carvão, etc., senão a certas condições naturais unidas a determinadas porções do solo".<sup>(26)</sup>

Conforme Marx, a renda territorial, seja em sua forma absoluta seja na forma diferencial, esteve presente nos diversos estágios de desenvolvimento do processo social de produção, porém a sua forma de pagamento foi modificada de acordo com esses estágios. Assim, encontramos pagamento em dias de trabalho, em produto e em dinheiro. Este último tende a ser a forma mais comum em sociedades capitalistas.<sup>(27)</sup>

Para Marx, o monopólio da terra constitui-se no

25 Supõe-se que o valor de uma mercadoria é regulado pelo TTSN, assim em terras de pior fertilidade este será maior. Como o valor da mercadoria será dado pelo TTSN na pior terra, isto implicará que os agentes econômicos que estejam usando terras melhores tenham um "lucro extraordinário"; que corresponde, nesse caso, a renda diferencial que deverá ser paga ao proprietário da terra.

26 MARX, Karl. op. cit. Vol III, Livro III, p. 600

27 Além do pagamento da renda territorial, é comum o proprietário se apropriar de todas as melhorias feitas no estabelecimento no final do contrato. Isto inibe, consideravelmente, os investimentos realizados nestas propriedades.

primeiro obstáculo a ser vencido no espaço agrário quando se quer produzir. O pagamento da renda territorial será um fator inibidor das relações capitalistas no campo. Porém, uma vez que os agentes econômicos se predisponham a organizar a produção neste setor, eles se comportaram como qualquer capitalista; só se diferenciando pelo setor em que investem o capital.

Entendemos que, muito embora Marx destaque esta especificidade do setor agrícola, mostrando que em certo sentido a renda da terra constituirá em fator entorpecedor das relações capitalistas no "agro", ele estabelece os limites deste entorpecimento e pressupõe a sua superação. Superado os obstáculos, espera-se que as tendências observadas na produção industrial se cumpram também no "agro", que passaria a ser apenas um setor da indústria.

Ao nosso ver, ainda que se supere os obstáculos impostos pela renda da terra e que as relações capitalistas avancem no campo, confirmando a tendência à concentração e centralização de capital, a produção, enquanto processo de transformação e de criação de valor, defrontar-se-á, sempre, no "agro" com a natureza. Este é pois um elemento que nem de longe pode ser comparado ao de uma indústria. Sob as condições impostas pela natureza, o capital e o progresso técnico agirão buscando transformá-la, mas não terão sobre ela controle absoluto.

Kautsky analisa estes argumentos mostrando o impacto sobre a agricultura, quando as inovações tecnológicas geradas nas

indústrias são transferidas para este setor. Bastante cauteloso em relação aos efeitos do progresso tecnológico, ele procurará mostrar as limitações do uso dessas inovações. Assim, ele afirma que para o caso das inovações mecânicas, sobretudo da maquinaria, obtinha-se resultados brilhantes na indústria.

Na indústria a produção pode ser caracterizada como "transformação de um fluxo contínuo de insumos em um fluxo contínuo de produto". A divisão do trabalho, o avanço do conhecimento científico e o aprimoramento das máquinas e ferramentas permitem a produção em massa, ou seja, a transformação mais rápida do fluxo de insumos. No que se refere às máquinas, percebe-se a grande vantagem que a indústria tem sobre a agricultura.

#### BCME-BIBLIOTECA

Na indústria as condições de trabalho, por exemplo, estrutura física, disposição dos equipamentos, etc., são criadas artificialmente e, portanto, adaptadas às exigências da máquina. Na agricultura são as condições da natureza que ditam a disposição da produção e, por conseguinte, da própria máquina. A máquina tem que se adaptar a essas condições.

Segundo Kautsky, isto cria uma dificuldade de ordem técnica para o uso destas. Além dessa dificuldade, tem-se também a de ordem econômica, isto é, a utilização da máquina propriamente dita. Na agricultura o processo de produção não é contínuo. Respeita-se, necessariamente, o ciclo biológico da planta; o que leva a um período de ociosidade da máquina e da F.T..

Essa sazonalidade no emprego desses fatores cria um obstáculo a ser vencido, qual seja: a máquina não é usada durante todo o período produtivo e há um revezamento no uso das máquinas, conforme as etapas do processo produtivo. Isto implica ociosidade da máquina e requer que o trabalhador disponha de "razoável inteligência" para trabalhar com vários tipos de máquinas.

Com efeito, dificulta-se a especialização do trabalhador, ao mesmo tempo que os salários desse tipo de trabalhador se eleva. Como afirma Kautsky, "(...) sob o regime de produção capitalista a máquina não tem como função realizar economias de força de trabalho, mas de salário. Ora, no campo, os salários são em regras, por uma série de motivos, muito inferiores aos da cidade. Por conseguinte, é aí menor a tendência a substituir-se a força de trabalho humano pela máquina".<sup>(28)</sup>

Percebe-se, assim, que na agricultura a máquina não cumpre o papel de reduzir o hiato entre tempo de produção e tempo de trabalho. A necessidade de respeitar o ciclo biológico das plantas e os fatores climáticos, impede o controle total do tempo de trabalho e de produção. Deve-se considerar, ainda, que os produtos agrícolas são mais ou menos homogêneos, isto é, independem do uso da máquina ou do trabalho manual. Assim, as máquinas não criam uma diferença qualitativa de produtos.

Apesar de reconhecer esses fatos, Kautsky adverte: "(...) o emprego de máquinas na agricultura desenvolve-se rapidamente, prova da perfeição que estas atingiram".<sup>(29)</sup> Como

28 KAUTSKY, Karl. op. cit. p. 56

29 Id. Ibid. p.57

confirmação disso, ele cita os exemplos do arado a vapor, da eletricidade, da drenagem e da irrigação, etc., que, não obstante os obstáculos levantados acima, aonde são empregados conferem vantagens à grande empresa agrícola; ao lhe permitir aumento de produtividade.<sup>(30)</sup>

A respeito da análise de Lênin sobre o setor agrário, ressaltamos que o seu entendimento fica mais claro quando a inserimos no contexto histórico-real em que foi gerada. De fato, os estudos de Marx e Kautsky se baseiam no contexto histórico-real das sociedades européias, onde o M.P.C. já se consolidara. Nesse sentido, eles procuram apreender o impacto que esse modo de produção instaurou na agricultura, antes de penetrá-la e após sua penetração.

Lênin, ao contrário desses autores, estuda uma realidade diferente, quando volta seu objeto de análise para a Rússia. Esse país se caracterizava como um espaço econômico e social, onde as relações de trabalho e de produção ocorriam de forma distinta e específica. Não se tratava de uma sociedade onde o desenvolvimento do capitalismo avançasse rapidamente, isto é, de uma sociedade de capitalismo maduro. A Rússia era uma sociedade onde o desenvolvimento do capitalismo ocorria de forma tardia e específica, ou seja, onde as relações de trabalho e de produção não ocorriam pela via «clássica» do capitalismo.

30 Outros tipos de inovações, tais como os insumos agrícolas modernos, não serão tratados nesse capítulo. Contudo, quando analisarmos o caso brasileiro pretendemos enfatizar essa via da modernização agrícola.

A partir de 1861, as estruturas jurídica e social deste país foram modificadas. Este período, conhecido como o de libertação dos servos, teve um forte impacto sobre sua economia. Iniciou-se um processo de transformação, contudo se mantiveram determinadas características do período anterior. Ao mesmo tempo em que prosperou o capitalismo, isto é, o comércio, a agricultura e indústria se transformaram, porém os hábitos e costumes comunais permaneceram presentes no campo.

Estas diferenças no quadro econômico e social se refletem no quadro político. Nas sociedades da Europa Ocidental, universo de estudo de Marx e Kautsky, contava-se com a força emergente de um proletariado urbano organizado e ativo para se contrapor à burguesia. Portanto, a questão política colocada era a superação do capitalismo. Ao passo que, na Rússia eram visíveis os traços do regime anterior.

De fato, na Rússia o setor agrícola se colocava como elemento chave do processo de desenvolvimento; o proletariado urbano era incipiente e a força política vinha do campo. Assim, a questão política estava posta na viabilidade ou não do capitalismo. Nesse sentido, os opositores com os quais Lênin se defronta não estavam na classe "burguesa", mas na força organizativa e teórica dos "populistas".

O populismo surgiu na Rússia, por volta da década de 60 do século passado, seus integrantes no afã do "ideário" democrático se deslocavam para o campo divulgando idéias e realizando estudos. Mais tarde, este movimento se tornou mais

organizado e assumiu conotações políticas bem definidas, sempre em defesa da terra e dos camponeses.

Para os populistas (31) os aspectos negativos do capitalismo superavam em muito os aspectos positivos. Acreditavam, também, que as condições econômicas e sociais da Rússia não indicavam o "capitalismo" como única saída para o desenvolvimento desta sociedade.

Isto fica claro neste trecho de uma carta escrita por Danielson à Engels: "Teníamos ante nosotros dos caminos, pero preferimos seguir el trazado por Europa occidental y rechazamos nuestros propios recursos históricos. Luego (después de conducir, probablemente, a una buena parte - millones - de campesinos a la proletarización) ingresamos en el regazo del régimen capitalista, para padecer todas sus implacables leyes económicas".(32)

### BCME - BIBLIOTECA

A questão colocada pelos populistas não é a negação do caráter capitalista da produção na Rússia, pós 1861, mas a dos efeitos que este trazia sobre a economia e a sociedade do

31 Citamos anteriormente Alexander V. Chayanov como um dos expoentes deste movimento e desta corrente teórica. Entretanto, é importante somar as posições de Nikolai F. Danielson ao conjunto dos trabalhos desenvolvidos pelos populistas. Particularmente no momento em que tentamos compreender os estudos de Lênin, a inclusão deste autor contribuirá muito para este feito, visto que Lênin sempre se refere a ele, ao longo de seus estudos, pelo seu pseudônimo de "N-on". As posições de N. F. Danielson foram extraídas a partir de uma leitura de suas correspondências endereçadas a Marx e a Engels, que se acha estruturada na forma de uma coletânea: ARICÓ, José (comp) Correspondência, 1868-1895: Karl Marx, Nicolai F, Danielsón, Friedrich Engels.- México; Siglo Veintiuno: /1981/

32 ARICÓ, José. Op. cit. p.292 [Correspondência datada em San Petersburgo, 3 (15) de octubre de 1892]

referido país. Os populistas tinham uma visão clara do aspecto tardio com que a Rússia se inseria no bloco das nações capitalistas, portanto, sua posição seria, sempre, subordinada. Acreditavam que nesta posição o capitalismo pouco ajudaria na resolução dos problemas do país; antes pelo contrário, contribuía para o aprofundamento desses problemas. Conforme afirma Danielson "(...) nos incorporamos al mercado mundial en la etapa en que debido a su progreso técnico predomina el modo capitalista de producción (...) cada nación quiere ser capitalista, cada nación hace todos los esfuerzos para sustraerle el mercado a sus rivales. (...) nosotros también tratamos de obtener mercados exteriores (...) Por medio de premios, es decir por medio de una limitación de nuestro mercado interno".<sup>(39)</sup>

Porém, se a preocupação com o mercado externo está presente quando os populistas analisam o capitalismo na Rússia, o mesmo, também, é verdadeiro no que se refere ao mercado interno: "(...) En efecto, tenía la intención de ofrecerle una versión rusa de la creación del mercado interior para las classes productivas y de demostrar como (...) el proceso de separación de la industria com respecto a la agricultura (...) puede proporcionar al mercado interior de un determinado país las dimensiones y estabilidad necesarias para el modo capitalista de

<sup>39</sup> ARICÓ, Jose. Op. cit. 253/265 [Correspondência datada em San Petersburgo, 12 (24) de noviembre de 1891 e em San Petersburgo, 12 (24) de marzo de 1892]

producción(...)" (34)

Acreditamos que os populistas entendiam que o M.P.C. cria e amplia o mercado interno; e isto estava intimamente ligado a separação entre agricultura e indústria e ao consumo produtivo, ou seja, consumo dos capitalistas. Porém, apesar de reconhecer a importância do mercado interno para o desenvolvimento do M.P.C., os populistas se preocupavam com as especificidades desse desenvolvimento. Nesse contexto, podemos dizer que a inquietação dos populistas está colocada no caráter tardio e subordinado da economia russa; que está emergindo como nação capitalista num momento em que o mercado externo já se encontra dividido entre as nações desenvolvidas.

Entendemos que os populistas não desprezam os aspectos gerais do desenvolvimento capitalista. Contudo, suas preocupações vão além da busca de uma compreensão geral e formal. De fato, o ponto central dessa busca está colocado na procura de soluções para os problemas de uma nação de "capitalismo tardio", portanto, com uma conformação histórica diferente e específica das nações que saíram à frente nesse processo de desenvolvimento.

Assim, julgamos pouco precisa a crítica de Lênin aos populistas, isto é, a de que eles (os populistas) pressupunham que a transformação do pequeno produtor em operário assalariado estrangulava o mercado interno. (35) Sem dúvida, esta crítica de

34 ARICÓ, José. OP.cit. p.253 [Correspondência datada em San Petersburgo, 12 (24) de noviembre de 1891]

35 LÉNIN, V. Illich. op. cit. p.16

Lênin se aplica particularmente à Danielson a quem Lênin tratava por Sr. N-on. A este respeito, entendemos que outro problema encontrado por Lênin nos trabalhos de Danielson retrata melhor a sua inquietação: " (...) sabe-se que na produção capitalista, o valor de um produto decompõe-se em três partes: 1) a primeira compensa o capital constante (...), 2) a segunda compensa o capital variável(...), 3) a terceira constitui a mais valia pertencente ao capitalista. (...) Geralmente se admite - como o fazem por exemplo os Srs. N-on e V.V. - que a realização (...) das duas primeiras partes não oferece dificuldades (...). No entanto, como se realiza a terceira parte, a mais valia ? (...) os nossos economistas chegam à seguinte conclusão: para resolver a dificuldade posta pela realização da mais valia é necessária a conquista de um mercado externo (...).<sup>(36)</sup>

Sem dúvida, a visão populista sobre a questão do mercado externo é colocada de forma pertinente nesta citação e no restante da análise que Lênin desenvolve. Conforme foi exposto, a preocupação de Danielson, como dos demais populistas, era a posição em que a Rússia se inseria no mercado externo em relação a posições já ocupadas pelos países desenvolvidos neste mercado.

Ao que nos parece, Danielson acreditava que se a Rússia não se encontrasse nesta posição os problemas do capitalismo, parcialmente, se resolveriam. Danielson, em carta de 12 de março de 1892, endereçada a Engels, analisa todo o esforço russo de construção do capitalismo, e destaca "(...) todos nuestros

<sup>36</sup> Id. Ibid. p.17

esfuerzos estuvieron orientados a una ampliación del comercio y de la industria (...) nos dedicamos a proteger nuestra industria capitalista (...)” (37). E conclui que, apesar de tudo, o mercado interno se mostrava muito reduzido. “(...) Este es nuestro punto de partida; este es nuestro mercado interno. Y ao mismo tiempo hemos alcanzado un progreso técnico maraviloso gracias a lo cual el número de obreros necesario es insignificante. Una nación capitalista supera la contradicción señalada por nuestro autor ampliando el mercado exterior. Como hemos de vencer nosotros esta contradicción ? (...) Dónde encontrar mercados ? Cuando salimos al mercado libre mundial, las condiciones nos son sumamente desfavorables.”(38)

Lênin elege a questão do “mercado” como objeto de estudo e procura elucidar que a saída para o capitalismo não está colocada na ampliação do mercado externo, mas do mercado interno. “Com relação ao problema do mercado interno, foco do nosso interesse, a conclusão principal a extrair da teoria da realização de Marx é a seguinte: o crescimento da produção capitalista e, conseqüentemente, do mercado interno, vincula-se mais aos meios de produção e mesmo aos artigos de consumo (...) Trata-se de uma verdadeira “produção pela produção”(39)

37 ARICó, José. Op. cit. p.263/264 [Correspondência datada em San Petersburgo, 12 (24) de marzo de 1892]

38 ARICó, José. Op.cit. p.265/283 [Correspondência datada em San Petersburgo, 12 (24) de marzo de 1892 e San Petersburgo, 7 de julio de 1892]

39 LÊNIN, V. Illich. op. cit. p.23/25

Porém, embora Lênin seja bem mais contundente em sua análise sobre mercado interno, julgamos que o principal problema para contrapor sua análise ao dos populistas advém da diferença entre os "objetos" analisados pelos autores. Nos parece que o centro da preocupação de Lênin está colocado, em primeiro lugar, na constatação de que o M.P.C. penetrou e está se desenvolvendo na Rússia; preocupação que se faz presente no capítulo II e VII de seu livro em estudo.

Em segundo lugar, entendemos que, para Lênin, todo e qualquer problema presente na economia russa tem sua solução nos "limites" e nos "moldes" colocados pelo M.P.C. no geral. Assim, Lênin desconhece a especificidade russa quando se quer buscar soluções, embora a admita nas particularidades dos problemas gerados.

Nesse sentido, podemos dizer que os aspectos levantados por Danielson são mais pertinentes quando se trata de estudar a realidade concreta daquela sociedade; e não, apenas, de entendê-la do ponto de vista da lógica formal do M.P.C. em uma sociedade. O objeto de estudo dos populistas é o desdobramento, tanto no quadro econômico quanto no quadro social, do M.P.C. sobre a sociedade russa.

Ciente de que esse modo de produção já se consolidara, Danielson se questionava sobre os seus efeitos e sobre a possibilidade de se buscar soluções específicas para o caso russo. Assim, ele chega a questionar se o capitalismo seria para a Rússia um estágio necessário de desenvolvimento. "Transcurridos

trenta años del actual régimen hemos llegado a la crisis. No a una crisis de la producción, del dinero o a alguna otra crisis parcial, sino a una que está sovacando toda nuestra existencia social y económica"(...).(40)

E enfaticamente afirmava: "Las carencias de la forma de producción capitalista son tan evidentes, su influencia es tan desastrosa para el país, que la sociedad rusa se ve forzada a buscar alguna solución ... y tal solución sólo puede ser hallada en el desarrollo de las bases heredadas de nuestra historia anterior (...) Acaso la industria moderna sólo es posible sobre la base del capitalismo ?"(41)

Percebe-se que a preocupação de Danielson reside nas condições de misérias presentes na sociedade russa e na constatação de que o desenvolvimento do M.P.C. não lograra à sociedade os "frutos" colhidos pelas sociedades ocidentais. Esse entendimento de Danielson tem como base a observação feita por Marx sobre a sociedade russa, conforme pode ser vista no trecho dessa carta: "Pero tanto, hay que observar el desarrollo actual hasta que las cosas hayan madurados, solo entonces se las puede "consumir produtivamente", isto é, "teoricamente (...)."42

Dada a complexidade dos assuntos apresentados neste

40 ARICÓ, José. Op. cit.p.293 [Correspondência datada em San Petersburgo, 3 (15) de outubro de 1892]

41 ARICÓ, José. Op. cit. p.294/266 [Correspondência datada em San Petersburgo, 3 (15) de outubro de 1892 e em San Petersburgo, 12 (24) de marzo de 1892]

42 ARICÓ, José. Op. cit. p.24 [Correspondência datada em Londres, 10 de abril de 1879]

capítulo, entendemos que é necessário delimitar alguns aspectos que nos servirão de pistas para a elaboração do restante desta dissertação. Vejamos:

i) Para os marxistas a questão agrária só pode ser entendida a partir da teoria do desenvolvimento capitalista. Porém, isto é mais correto para Marx e Lênin que, como fica claro em seus estudos, não trabalham com este assunto enquanto questão central. Assim, podemos inferir que falta nesses estudos uma análise mais específica sobre a questão agrária, que só aparece de forma mais concreta quando ditos autores se referem às tendências e transformações que o M.P.C. suscita em uma sociedade.

ii) Kautsky, tomando como referencial a teoria marxista, dedica-se a pesquisar mais objetivamente a questão agrária. Talvez, seja justamente este fato que torna sua análise mais rica das informações que procuramos. Ao fazer uma análise do camponês, enquanto classe social, ele é bastante crítico em suas posições. Percebendo que os camponeses não se sentem como proletários, sobretudo os camponeses/proprietários, ele afirmará que estes "são irrecuperáveis para a causa do proletariado". Isto é, não se poderia esperar o seu apoio ou sua aliança com o movimento proletário. Além disto, nos congressos que participa, ele chega a postular que não deve haver dúvidas quanto ao desaparecimento destes agentes econômicos; e que isto é necessário e inevitável.

iii) No que diz respeito à análise econômica as inferências feitas por Kautsky são menos contundentes. O fato é que, mesmo se mantendo fiel a sua postura política, ele assume, em certos

trechos da questão agrária, pontos de vista que ficariam melhor em seus adversários teóricos e políticos. Isto deve ser compreendido como uma reflexão que ele se vê obrigado a fazer, dado as diretrizes que o desenvolvimento da agricultura assumia. A intensidade e a clareza dessas diretrizes não são suficientes para fazê-lo romper com as concepções teóricas, ideológicas e políticas adotadas. Salientamos, contudo, que as contradições encontradas nos trabalhos do autor não se traduzem em meras contradições de seu pensamento; porquanto expressam as contradições do desenvolvimento das sociedades, nessa época.

iv) Chayanov é colocado como o autor representante da posição populista. Acreditamos que este autor tinha como preocupação estudar um determinado segmento dos agentes econômicos do campo. Nesse sentido, se sua argumentação se contrapõe à marxista, isto é algo derivado de suas observações da realidade russa e não seu objetivo principal. Julgamos que os trabalhos de Chayanov esclarecem alguns aspectos, até então bastante obscuros, a cerca da produção camponesa. Porém, não se concorda com um de seus argumentos centrais: o tratamento das U.P.'s camponesas enquanto um modo de produção específico. Ao nosso ver, mesmo considerando que estas U.P.'s têm uma lógica de produção diferenciada, as mesmas não podem ser vistas como autonômas, pois se encontram inseridas no espaço agrário e, de forma geral, no M.P.C. Torna-se necessário precisar a natureza da articulação que se desenvolve entre este grupo dentro do setor agrário e, também, com o restante da estrutura econômica e social presente no M.P.C.

v) Acreditamos que, tanto no que se refere ao espaço agrário quanto no que extrapola deste, a relação que se desenvolve entre as Unidades de Produção Camponesa e as restantes têm um caráter subordinado. Portanto, a autonomia atribuída por Chayanov a estas U.P.'s tem que ser relativizada. Nos parece que Chayanov dedicou pouca atenção a este aspecto, dado que em sua análise trata estas U.P.'s como um modo de produção específico. Nesse sentido, ele confere muito mais autonomia às referidas U.P.'s do que estas possuem. O interesse fundamental de Chayanov era mostrar que as U.P.'s camponesas estiveram presentes em vários "modos de produção" anteriores e sua presença nos "modos de produção" atuais confirma que sua tendência não é o desaparecimento.

vi) Em resumo, podemos dizer que a teoria de Chayanov não analisa o campesinato enquanto classe social, mas como empresa.<sup>(43)</sup> Sua preocupação é com a forma de organização da produção nessas U.P.'s. Ao observar estas U.P.'s, sua preocupação se prendia ao estudo das relações técnicas internas de produção. A grande contribuição de Chayanov está em mostrar que o comportamento destas não pode ser entendido à luz das categorias capitalistas, pois sua lógica de produção é diferente. Isto implicou em uma quebra com a teoria marxista e lhe impôs a necessidade de formular outra teoria. Contudo, ao nível de teoria

<sup>43</sup> A este respeito veja: (i) Lehmann, Dawid. Ni Chayanov Ni Lênin: Apuntes sobre la Teoria de la Economía Campesina. Estudios Rurales Latinamericanos.- Colômbia. Vol.3, n.1, p. 5-23, 1980.

(ii) Bartra, Roger. La Teoria del Valor y la Economía Campesina: invitación a la lectura de Chayanov. Comercio Exterior, Vol 25, n. 5, may, 1975.

econômica não se pode dizer que Chayanov inovou, ele apenas criou uma metodologia própria para analisar aquilo que é o seu objeto: unidade de produção camponesa. Mas, é, sobretudo, nas estatísticas e nas posições populistas, expostas no debate político, que ele se fundamentará.

vii) Cabe esclarecer que, justamente por não estudar o campesinato enquanto relação social, as posições de Chayanov a cerca do processo de diferenciação do campesinato se diferem bastante das formuladas pelos marxistas. Para ele, esse processo deve ser entendido dentro do contexto do crescimento populacional e do funcionamento do mercado de terra. Ao sugerir isto Chayanov restringe as possibilidades de se estudar o processo de diferenciação dessas U.P's de modo genérico; isto é, deve-se respeitar as especificidades históricas e regionais.

viii) Ao nosso ver, as preocupações e as postulações levantadas pelo autor são claras e nos mostram a necessidade de analisar dito segmento produtivo de forma específica e não genérica. Nesse caso, a regionalização dos estudos pode contribuir para que estes se tornem mais condizentes com a realidade. Outro ponto importante da análise de Chayanov é seu argumento de que estas U.P's se transformam. Modificam, até mesmo, sua estrutura interna para se adaptar às exigências dos modos de produção, onde estão presentes; porém, isto não implica em alterações na relação social de trabalho, que continua ocorrendo de forma não-capitalista.

BCME-BIBLIOTECA

### 3 AMÉRICA LATINA: UM ENFOQUE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E A UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL NO SÉCULO XX

Passaremos, em seguida, a concentrar nossa atenção na América Latina procurando entender como a questão agrária é analisada, dado que esta é uma região onde o M.P.C. se desenvolve de forma tardia. Assim, o debate sobre a questão agrária na América Latina, no século XX, será feito à luz do momento histórico e das especificidades do capitalismo nesta região.

O nosso objetivo é resgatar o pensamento latino americano sobre a questão agrária. Não estamos preocupados com a evolução e desenvolvimento da América Latina (A.L.) em si. O nosso interesse é compreender a forma como os "estudiosos" do setor agrário entendem a "problemática" levantada no primeiro capítulo.

Conforme foi exposto, acreditamos que qualquer estudo sobre a questão agrária em determinado espaço tem suas raízes no debate travado durante o século passado. Nesse contexto, à medida que as sociedades latinas americanas são vistas como sociedade especificamente capitalista, mas portadoras de especificidades, este debate deve assumir conotações diferenciadas.

Percebe-se, assim, que um dos aspectos essenciais para a compreensão do que levantamos é a criação da Comissão de Estudos para a América Latina (C.E.P.A.L.). Embora os estudos da

C.E.P.A.L. não visem em específico o setor agrário, pois estava-se muito preocupado com a teoria do desenvolvimento econômico ao nível de A.L., este será um setor extremamente analisado; dado que é apontado como um dos focos de estrangulamento do desenvolvimento nestes países.

### 3.1 Visão estruturalista do campo

BCME-BIBLIOTECA

Não é, pois, nosso objetivo discutir as concepções cepalinas sobre o desenvolvimento da A.L., mas, apenas, apresentá-las. Objetiva-se extrair desta apresentação sumária da tese cepalina as linhas gerais que dão suporte ao seu pensamento, notadamente sobre a questão agrária. Preocupado em entender o subdesenvolvimento, mais especificamente a A.L. e seu atraso no processo de desenvolvimento, o pensamento da C.E.P.A.L. procurará recuperar o processo de formação das sociedades latinas americanas. Nesse sentido, é inegável o avanço que se teve em termos de formulações e estudos sobre a problemática "desenvolvimento x subdesenvolvimento".

Estes estudos procuram mostrar que a forma de inserção subordinada das economias latinas no processo de desenvolvimento do M.P.C. conforma estruturas econômica, social e política distintas de outros países que saíram à frente nesse processo. Estes dois blocos de nações se relacionarão, porém o último tenderá, sempre, a exercer uma relação de dominação sobre o

primeiro; o que reforça a sua posição subordinada.<sup>44</sup>

Percebe-se, portanto, que existe certa semelhança entre a forma de entendimento cepalino sobre a inserção dos países da A.L. no conjunto das nações capitalistas, principalmente no que se refere as relações desenvolvidas no mercado externo, e a forma de entendimento dos populistas sobre a situação da Rússia, no que diz respeito a esses aspectos.

Dessa forma, as nações latinas por se inserirem no bloco das nações periféricas têm, por conseguinte, uma estruturação de seus espaços produtivos que vem a reboque das economias centrais. De acordo com a visão cepalina, a realidade latino americana é específica e o subdesenvolvimento marcou a sua estrutura produtiva e as possibilidades de desenvolvimento desses países são restringidas.<sup>(45)</sup>

44 A este respeito pode-se dizer que a CEPAL surge como resposta às alterações na economia mundial, pós-segunda guerra mundial. Entre estas, duas são, particularmente, importantes: (i) as alterações no comércio internacional; (ii) a divisão do mundo em dois blocos: capitalista e socialista. Tais alterações terão sérias repercussões sobre os países da A. L. que se caracterizavam por serem exportadores de alimentos. Este fato será discutido pelos intelectuais cepalino que percebem as desigualdades nas relações de troca entre os países da A. L. (caracterizados como periféricos) e os países desenvolvidos (caracterizados como centrais). A este respeito veja: FURTADO, C. Teoria do desenvolvimento econômico. PREBISH, R. Dinâmica do desenvolvimento econômico latino americano. - Rio de Janeiro: Fondo del cultura, 1964.

45 As teorias das trocas desiguais, serão, portanto, um dos principais argumentos usados para explicar que a divisão internacional do trabalho (DIT) ao impor aos países periféricos a condição de exportadores de produtos primários e importadores de produtos industrializados, reforçava a desigualdade das estruturas produtivas entre os países destes dois blocos. Assim, o subdesenvolvimento deixa de ser visto com um estágio do

Desses argumentos surge a teoria nacional desenvolvimentista. Para os defensores desta teoria, era necessário acelerar o desenvolvimento econômico destes países e isto passava, necessariamente, por uma aceleração do processo industrial e por reformas estruturais no setor agrário.

Toma-se, assim, o setor industrial como o retrato do moderno e, nesse sentido, as relações sociais de trabalho e de produção aí desenvolvidas são contrapostas às observadas no setor agrário. Desse confronto, surge o conceito de "dualismo estrutural" que explicita as desigualdades existentes entre esses dois setores. Porém, o dualismo estrutural representa a formulação de uma idéia mais geral, isto é, pressupõe certa "funcionalidade" das desigualdades e advoga que o setor atrasado (agrícola) restringe as possibilidades de crescimento do setor moderno.

Baseados nestas idéias sobre as sociedades latinas americanas, os estruturalistas cepalinos pressupunham que o setor industrial poderia, com seu dinamismo, romper com o subdesenvolvimento. As idéias do "nacional desenvolvimentismo" nascem desta crença. Para seus defensores era necessário que o governo, através do planejamento, canalizasse recursos a esse setor e empreendesse uma reforma da estrutura agrária para servi-la. Até o momento, a agricultura cumpria o importante papel de suprir de divisas, matéria-prima e mão-de-obra a indústria.

processo de desenvolvimento e passa a ser percebido como resultado deste processo.

Agora, além de cumprir esse papel, era necessário que se transformasse, revertendo o quadro de concentração da terra. A reforma agrária passa a ser um dos aspectos políticos defendidos por essa corrente.

Pensamos que, a partir do pensamento cepalino, a A.L. será melhor conhecida. Porém, ao se deparar com os problemas levantados acima, o pensamento cepalino propõe soluções meramente econômicas. A reforma agrária, esta era a proposta cepalina para a solução da questão agrária na A.L.; a despeito do seu conteúdo social e político, é, também, uma solução econômica para o problema do desenvolvimento do M.P.C. em uma "nação periférica"; ou seja, solução para o problema do fraco dinamismo do mercado interno.

Todavia, ressaltamos que apesar das idéias do "nacionais-desenvolvimentismos" terem servido de base para a transformação da estrutura produtiva desses países, as mesmas sofreram um forte abalo (46) em seus aspectos sociais e políticos. A industrialização como vetor de crescimento econômico e de mudança obteve pleno êxito. Contudo, a idéia de buscar a autosuficiência e a independência econômica havia fracassado.

No que se refere ao setor agrário, a "funcionalidade" de seu papel face a industrialização se altera. Assim, do tradicional papel de garantir a entrada de um fluxo de divisas

46 A tomada do poder político pelos militares e a consequente implantação dos regimes ditatoriais na A.L., marcam um novo pacto político ao nível interno e externo. Dentro desta nova ordem política, as idéias cepalinas são incompatíveis tanto na esfera econômica como política.

via setor de exportação e de ofertante de alimentos e mão-de-obra para o setor urbano, a agricultura passa a ser percebida como setor que precisa ser transformado em mercado para os produtos industriais e vice-versa.

Durante algum tempo, a análise cepalina se concentra em torno destes aspectos. Com o amadurecimento das idéias surgem outras análises interpretativas. Assiste-se, na década de 70, ao renascimento das idéias expostas no debate clássico do século passado. A diferença central entre estes argumentos e os daquela época é que na A.L. não se pode falar em "camponês" no sentido que este segmento assumiu na Europa.

Com efeito, a formação das sociedades latinas americanas ocorre em um momento histórico distinto, o que conforma uma estrutura econômica, social e política específica; isto é, própria dos países latinos americanos. Mesmo considerando tais especificidades, a temática da questão agrária ainda ocorrerá em torno dos defensores do camponês - "chamados campesinistas" - e os que advogam o desaparecimento deste segmento - "descampesinista".

Entretanto, os argumentos cepalinos serão o referencial para análise da reforma agrária e do processo de transformação da agricultura, na década de 60. Dessa forma, a politização do debate e a procura de estudar e entender o setor agrário latino motivará uma retomada das posições marxistas e das populistas. Também se abre espaço para as formulações neoclássicas, nas abordagens da teoria da modernização. A seguir, trataremos desses

aspectos.

### 3.2 A Evolução das idéias marxistas e populistas na América Latina.

Conforme salientamos, o renascimento deste debate na A.L. assume a conotação de defesa ou não do camponês. A polêmica que se deriva desta posição ficou conhecida no debate travado entre "campesinistas" X "descampesinistas" que, como veremos, muito pouco acrescenta ao que já foi tratado no capítulo anterior.

Algumas versões "evolucionistas" do marxismo procuram entender o espaço agrário na América Latina dentro da perspectiva teórica das tendências apontadas pelos estudiosos, do século XIX, (47) sobre o comportamento e as transformações da agricultura. Assim, a partir das formulações de Marx, Lênin e Kautsky acerca deste assunto, a versão evolucionista procura identificar na América Latina um quadro agrário semelhante ao europeu.

De certa forma, pode-se dizer que os populistas, também, procuram identificar no setor agrário latino-americano aspectos que evidenciem as semelhanças entre os grupos populacionais do campo e o camponês europeu, principalmente o russo do século passado.

47 A este respeito veja: SCHEIFTMAN, Alexander . Economía campesina: lógica interna, articulación y persistencia. Revista de la CEPAL. n.11, ago. 1980.

Esses dois blocos de intelectuais são comumente chamados de "campesinistas" e "descampesinistas" ou evolucionistas marxistas e populistas. Esta conceituação, ainda que grosseira, tem como objetivo explicitar as posições teóricas dos estudiosos e é vastamente empregada na literatura sobre o agro latino-americano. Em ambos os casos, percebe-se que a despeito do aspecto contemporâneo, a raiz do mesmo remonta ao século passado.

Assim, os "campesinistas" advogam as possibilidades de permanência, sobrevivência e fortalecimento do camponês latino-americano, enquanto os "descampesinistas" sustentam que o campesinato se encontra em vias de desaparecimento e que as relações capitalistas no campo estão se intensificando. Os argumentos utilizados pelos "campesinistas" para justificarem sua posição se baseiam em duas suposições.

A primeira é a de que os camponeses pertencem a um "modo de produção" específico; e, a segunda é a da superioridade da produção camponesa ou familiar. Através do trabalho de Chayanov e de evidências empíricas, procuram comprovar o caráter específico do "modo de produção camponês" e, através do raciocínio microeconômico, procuram demonstrar a superioridade da produção camponesa.

Em quaisquer dos argumentos utilizados permanece, por um lado, a convicção de que o entendimento da produção camponesa não é compatível com o entendimento das categorias que o modo de produção capitalista pressupõe e, por outro lado, que a produção

camponesa é um dos elementos necessários à expansão do M.P.C. nessas sociedades. Esta última posição pode ser vista de forma clara nos trabalhos de Stavenhagem, um dos principais campesinistas mexicanos, "(...)un país capitalista dependiente... la existencia de una economía pequeño-campesina, no totalmente destruida por las relaciones de producción capitalista, es funcional al desarrollo del capitalismo mismo, y no sólo es funcional en el sentido de que es frenada su descomposición por el desarrollo del capitalismo mismo, sino las necesidades de este capitalismo subdesarrollado y periférico recrean constantemente la economía campesina(...)." (48)

A outra convicção dos campesinistas, diz respeito a lógica da produção camponesa que se supõe diferenciada da lógica de produção capitalista. Sobre esse aspecto, cremos já tê-lo enfatizado de forma suficiente no capítulo anterior. Porém, acrescentamos que face ao crescimento do trabalhador temporário na agricultura latino-americana, os "campesinistas" têm argumentado que se constitui em visão simplista a identificação da presença do salário com o processo de proletarização.

Klaus Heynig expõe os argumentos de Arturo Warman, outro expoente da corrente campesinista no México, que afirma: "(...) apesar de representar un complemento vital, el salario queda subordinado a una red de relaciones fundamentales

48 STAVENHAGEN, R. Capitalismo y campesinado en el desarrollo agrario, p. 670. Citado por HEYNG, Klaus. Principales enfoques sobre la economía campesina. Revista de la CEPAL, n. 16, abr. 1982. p.134

no mercantiles que ocupan una posición central y estratégica para la supervivencia, la reproducción y la organización de las relaciones productivas campesinas."(47)

Diferente destes argumentos e proposições são as formulações dos "descampesinistas" sobre o setor agrário latino-americano. Embasados numa forma de pensar totalmente distinta, eles entendem que no setor agrário coexistem diferentes formas de produção. A produção em larga escala, pela superioridade técnica e pelas economias de escala, irá, paulatinamente, eliminando as unidades produtivas menores. Tal qual advogavam os clássicos do século XIX, esta corrente percebe que este movimento de supressão é gradual.

De fato, ele destacam que, principalmente, na América Latina as formas de subordinação que as unidades de produção do tipo capitalista exercem sobre as U.P.'s do tipo familiar-camponesa, são multivariadas. Segundo Bartra, "la relación estructural de la pequeña economía campesina con la gran empresa capitalista conlleva inevitablemente la desintegración, pauperización y proletarización de la primeira".(48)

Assim, tomando como suporte de suas análises o referencial marxista, os descampesinistas advogam que o desenvolvimento capitalista cria e recria estas relações não capitalistas de produção; ou seja, a tendência é o

49 HEYNIG, Klaus op. cit. p. 135

50 BARTRA, R. Estructura agraria y classes sociales en México. - México: Ed. Era, 1974. p. 45

desaparecimento dos segmentos que organizam a produção de forma não-capitalista. Dado a sua funcionalidade, o sistema capitalista os acomoda nas brechas, onde sobrevivem.

Dessa forma, a análise sobre as diferenciações dos espaços e das estruturas produtivas existentes na América Latina passam a ser estudadas sob um ponto de vista mais flexível. Isto é, são introduzidas as noções de articulações de modos de produção, diferentes relações de produção e subsunção formal do trabalho ao capital.

No nosso ver, para o campesinistas, o processo de transformação da agricultura seguirá com algumas diferenciações a marcha do processo industrial. Acreditamos que a generalização e a não distinção entre os momentos históricos induzem aos equívocos restantes. Assim, os "descampesinistas", procuram identificar os outros componentes da transformação da agricultura; entre estes, um muito procurado é o processo de diferenciação do campesinato descrito por Lênin. Devido a falta de base material e histórica para se falar em camponês latino-americano, passou-se a identificá-lo com o segmento de produtores familiares.

Tal processo de diferenciação do campesinato baseia-se na origem, ou reforço, da formação de duas classes: a burguesia rural e os trabalhadores assalariados rurais. Entendemos que, a partir das transformações agrárias européias trazidas para a realidade latina-americana, este argumento é ameaçado pela anterior complexidade que a subordinação do trabalho ao capital

assume. Na ausência desta base empírica, considera-se que os produtores familiares agem como um pequeno burguês e que os trabalhadores, isto é, os membros da família, mesmo não recebendo formalmente os salários, são considerados trabalhadores assalariados.

Afirmações desta natureza são comprometedoras, pois não se sabe o tipo de critério teórico que lhes dá suporte. Entendemos que as relações que definem a propriedade dos meios de produção é de grande importância na fundamentação das relações de classes, porém isto não basta. É necessário que se conheça a relação de apropriação do valor criado e a relação de produção e trabalho que se desenvolve a partir da apropriação dos meios de produção, ou seja, como estes são colocados em ação.

Nesse sentido, os "descampesinistas" deixam de lado a ausência de aspectos essenciais para definir produção capitalista, como a separação do trabalhador dos instrumentos de trabalho e a transformação da força de trabalho em uma mercadoria, por conseguinte, ausência de categorias como salário e lucro. Para eles, o fato do trabalho ser coletivo, a propriedade comum e a forma de organizar a produção e o trabalho ser diferenciada da capitalista se explica pela lógica de valorização do capital; isto é, o capital não precisa penetrar este setor para se valorizar. Os mecanismos criados na articulação garantem a apropriação de excedentes pelo setor capitalista. E a ausência de lucro e salários só se justifica em termos contábeis, pois a apropriação privada do excedente garante,

na essência, a diferenciação de rendimentos.

Tal corrente pressupõe que o trabalho familiar não é definido pela família, por suas demandas e necessidades. Mas, que ao contrário, tal definição é dada por determinantes fora do âmbito da produção familiar, isto é, no processo geral de produção de mercadorias que visa a valorização do capital. Assim, é o próprio capital que passa a comandar o processo de trabalho e de produção. Nesse sentido, é a soma do capital investido que define o emprego dos membros ativos da família, em termos de quantidade, sexo, idade, etc..

Ao levantar tais aspectos os "descampesinistas" incorrem, inevitavelmente, numa formulação um tanto quanto confusa. É ponto comum, aos adeptos desta concepção, que em ditas sociedades o modo de produção capitalista é o modo de produção determinante e dominante. Mesmo quando tomadas em seu período colonial, as sociedades latinas são consideradas como sociedades inseridas no bloco capitalista com papel definido na D.I.T. (Divisão Internacional do Trabalho). É verdade que, nesta época, a despeito da penetração do capital na produção e circulação, a ausência de uma relação de assalariamento impedia de conceituá-las como sociedades especificamente capitalistas. Contudo, rompido este obstáculo não se pode pensar as sociedades latinas americanas, senão como sociedades especificamente capitalistas.

Se esta é a conclusão que se pode tirar, não há como pensar que, em ditas sociedades, o circuito de valorização do capital precise recorrer a um setor não-capitalista para que se

cumpra este processo. Também, não é pertinente supor que de fora do setor o capital comande o processo de produção e de trabalho e a própria articulação deste bloco com os setores capitalistas. Permanecer nesse tipo de formulação é incorrer numa séria contradição, onde a aceitação de que ditas sociedades são especificamente capitalistas é negada pela necessidade do capital se valorizar em um setor não-capitalista.

Acredita-se que a articulação e subordinação, através do qual se daria a transferência de excedente, não pode ser explicada pelos mecanismos que o setor capitalista cria, dado a sua necessidade de valorização. Inferir que o "setor capitalista" impõe esta condição subordinada ao "outro setor" e de fora dele lhe dita o quê, como e quanto produzir, é não perceber que enquanto agentes econômicos, capital sujeito, esta articulação se processa de forma conflituosa. Assim, a despeito da limitada autonomia, este bloco constituído pelas unidades de produção do tipo familiar cria entraves e contesta a posição em que se encontra e, também, tenta preservar aquilo que lhe é próprio: a forma de produzir.

#### BCME-BIBLIOTECA

Por fim, acredita-se que não se pode falar em "setor capitalista". O que deve ser considerado é a totalidade, ou seja, a constituição de uma sociedade especificamente capitalista, onde o capital cumpre o circuito de valorização sem precisar de apoios externos. O fato de existir núcleos, onde a forma de produzir não se dá por uma relação de trabalho e de produção capitalista, deve ser entendido de outra forma. Mesmo aceitando que o capital

utiliza este "apoio", não concordamos que dito apoio lhe seja externo. Ele está inserido e é parte desta totalidade.

Conforme foi exposto anteriormente, tornou-se praticamente consenso entre os "campesinistas" o processo de diferenciação do campesinato. Assim no lugar de campesinato o que se encontra hoje, em suas formulações, é a conceituação de "burguesia rural". A este respeito, deve-se levantar o questionamento sobre o que é burguês? Tomado em sua posição no espaço urbano/industrial, a burguesia é uma classe oriunda de comerciantes que se enriquece e passa, mais tarde, a comandar a atividade de produção, etc. Portanto, o que caracteriza a burguesia é sua posição neste modo de produção e não, apenas, o fato de serem proprietários e se enriquecerem. Ela é a classe que extrai e captura valor na esfera de produção e circulação de mercadorias. Ora, o que se pode inferir de tudo isto é que identificar a burguesia rural enquanto produtores familiares é no mínimo muito arriscado.

Do que foi exposto, percebemos que os argumentos usados, tanto por uma como pela outra visão do agro latino-americano, carecem de base empírica e teórica. Concentra-se à atenção não no que está ocorrendo mas no que ocorrerá, enquanto necessidade dotada de uma visão teleológica ditada pelas leis tendenciais. A falta de base empírica é um dos elementos ratificadores deste viés.

De fato, os "descampesinistas" não percebem que a unidade de produção camponesa, tanto na produção quanto na

geração de emprego, tem um papel de destaque no setor agrário latino.<sup>(51)</sup> Do mesmo modo, os "campesinistas" não entendem que existem significativas diferenças entre os agentes econômicos que tratam como constituindo um só segmento sócio-econômico: o camponês.

Outro aspecto importante diz respeito a definição do conceito de camponês. Ao nosso ver, ambas as visões ainda permanecem fundamentadas na idéia de que o camponês se encontra amarrado numa estrutura social, econômica e política tradicional. Isto fica claro, pois, na maioria das vezes, a conceituação e/ou caracterização do camponês se faz através da negação; ou seja, "tudo" aquilo que não é capitalista.

"Desde el punto de vista conceptual, la agricultura campesina comprende el segmento de la agricultura fundada en el trabajo familiar, donde el régimen salarial solo se practica en forma ocasional; la familia es el nucleo esencial tanto en el ámbito de la producción como del consumo.... Desde el punto de vista de las formas de tenencia de la tierra, en America Latina la agricultura campesina reúne a propietarios de pequeñas extensiones, arrendatarios, aparceros o medieros, colonos poseedores de tierras de frontera, ocupantes precarios sin títulos de dominio y asignatarios de unidades de caracter familiar em processo de reforma agraria."<sup>(52)</sup>

51 A este respeito veja: ORTEGA, Emiliano. La Agricultura Campesina in America Latina. Revista de la CEPAL. n.16, abr. 1982.

52 ORTEGA, Emiliano. op. cit. p. 80-81

Sem dúvida, todo esforço de conceituação é complexo e esta amarração conceitual, exposta acima, é de uso corrente na literatura agrária da A.L.<sup>(53)</sup> Todavia, nos parece mais aceitável a argumentação de Heynig: "La realidad agraria en America Latina, consideradas todas sus diferencias históricas, sociales, culturales y geograficas, se caracteriza por un campesinato que está viviendo procesos simultáneos - y con diferentes grados de intensidad - de proletarización, campesinización e "descampesinización", que dependen de las características que adquiere el modelo de desarrollo vigente en cada país".<sup>(54)</sup>

Se o processo de transformação vivenciado pelo camponês se diferencia de país para país, a definição do que é o camponês perde o sentido; visto que dificilmente este apresentará as mesmas características de modo a se constituir um segmento social homogêneo. Acreditamos que um traço que auxilia a definição, é o fato destes se apresentarem, quase sempre, como produtores familiares.

Outra questão que carece de um melhor aprofundamento na visão "campesinista" e "descampesinista" é o fato de, sempre, suporem que o modo de produção capitalista ao se desenvolver gesta "categorias puras"; despreendendo pouca atenção às ambiguidades e contradições que também são gestadas a partir desse

53 SCHEJTMAN, Alexander. Economía Campesina: Lógica, articulación y persistencia. Revista de la CEPAL. n.11, ago. 1980. p.123

54 HEYNIG, Klaus. Op.cit. p.138

desenvolvimento. Isto reforça a necessidade de se trabalhar com conceitos "menos fechados" e de estar atento à realidade.

### 3.3 Sobre a "teoria da modernização"

De acordo com Heynig, (55) a dicotomia entre setor atrasado e moderno está implicitamente colocada nos enfoques modernizantes, que ganham espaço político na América Latina sob o patrocínio da "Aliança para o Progresso". Para ele, o diagnóstico apresentado por esta teoria, de cunho claramente neoclássico, é de que o atraso do setor agrícola (tradicional) se justifica, pois a produção é uma função da terra e da mão de obra, devido a baixa acumulação de capital.

Se este é o diagnóstico, o remédio é simples: trata-se de levar capital e tecnologia a este setor, de forma que se modernize; ou seja, de introduzir neste setor fatores novos, por exemplo, transferir capital, gerar, adotar e difundir uma tecnologia moderna.

O entendimento de Heynig pode ser confirmado através do exame do trabalho de Schultz. (56) Schultz trabalha com a idéia de que "(...)há pouca probabilidade de crescimento proveniente da agricultura tradicional, porque os agricultores já esgotaram as possibilidades de produção lucrativas proporcionadas pelo nível

55 Id. Ibid. p.120-123

56 SCHULTZ, Theodore W. A Transformação da agricultura tradicional. - Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1965.

dos conhecimentos de que dispõem (...)"(57) Para ele, "(...) a agricultura tradicional pode ser transformada, por meio do investimento, num setor altamente produtivo e, dessa maneira, numa fonte pouco dispendiosa de crescimento econômico".(58)

Também, é possível perceber no trabalho do autor que o tamanho da propriedade não é o fator determinante para essa transformação, ou seja, a transformação da agricultura tradicional em moderna não se restringe ao espaço da grande propriedade. É, sobretudo, a forma de absorção do conhecimento econômico que influenciará nessa transformação.

A este respeito, Schultz observa que "(...) a situação em que se encontra a pessoa que toma as decisões de produção na agricultura é um importante fator na determinação da eficiência da produção agrícola. Tal situação depende das dimensões da fazenda e de estarem as decisões sob o controle de ausentes ou de residentes (...). Uma abordagem consiste em relacionar o controle das decisões de produção com a posse dos fatores agrícolas, que podem ser investido num proprietário ausente ou residente. Mas, seja ele investido em pessoas que residem nas fazendas ou em pessoas que vivem muito afastadas das operações que ali se processam, e seja a fazenda grande ou pequena, o que importa é a relação de cada um desses componentes com os conhecimentos econômicos em que se baseiam as decisões de produção, e com os incentivos econômicos e as recompensas oferecidas pela adoção de

57 SCHULTZ, Theodore. W. op. cit. p.136

58 Id. Ibid. p.116

decisões eficientes".(59)

Para que se processe esta transformação, Schultz considera essencial que os agricultores tradicionais adquiram, adotem e aprendam a usar um novo e lucrativo conjunto de fatores.(60) Para tanto, ele considera essencial a pesquisa organizada, a produção de insumos modernos e a "produção" de informações. Adverte, porém, que os "investimentos em pessoal agrícola" são de fundamental importância para a transformação da agricultura tradicional em moderna.(61)

Apoiados nesta convicção e na estratégia de modernização produtiva gestada a partir da "Revolução Verde", que aparentemente gerava um tipo de tecnologia apropriada para qualquer tamanho de propriedade, os adeptos da teoria da modernização passam a difundir a idéia de que os problemas do setor agrário poderiam ser resolvidos através do uso de insumos agrícolas modernos e da educação do produtor.

O uso dos insumos modernos permitiria o aumento da produtividade e da produção, no setor agrícola, e transformaria esse setor em um consumidor de produtos industriais. Resolve-se, assim, dois problemas: aumenta-se a produção agrícola e amplia-se o mercado consumidor de bens de consumo imediatos e de bens de capital. A educação do agricultor cumpre a função de capacitá-lo para o uso dos novos conhecimentos e insumos.

59 Id. Ibid. p.117-118

60 Id. Ibid. p.147

61 Id. Ibid. p.178-207

Nesses termos, a reforma agrária, com objetivo de redistribuição de terra, assume papel totalmente subordinado e de pouca importância. O produtor seja pequeno, médio ou grande é visto como um agente racional que busca a máxima eficiência dos fatores disponíveis. As idéias apregoadas pela teoria da modernização passam a se constituir na base de sustentação das políticas agrícolas, pós-60 na A.L.. O conceito de desenvolvimento rural "(...) supone una serie de políticas de apoyo a la producción agrícola, sin afectar los aspectos relativos a la propiedad y a la redistribución de la propiedad en el agro."(62)

Pelos aspectos apontados anteriormente, percebe-se que a Teoria da Modernização contém alguns pontos "obscuros" que merecem ser detalhados. O primeiro refere-se a visão dicotômica dos setores econômicos latino-americanos, um atrasado e o outro moderno. Ortega, citando Eric Wolf, esclarece "(...)es inadecuado describir las sociedades campesinas como agregados amorfos (...) "tradicionales", etiquetando a esas poblaciones con el calificativo de "ligados a la tradición", y juzgandolas como lo opuesto a lo "moderno".(63) Essa crítica formulada à teoria da Modernização, com a qual concordamos inteiramente, destaca o erro de concepção ou de diagnóstico que esta teoria incorre.

62 HEYNING, Klaus. Op.cit. p.122

63 ORTEGA, Emiliano. La agricultura campesina in America Latina: situaciones y tendencias. Revista de la CEPAL, n.16, abr. 1982. p.78

O segundo diz respeito à crença que perpassa toda a teoria da modernização de que as inovações tecnológicas, sejam genéticas, químicas e mecânicas, podem ser igualmente apropriadas pelos produtores; independentes destes serem pequenos, médios ou grandes produtores. De fato, não é o tamanho da propriedade o fator definidor do uso da inovação, mas a capacidade de acumulação de riqueza que esta tem. Para que não haja concentração na apropriação destas inovações, é fundamental a potencialização da acumulação de riqueza internamente nas unidades produtivas de pior situação econômica-financeira.

Apesar do equívoco do diagnóstico e da difícil execução dos objetivos, a teoria da modernização passa a ser o pilar das políticas agrícolas implementadas, no pós-60, na A.L.. Sem dúvida, a ascensão dos militares ao poder político e suas alianças com diversos segmentos e/ou classes sociais, implicaram outras soluções para os problemas agrários. A reforma agrária perde o "status" de política econômica para as políticas de desenvolvimento rural.

#### BCME-BIBLIOTECA

Não obstante estes fatos, a política agrícola adotada levou a uma penetração das inovações tecnológicas no "agro" latino-americano, a partir da década de 60. "El parque de tractores agrícolas, que em 1950 estaba integrado por unas 146.000 unidades, em 1979 según la FAO se elevó a 890.000(...) Pero dicha realidad expuesta en tales términos es apenas una presentación parcial(...) Em America Latina, em 1979, existía un tractor por cada 170 hectáreas de tierras trabajadas. Para formase una idea

relativa de magnitud, esa cifra puede compararse, con los antecedentes que ofrece la FAO para Europa en general, los que indican la existencia, en 1979, de un tractor por cada 21 hectáreas de tierras de cultivo (...)"(64)

Citamos o caso da mecanização, mas no que se refere ao uso dos insumos agrícolas modernos, do tipo pesticidas, defensivos, adubos, etc, assiste-se a um intenso crescimento do seu uso. Posteriormente, pretendemos discutir de forma mais aprofundada a questão das inovações tecnológicas na agricultura.

Cabe salientar que no processo de modernização agrícola coube ao Estado o importante papel de agente financiador. "Aproximadamente 10% del crecimiento de la producción agrícola latinoamericana correspondiente a las últimas décadas, se debió a los estímulos de índole diversa generados por la inversión pública agrícola. Esta se concentró coincidente y sostenidamente en obras de regadío, habilitación de suelos, mejoramiento de las instalaciones de almacenamiento y mercadeo agrícola y en la adquisición de máquinas y equipos requeridos por los servicios de investigación y asistencia técnica."(65)

Uma evidência concreta do volume do crédito agrícola na América Latina nos é mostrada por Álvaro Manoel, (66) que usando dados da CEPAL/FAO, 1985, exemplifica em termos percentuais o

BCME-BIBLIOTECA

64 ORTEGA, Emiliano. Op.cit. p.79

65 CORDOVEZ, Lopes Luiz. Crisis, políticas de ajuste y agricultura. Revista de la CEPAL. n. 33, dic., 1987. p.9

66 MANOEL, Álvaro. Questão agrária na América Latina. (mimeo).

volume deste crédito em relação ao P.I.B. agrícola e ao total de crédito, para o caso da A.L.. Em 1965 o crédito agrícola representava cerca de 35% do P.I.B. agrícola, e 13% do total de crédito; em 1970, 40% e 16%; e em 1980 atinge 60% e 20%, respectivamente.

Apesar dos esforços tentados e da relativa penetração das inovações tecnológicas no campo, a forma como esta ocorreu está muito longe do suposto pela Teoria da modernização; ou seja, foram, principalmente, os médios e grandes produtores que tiveram acesso aos insumos agrícolas modernos. Este fato foi, em certo sentido, um reflexo da própria concentração do crédito. "(...) Com efeito, a capacidade de alavancagem de recursos, em especial aqueles privilegiados, tem sido restrita às unidades com maior quantidade de terra e com alguma acumulação primária de capital. Na medida em que a distribuição desses subsídios ocorra de forma concentrada, acaba por aumentar o poder competitivo das unidades maiores, marginalizando cada vez mais os outros tamanhos de propriedades agrícolas (...)"<sup>(47)</sup>

Finalmente, gostaríamos de acrescentar que a teoria da modernização por seu conteúdo a-histórico, geral e abstrato não poderia dar conta da complexidade existente ao nível econômico, social e político, no setor agrário latino-americano. Muito embora a modernização do setor se processe, problemas subjacentes à estrutura agrária permaneceram sem solução.

<sup>(47)</sup> MANOEL, A. op.cit. p.7

### 3.4 O "agro" latino americano hoje: transformações e tendências

Após 1960, a América Latina modificará os rumos de seu processo de desenvolvimento industrial que, até então, sob a égide "nacional/desenvolvimentista" procurava impor um modelo de industrialização substitutiva de importações, onde a ênfase era colocada no mercado interno. A tomada de poder pelos governos militares, reforça esta mudança de rumos e levará a reestruturação deste modelo.

O ponto central nessa mudança de rumos será o estreitamento da relação entre as economias latinas americanas e as nações mais avançadas, notadamente os U.S.A. A tendência das transformações da agricultura não passa mais pela reforma da sua estrutura, que toca na propriedade como solução política, mas por um processo de modernização; isto é, por uma solução tecnológica.

Tal modernização cumpriria o papel de melhorar as condições de produção, aumentar a produtividade, melhorar a qualidade do produto, etc. Permitiria, assim, que o campo abastecesse os centros urbanos, o setor de exportação e servisse de mercado consumidor para os produtos industriais, por exemplo, insumos agrícolas modernos, equipamentos e produtos de consumo. Uma vez implantadas as políticas econômicas esta é a tendência do processo de modernização.

A primeira vista este processo pode ser entendido como o processo de transformação da agricultura descrito e analisado por Kautsky, onde a tendência, após a separação da agricultura e

da indústria, é a reunificação destes setores. Nesse caso, supõe-se que o desenvolvimento industrial já atingiu um determinado nível, de modo a induzir ao processo de desenvolvimento da agricultura.

A reunificação pode ser percebida pela presença das indústrias produtoras de insumos modernos, exclusivamente, para a agricultura. Outro elemento que permite perceber essa reunificação é o surgimento das indústrias de transformação dos produtos agrícolas em produtos alimentares industrializados, as agroindústrias. Da maneira preconizada por Kautsky, podemos inferir que se encontra em gestação o processo de formação dos grandes complexos agro-industriais (C.A.I.'s).

Entretanto, deve-se enfatizar que o processo de modernização que se assiste na agricultura latino-americana tem como pilar o Estado. De fato, no final da década de 60, o governo executa uma política cambial que privilegia a importação destes insumos, máquinas e equipamentos. Ao mesmo tempo, implementa uma política monetária, via crédito subsidiado, que permitirá o uso destes na agricultura. Em meados da década de 60, quando o mercado para tais produtos já havia sido criado, tem-se a implantação de indústrias multinacionais que se ocuparão da produção destes.

A participação do Estado, nesse processo de modernização, não se restringe à formação das bases materiais para que as indústrias produtivas de insumos agrícolas modernos passem a se instalar internamente. Através de suas instituições

de pesquisas, ele fomentará a criação de novos produtos e permitirá maior conhecimento das condições da natureza, fato que é específico para cada país. Os projetos de desenvolvimento, tanto os financiados pelo Estado como por outros organismos internacionais, cuidaram de garantir o uso destes pacotes tecnológicos via crédito, política de assistência técnica etc.

É importante examinar os efeitos desse processo de modernização sobre a agricultura latino-americana. Dessa forma, deve-se tentar perceber como este ocorre tanto no que se refere aos rumos da pesquisa como dos produtos por elas viabilizados. Em resumo, resta, pois, saber como se comporta a modernização, no que se refere as inovações biológicas, físicas químicas e mecânicas.

A este respeito sabe-se que as inovações biológicas tem sido feitas no sentido de superar as barreiras naturais contrapostas à valorização do capital nesse setor. Assim, seu objetivo é viabilizar a obtenção de lucros extraordinários, dado as diferenciais de produtividade, e reduzir o período de produção; isto é, aumentar a rotatividade do capital no setor. De forma geral, as inovações biológicas agem no sentido de alterar a capacidade genética das plantas e animais, modificando o seu ciclo biológico e aumentando o seu poder de converter os alimentos ou insumos industriais em produtos finais.

Porém, o uso das inovações biológicas requer maior volume de capital empregado, dado que tais tecnologias se acham nas mãos do grande capital industrial, ou seja, corporações

multinacionais fortemente oligopolizadas. Embora as inovações biológicas levem a uma maior exigência de mão-de-obra em determinados períodos, este efeito é praticamente anulado pela elevação do grau de mecanização.

Sobre as inovações tecnológica de natureza física, sabe-se que o objetivo é melhorar as condições naturais da produção, aumentando a produtividade do trabalho. Tais inovações consistem em melhores combinações e organização das atividades produtivas sobre a terra, por exemplo, combinação de espaçamento, plantio em curva de nível, rotação, sucessão e associação de culturas, drenagem, armazenagem e transporte de água para irrigação, etc. Nesse sentido, essas inovações agem sobre o emprego da F.T. aumentando-o e dando maior continuidade a sua ocupação.

As inovações químicas reduzem as perdas causadas por pragas e doenças, haja visto o impacto do uso de inseticidas, pesticidas e fungicidas. A adubação e os corretivos elevam a fertilidade do solo, aumentando a produtividade do trabalho. Estas inovações químicas têm efeitos diversos sobre a contratação da F.T., pois se agem aumentando o produto, ampliando as exigências de F.T., no caso dos herbicidas e desfolhantes, o impacto ocorre ao contrário. No caso das inovações mecânicas, sabe-se que aumentam a produtividade do trabalho, afetando o ritmo e a intensidade da jornada de trabalho. Juntamente com os herbicidas é a prática tecnológica de maior impacto na redução de F.T. e na descontinuidade da ocupação desta.

Ao nosso ver, na América Latina o processo de modernização não caminha no sentido das máquinas e equipamentos, ou melhor, a mecanização não é expressiva e generalizada. É, sobretudo, o ramo produtor de insumos agrícolas modernos o responsável por esse processo. Assiste-se, assim, na agricultura latino-americana a intensificação do trabalho sazonal, o uso de crédito e outras formas de financiamentos e a constituição desse setor num mercado para a indústria.

De certa forma, cumpre-se o que foi colocado por Kautsky, a cerca da formação C.A.I., e por Lênin, que pressupunha a ampliação do mercado interno pela retirada do obstáculo agrícola, ao desenvolvimento capitalista. Também se evidenciam os indicadores expostos por Lênin a respeito do desenvolvimento capitalista da agricultura, ou seja, crescimento do trabalho assalariado, do volume de produção, do grau de destinação mercantil da produção e a intensificação do uso de capital.

Contudo, o indicador que menos se evidencia, mas que julgamos fundamental para fazer inferência sobre a tendência das classes sociais no "agro", é o trabalho assalariado. Apesar do crescimento do assalariado ser reduzido, quando se considera o assalariamento temporário este passa a ser bem expressivo. Esse tipo de relação de trabalho permite a ocupação sazonal do trabalhador, abrindo espaço para que ele mantenha outras ocupações. Nesse sentido, seu impacto para destruir/reduzir a multiplicidade de relações do trabalho na agricultura é restringido.

Como ocorre em sociedades capitalistas, e aqui estamos nos referindo a América Latina como sociedade especificamente capitalistas, as várias frações do capital têm que se adequar às transformações do M.P.C.; já que se acham subordinadas à lei de valorização do capital. Mas, e sobre o segmento das unidades de produção familiares, qual será o impacto dessas transformações ?

Enquanto proprietários de terra e produtores, portanto preservando parcialmente a sua autonomia nas UP's, eles deverão agir de modo a compatibilizar o volume produzido, o tipo de produto e a forma de produzir com os novos requerimentos que as transformações do M.P.C. suscitam. Porém, a internalização destes aspectos na U.P. não determina mudança na relação social de trabalho.

Segue, portanto, que embora todas as alterações se processem permanece um traço fundamental nestas U.P's: o elemento definidor da ação/decisão é a busca de reproduzir a família e o estabelecimento; agora com suas necessidades modificadas. A despeito das modificações, preocupar-se-á com o emprego da mão-de-obra familiar e se respeitará a lógica da relação sacrifício-consumo para definir a jornada de trabalho e a intensidade deste.

Verifica-se que o processo de modernização agrícola que se instala na América Latina, na década de 60, não nos permite colocar como tendência o desaparecimento do bloco de U.P.'s do tipo familiar. Ademais, respeitando as especificidades destas sociedades, este processo não tem caráter espontâneo. Ao ser

induzido pelo Estado, o uso dos insumos agrícolas modernos é incentivado, via crédito subsidiado, ou seja, o Estado age disseminando o uso destas inovações.

A agricultura, conforme exposto anteriormente, segue este processo de transformação/modernização, mas a marcha deste nos setores industrial e agrícola é distinta. Além disto, os insumos agrícolas modernos não são criados visando um tipo de U.P., exceção da mecanização, mas o tipo de solo, de produto e as condições da natureza.<sup>(48)</sup> Assim, tanto as inovações biológicas quanto as químicas e físicas não privilegiam as grandes U.P.'s e/ou a grande escala de produção; o que torna possível seu uso pelas U.P.'s do tipo familiar. O que define o uso dos insumos é, portanto, a capacidade de acumulação de riqueza destas U.P.'s.

Faz-se necessário esclarecer que o processo de mecanização é bem mais complexo, mas, mesmo neste caso, este terá que obedecer ao tipo de relevo, de produto, do solo, etc. A barreira principal que deve ser vencida é a natureza, portanto o processo de modernização tem neste fato o ponto fundamental a ser transformado.

Concluindo, pode-se dizer que o Estado desempenhou um importante papel. As instituições estatais impuseram, através das políticas de crédito, pesquisa e difusão de inovações técnicas, a introdução de um padrão tecnológico conveniente à expansão de mercado para as indústrias produtoras de insumos modernos e/ou

<sup>(48)</sup> FILHO, Raimundo Ferreira. Desenvolvimento capitalista e diferenciação de pequenos produtores: - Fortaleza, 1986, (mimeo)

transformadoras de produtos agrícolas.

A ação do Estado também convergiu no sentido de integrar as U.P.'s do tipo familiar ao mercado das indústrias de insumos modernos e às processadoras de matérias-primas agrícolas. Desse modo, abre-se um espaço para a tecnificação desse bloco de unidades produtivas cujo o limite é a baixa capacidade de acumulação no interior dessas U.P.'s.

BCME-BIBLIOTECA

#### 4 O SETOR AGRARIO E A UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL NO CONTEXTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

De forma geral, antes da criação da C.E.P.A.L. os estudos sobre a A.L. se caracterizavam pela pouca compreensão dessa realidade, sendo, quase todos, permeados por um "eurocentrismo" exacerbado. Mais especificamente, pode-se dizer que estes estudos tratavam da questão do desenvolvimento econômico em sociedades capitalistas, de forma geral. Pouca atenção era dispensada ao estudo do desenvolvimento econômico em sociedades de "capitalismo tardio".

Pós-C.E.P.A.L., torna-se possível tratar a A.L. de forma mais condizente com sua realidade. Percebe-se, assim, que a C.E.P.A.L. será o "locus" de gestação do pensamento econômico sobre a A.L.. Para o Brasil, esta situação não se coloca de forma diferente. Também, nesse caso, será o pensamento econômico de filiação cepalina a base para a constituição do conhecimento sobre a realidade.(69)

Para o pensamento cepalino, o importante é caracterizar a realidade latino-americana como específica, visto

69 Observe que ora nos referimos a CEPAL enquanto "locus" de análise da problemática latino-americana, ora nos referimos as análises de filiação cepalina para o caso brasileiro. Visto que nossa preocupação é recuperar o pensamento cepalino, e não apresentar um estudo sobre a formação e desenvolvimento dos países latino-americanos, acreditamos não haver prejuízo de se usar deste recurso, contemplando ao mesmo tempo o caso geral da A. L. e o Brasil em particular.

que o subdesenvolvimento, aqui entendido como a formação de nações periféricas, marcou a sua estrutura produtiva restringindo as possibilidades de desenvolvimento destes países. É sobre a questão do desenvolvimento econômico que reside a preocupação maior das formulações cepalinas.

Preocupados em entender o subdesenvolvimento, mais especificamente a A.L. e seu atraso no processo de desenvolvimento, a C.E.P.A.L. procurará recuperar o processo de formação das sociedades latino-americanas. Nesse sentido, é inegável, conforme já mencionamos, o avanço das formulações e estudos sobre a problemática "desenvolvimento x subdesenvolvimento".

Desses argumentos surge a periodização cepalina do desenvolvimento econômico da A.L. que, segundo Cardoso de Mello, (70) pode ser sintetizada da forma como segue: "economia colonial/economia nacional, crescimento para fora/industrialização por substituição de importações, industrialização extensiva/industrialização intensiva." A passagem da economia colonial à economia nacional, crescimento para fora/modelo agro-exportador, é dada pela quebra do laço da dependência política, ou seja, com o "advento" da independência.

Embora ocorra o desatrelamento político, a dependência econômica-financeira persistirá. As economias latino-americanas seguem um modelo econômico, cujo o eixo do desenvolvimento está

70 MELLO, João Manoel Cardoso de. O Capitalismo tardio. - 3. ed., - São Paulo: Brasiliense, 1984. p.26

colocado na exportação de produtos primários. Porém, em contrapartida importa os demais produtos, principalmente os industrializados.

A passagem do modelo primário-exportador ao modelo industrializante é explicada, ao nível do pensamento cepalino, pela crise de 1930 do capitalismo mundial que cria sérios obstáculos à importação. No caso do Brasil, além desta crise geral, temos também a crise de superprodução do seu principal produto de exportação: o café.

O processo de industrialização nasce, assim, como resposta ao estrangulamento externo. As nações latino-americanas, num esforço extraordinário, passam a produzir internamente produtos industriais que, até então, eram importados. Para o surgimento e desenvolvimento do processo de industrialização, via substituição de importações, o Estado teve um importante papel na criação da infra-estrutura necessária e, também, nas políticas econômicas adotadas, que têm como objetivo favorecer o setor industrial nascente.

Os cepalinos pressupunham que o setor industrial poderia, com seu dinamismo, romper com o subdesenvolvimento.<sup>(71)</sup>

71 Vale salientar que estas idéias se fortificam, sobretudo, nos anos 60, no Brasil, quando a tese da funcionalidade do setor agrícola como fornecedor de mão-de-obra, matéria prima e alimentos a preços baixos para o setor industrial perder parte de sua importância. O acelerado processo de modernização por que passa o país, principalmente o setor industrial no final da década de 50, imprimirá um novo rumo ao debate. A questão que se coloca, é a necessidade de ampliar mercado interno; e, nesse sentido, o setor agrícola deveria se transformar

As idéias nacionais desenvolvimentistas nascem desta crença.<sup>(72)</sup> Para seus defensores era necessário que o governo, através do planejamento, canalizasse recursos a este setor e empreendesse uma reforma da estrutura agrária. A agricultura, até então, cumpria o importante papel de suprir de divisas, matéria-prima e mão-de-obra a indústria. Agora, além de desempenhar esse papel, era necessário que a estrutura agrária se transformasse e, assim, revertesse o quadro de concentração improdutiva da terra.

Usando a mesma base teórica surge, a "teoria da dependência" mostrando que as economias latino-americanas são capitalistas desde o seu surgimento. Ao adotar esse suposto, os adeptos desta teoria procuram, no processo de formação econômico e social desses países, elementos que confirmem tal suposição. Um dos elementos é a presença das empresas coloniais, latifúndios-agro-exportadores, organizados via capital estrangeiro, cuja lógica é a produção para fins comerciais e de lucro.

A "teoria da dependência" acrescenta muito pouca à teoria cepalina. Entendendo que o desenvolvimento econômico ocorre de forma desigual, partem para a mesma divisão das nações entre periféricas e centrais. De filiação claramente cepalina, esta teoria só inova quando soma aos aspectos econômicos os aspectos sociais e políticos presentes nas sociedades

72 MANTEGA, Guido. A Economia política brasileira. - Petrópoles: Polis/Vozes, 1984. Capítulo I

periféricas.<sup>(73)</sup> No Brasil, na sucessão de idéias que se assiste ao pensamento cepalino, encontramos os trabalhos de João Manoel Cardoso de Mello de Francisco de Oliveira.<sup>(74)</sup>

Tendo feito esta exposição sobre o pensamento cepalino, no que se refere a problemática do desenvolvimento econômico nas sociedades latino-americanas/brasileira, faz-se necessário esclarecer o objetivo deste capítulo. Nesse sentido, devemos lembrar que, até agora, tratamos dos vários enfoques sobre a questão agrária, enquanto questão do produtor familiar rural; objetivo central desta dissertação. A grosso modo, podemos dizer que o objetivo deste capítulo é examinar essa questão à luz da economia brasileira.

Para atingir este objetivo será necessário abordar três aspectos. Em primeiro lugar será feito uma recuperação da formação econômica do Brasil, o que pensamos ficar contemplado quando se faz uma revisão geral do período colonial até 1930. Em segundo lugar, objetiva-se entender o comportamento da economia brasileira, principalmente da região Centro-Sul do país, no período de 1930 à 1960. A justificativa neste caso é bastante simples; haja visto que este período abrange as principais transformações econômicas ocorridas e que se concentraram na região Centro-Sul.

73 Uma análise crítica à teoria da dependência e a teoria cepalina pode ser extraída de: Mello, João Manoel Cardoso de. Op.cit. p.24-27

74 Oliveira, Francisco de. A Economia brasileira: crítica à razão dualista.- Petrópolis: Vozes, 1987

Por fim, de posse das informações extraídas, devemos retornar ao "campo das idéias", a fim de apresentar as várias formulações e entendimentos destas transformações, principalmente as que se referem ao processo de modernização agrícola.

#### 4.1 Aspectos importantes sobre a formação econômica do Brasil

No debate teórico sobre a colonização do Brasil três importantes interpretações se destacam. A primeira procura mostrar a dinâmica da formação econômica-social brasileira inserida no sistema mercantil, portanto só se pode pensar a lógica de desenvolvimento desta economia a partir do mercantilismo. A segunda afirma que a dinâmica desta sociedade deve ser entendida de acordo com a lógica de desenvolvimento capitalista, portanto reconhece o caráter capitalista da economia. E a terceira advoga uma formação feudal para a economia brasileira.

Pode-se dizer que o ponto fundamental das três interpretações é a tentativa de explicar e entender uma economia escravista voltada para a produção de exportação. Não iremos nos aprofundar nesse debate, porém faz-se necessário ressaltar que, a partir do momento que a tese feudal perde reconhecidamente importância explicativa, o debate centra-se em torno das duas primeiras interpretações. Nesse contexto, é de grande relevância

o trabalho de Smith (75) onde tal questão é estudada de forma aprofundada.

Smith chama atenção para a lógica da economia colonial que está posta no lucro mercantil e na renda do escravo. É a partir desses aspectos que se deve entender o desenvolvimento da economia colonial e, portanto, a crise deste sistema deve ser vista "como a expressão de sua contradição; que não está na produção mas na esfera da circulação", onde a queda dos preços dos produtos exportados estrangula a lógica de desenvolvimento.(76)

Segundo o autor, o desenvolvimento da economia colonial, compreendido a partir desta lógica, tem no trabalho escravo sua fonte de geração de riqueza. A abundância de terra e a escassez de mão-de-obra, argumentos muito usados para explicar o escravismo nacional, deixam de ser elucidativos. A recuperação da totalidade implica considerar que estes fatos, embora sejam concretos, não esclarecem a dinâmica da sociedade colonial brasileira. É a partir da lógica mercantil que se deve tentar perceber a lógica interna da dinâmica econômica colonial.

Como em toda sociedade escravista, esta lógica se expressa na acumulação de escravos, ou seja, quanto mais compram

75 SMITH, Roberto. A Dinâmica da economia escravista colonial: a hegemonia do capital mercantil.1988.(mimeo)

76 Num sistema de monopólio os preços tentam resistir a baixa, mais este fato pode levar à susperprodução tornando inevitável a queda. É neste momento que se percebe a rigidez do preço dos escravos e demais fatores de produção importados, obstaculizando a obtenção da renda do escravo e do lucro mercantil.

escravos tanto mais serão capazes de comprar. A compra de escravos pressupõe um fluxo de dinheiro, no caso específico, capaz de proporcionar a transação. É, pois, a integração colonial no circuito de circulação das mercadorias, via exportação, que proporcionará o quantum monetário necessário para tal compra.

Smith destaca que o sistema de posse e uso da terra estabelecido tem, pois, importância secundária no processo de acumulação mercantil-escravista. É a produção mercantil escravista que conduzirá à grande propriedade da terra. No processo de colonização brasileira, tal fato pode ser evidenciado no Nordeste brasileiro, onde se depara com o latifúndio-escravista-açucareiro, que encerra todos os aspectos levantados anteriormente. A ausência de um comércio interno impede, no primeiro momento, que a acumulação escravista mercantil se internalize.

#### BCME-BIBLIOTECA

Não é difícil perceber que a partir do ciclo da mineração, período que o ciclo do açúcar se encontra em declínio, terá início esta internalização mencionada acima. Pode-se citar vários aspectos, levantados por Celso Furtado, (77) para diferenciar os dois ciclos. Com efeito, o declínio da mineração irá transformar a região de Minas Gerais em produtora de subsistência. Este fato, permite entender o surgimento da pequena produção escravista e a internalização do dito processo de acumulação.

77 FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 16.ed. - São Paulo: Ed.Nacional, 1979.

Para Smith, tal região se mantém fora da órbita da produção mercantil de exportação. Porém, por se manter articulada com a economia mercantil exportadora, apresentará um dinamismo reflexo com base no trabalho escravo. "(...) Nesse sentido os requisitos da própria economia exportadora induzem à formação de um mercado interno, mesmo em bases escravistas, que decorre da importância da economia da "plantation", do maior ou menor grau de autonomia interna das unidades produtivas da "plantation", da expansão urbana por onde se concentra o aparato mercantil, burocrático, militar do Estado e dos requerimentos de uma população livre urbana e rural que começará a se inserir no circuito mercantil".(78)

De fato, Smith acredita que o comportamento desta região não reflete uma estagnação ou involução. A economia mineira marca, com o seu dinamismo, um novo momento no século XIX. A acumulação mercantil escravista se torna relativamente menos dependente dos preços dos produtos a nível internacional.

É a introdução do sistema de colonato (79) na economia cafeeira e a conseqüente ampliação da produção de produtos domésticos que abalará esta estrutura, ou seja, estrangulará as possibilidades de acumulação escravista da forma analisada anteriormente. Dessa forma, Smith conclui que a "Lei de Terras" criada na segunda metade do século XIX, ao por fim ao

78 SMITH, Roberto. Op.cit. p.24

79 A este respeito ver: MARTINS, José de Souza. O Cativo da terra. - São Paulo: Hucitec, 1986.

apossamento das terras livres, dará o "golpe de misericórdia" sobre este processo; visto que propiciará a legitimação estatal da propriedade privada da terra. O passo seguinte virá com o fim da escravidão.

Finalmente, gostaríamos de acrescentar que a atividade cafeeira tem uma importante contribuição para acumulação de "capital/dinheiro", ao nível interno. O setor cafeeiro constituiu-se na base do dinamismo da economia brasileira, portanto a compreensão sobre a gestação e o desenvolvimento do processo de industrialização deve ser buscada no comportamento desse setor.<sup>(80)</sup> A seguir, passaremos à exposição das transformações da agricultura/indústria, no período de 1930 à 1960. As informações que abordaremos se referem ao processo de transformação da agricultura, localizado na região Centro-Sul do país.

#### 4.2 A Agricultura no processo de industrialização de 1930 à 1960

Francisco de Oliveira, recuperando o período de 1889-1930, analisa o novo padrão de acumulação que se desenvolve internamente. Nesse sentido, ele chama atenção para a manutenção do modelo de crescimento centrado no setor agro-exportador e para a constituição da "burguesia agrária nacional" que só se completa

80 FURTADO, Celso. Op.cit. cap.XX ao XXXIII; MELLO, João Manoel Cardoso de. Op.cit.parte II; OLIVEIRA, Francisco de. Op.cit.

"(...) no momento da passagem do trabalho da apropriação do excedente do produto social, e no momento em que funda para si um processo de acumulação primitiva cuja expressão é o campesinato ou quase-campesinato e onde a apropriação do excedente, essa acumulação primitiva, é no nível ou na órbita da circulação".<sup>(81)</sup>

Segundo o autor, este padrão de acumulação bloqueia, por um lado, a divisão social do trabalho ao nível interno, principalmente no que se refere ao setor industrial e rural. Por outro lado, permite que o setor agro-exportador, principalmente o cafeeiro, consuma grande parte do excedente social gerado, ou seja, transfere-se renda em direção a este setor.<sup>(82)</sup> Esta prática explicita os interesses antagônicos dos representantes do capital, distinguindo-os em classes sociais. Gesta-se um conflito de interesse que culmina com a Revolução de 30 e que representa uma tentativa de quebrar com a hegemonia dos cafeicultores.

A revolução de 30, ao regulamentar as relações entre capital e trabalho, permite que se assista, por um lado "(...) a destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agro-exportadoras e por outro lado, a criação das condições institucionais para a expansão das

81 OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da dependência imperfeita. - Rio de Janeiro: Graal, 1977. p.30

82 Há uma transferência de renda em direção a este setor, pois o padrão de acumulação vigente permite que se desenvolva o complexo latifúndio - comercialização - minifúndio, que tão bem servirá como fonte de acumulação primitiva, pelo conjunto de relações que se estabelece ao nível da circulação.

atividades ligadas ao mercado interno (...)"<sup>(83)</sup> Isto pode ser visto na política de confisco cambial implementada e na legislação trabalhista.

O papel da agricultura, nesse período, pode ser assim definido: por um lado, o setor exportador cafeeiro tem que se manter ativo e suprir as necessidades de divisas para importação de bens de capital e insumos da indústria e, por outro lado, o setor produtor de produtos domésticos deve suprir as necessidades de consumos das massas urbanas, de modo a não elevar os custos de alimentação e de matérias-primas. Também, neste caso, o papel imposto à agricultura é o de servir ao processo de acumulação de capital no setor urbano-industrial ou, como quer Francisco de Oliveira, servir de "acumulação primitiva" para o processo de crescimento urbano-industrial. BCME-BIBLIOTECA

De acordo com a análise de Oliveira, o processo de industrialização que se instala no país, após a década de 20, apresenta aspectos bem específicos. O fim da relação de trabalho escravista cria mercado para os produtos industriais, principalmente para os de consumo imediatos; é nesse setor que a indústria nascente se localiza. Também cria a necessidade de produção agrícola para o mercado interno. Será a formação do campesinato, ou "quase campesinato", que se ocupará da produção dos bens de consumo básicos para atender a demanda da população empregada nos outros setores e permitirá o desenvolvimento do complexo latifúndio-comercial-minifúndio.

83 OLIVEIRA, Francisco de. A Economia... Op.cit. 1987. p.14.

O confronto travado ao nível social entre os vários segmentos da oligarquia, militares, burguesia, trabalhadores e os cafeicultores, culmina na aliança destes segmentos, sob o pacto populista e determinará os rumos do crescimento da indústria. Além disto, o processo de industrialização desenvolvido internamente não precisa do setor agrário para realizar a produção; esta ocorrerá no próprio setor urbano, favorecida pela concentração de renda e pela estreiteza do mercado interno.

Esse processo de crescimento da agricultura se caracteriza pela "expansão horizontal" e tem como base a existência de um grande contingente de mão-de-obra, a oferta de terras férteis e a ação do Estado construindo infra-estrutura. No que diz respeito à terra, sabe-se que a abertura de fronteiras externas e internas contribuíram para o aumento das áreas agricultáveis e, portanto, da produção. Assim, mesmo sem sofrer um processo de modernização, onde a produção intensiva e não extensiva predominasse, a agricultura cumpre o seu papel.

O problema agrário, que se resume no "problema do aumento da produção sem comprometer a industrialização" que prospera no país, neste momento, é solucionado sem reformas da estrutura fundiária. Conforme chamamos a atenção, o fato da agricultura não ser de imediato um mercado para a indústria não se constituirá ainda em obstáculo a este processo. Segundo Cardoso de Mello, (194) este problema se resolve pelo próprio modelo de industrialização implantado que, embora cresça

(194) MELLO, João Manoel Cardoso de. Op.cit. capítulo II

inicialmente por demanda induzida, após certo tempo, passa a criar seu próprio mercado.

De outra forma, o fato da legislação trabalhista não ser estendida à área rural permite a manutenção do baixo padrão de vida desta população e cria o mecanismo da conciliação que possibilita tanto o crescimento da indústria quanto da agricultura. É a partir do crescimento da indústria dos anos 50 que se redefinem as relações de produção no campo, ou seja, que se viabilizam as transformações da agricultura internamente.

Resumindo, percebe-se que o complexo cafeeiro instalado na região Centro-Sul do país passa a engendrar transformações econômicas e sociais que possibilitam o surgimento das relações capitalistas de produção nesse espaço. Assim, o complexo agro-exportador de café, ao se firmar como principal eixo do processo de acumulação de capital, promove a criação de infra-estrutura e gera "capital/dinheiro" possível de ser aplicado em outros setores produtivos, viabilizando o próprio setor industrial.

O processo de desenvolvimento econômico brasileiro sofre algumas alterações, no pós-2<sup>ª</sup> Guerra Mundial. De forma mais específica, temos que tais alterações (85) se fizeram acompanhar de um estrangulamento do setor agrícola, que fica impossibilitado de abastecer satisfatoriamente os centros urbanos de alimentos e matérias primas, além dos problemas do setor

85 Referidas alterações dizem respeito a internacionalização do capital, as estratégias políticas e militares da guerra fria que resultaram numa maior intervenção americana no país.

industrial inerentes à sua formação "retardatária".

As questões que se colocam, face aos novos rumos da política industrial e o comportamento da agricultura, definirão os termos do debate, das transformações da indústria e da agricultura brasileira, nos anos 50 e 60. O reequipamento do parque industrial, via capital estrangeiro, acelera a formação e o desenvolvimento da indústria brasileira. Os problemas de abastecimento dos centros urbanos, provocados pela agricultura, passam a exigir medidas que levem a transformação da estrutura produtiva do setor agrícola. Além disto, as áreas de expansão de fronteiras agrícolas, começam a se tornar mais escassas, por volta da década de 60.

Com efeito, a década de 50/60 é marcada pela formação da CEPAL e, nesse sentido, sua concepção sobre desenvolvimento econômico se desdobra em propostas e políticas econômicas para a realidade brasileira. Nesse contexto, ganha força um projeto político de articulação das classes sociais capaz de promover as transformações que o país necessitava. Tais idéias, conhecidas como ideologia nacional-desenvolvimentista, podem ser expressas, no caso brasileiro, pela crença depositada nos seguintes elementos:

- i) só o capitalismo-nacional poderia promover as alterações necessárias sem romper com o desenvolvimento autônomo e endógeno.
- ii) a aliança de classes proposta deveria excluir os setores antinacionais e arcaicos. Para o setor agrícola a mudança pensada é a reforma agrária. Acreditava-se que, através da

reforma agrária, seria possível ampliar o volume produzido e do mercado interno.

A industrialização seria o meio através do qual o país venceria a miséria de sua população e, também, seria o instrumento que permitiria o fortalecimento econômico e a contraposição às explorações imperialistas. Esse foi o modo como os ideólogos do nacional desenvolvimentismo brasileiro se colocaram perante a concepção do processo de desenvolvimento. Tendo na CEPAL "o laboratório para elaboração e divulgação" das idéias desenvolvimentistas, os intelectuais brasileiro ganham, a partir da criação do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), um espaço a mais para discussão e amadurecimento de suas idéias.

Criado em 1955, o ISEB reunirá os adeptos do nacional-desenvolvimentismo que irão discutir os problemas da economia brasileira e os programas de governo, notadamente do governo Kubsticheck. É a partir das formulações de Celso Furtado e Ignácio Rangel, sobre o processo de substituição de importações e o caráter oligopolista da economia brasileira, que se gesta o modelo analítico conhecido como Modelo de Substituição de Importações.<sup>(86)</sup>

Assim, as políticas nacional-desenvolvimentistas trouxeram êxito ao processo de industrialização, pois se avança na formação do parque industrial. A despeito desse fato, não se

86 Informações extraídas de : MANTEGA, Guido. Op.cit. p.11-21

rompe com a miséria e com o imperialismo. Dessa forma, pode-se afirmar que, principalmente no setor agrícola, esse êxito é restringido. Não se processa a transformação da estrutura agrária e o que se assiste, em contrapartida, é o avanço das políticas de modernização amparadas pelo Estado.

Por um lado, o processo de modernização agrícola que se instala no país, a partir de meados da década de 1950, e cuja tendência é a intensificação nas décadas posteriores, está associado ao papel do Estado e, por outro lado, à nova conformação da acumulação industrial. Durante os anos de 1950 e meados de 60, a política desenvolvida pelo Estado de discriminação dos produtos exportáveis (87) induz à queda dos investimentos agrícolas, ao mesmo tempo que deixa descontente parte considerável de agricultores.

Tentando solucionar tal problema, o governo passa a conceder subsídios a importação de máquinas, tratores e insumos agrícolas.(88) Entretanto, isto não evidencia uma política sistemática de modernização da agricultura e é insuficiente para

87 Segundo MANDEL, Álvaro: "(...) No período de 1947/53 a taxa cambial foi mantida a níveis de paridade, do período pré- II Guerra, sendo que, entre 1945 e 1953, os preços internos sobem 167% (...). Porém, o período pós-guerra marca uma certa reativação do comércio internacional com reflexos nas curvas de preços de matérias-primas e alimentos, favorecendo os preços relativos da agricultura (...) No período posterior (1953/61) um sistema de taxas múltiplas de câmbio foi utilizado juntamente com um controle das exportações de produtos primários (...)" MANDEL, Álvaro. Política agrícola, eficiência e concentração na agricultura brasileira: um estudo do setor canavieiro paulista. - São Paulo: IPE/USP, 1986. p.22

88 A este respeito veja: MANDEL, Álvaro. op.cit. p. 24

inverter o modelo de expansão agrícola anterior. Na verdade tais importações não representavam parte significativa no total das importações.

A partir de 1960, quando já se consubstancia o abandono das idéias do nacional-desenvolvimentismo, o país desenvolverá uma política sistemática de modernização agrícola marcando uma nova forma de integração econômica entre a indústria e a agricultura. A expansão da produção, tanto para o mercado interno como para o mercado externo, passa a contar com a contribuição dos ganhos de produtividade, fruto da incorporação de máquinas, tratores e insumos modernos ao processo produtivo.

Este novo padrão de expansão agrícola, expansão vertical, não substitui integralmente o anterior, porém sua tendência é se generalizar, sobretudo, na região Centro-Sul do país. Percebe-se que, nessa fase, são as idéias propostas pela Teoria da Modernização que ganham forma de política econômica, ou melhor de política agrícola.

#### BCME-BIBLIOTECA

Sorj explicando o processo de modernização que se instala no país, pós-1960, afirma que "(...) o efeito conjunto dos níveis de acumulação industrial, a expansão do mercado urbano e o próprio crescimento da agricultura viabilizaram a utilização crescente de tecnologia mais avançada. A criação de um complexo agroindustrial foi possibilitada pelo desenvolvimento agrícola anterior e se transforma ao mesmo tempo no maior acelerador das transformações na agricultura." (...) O Brasil tinha atingido um nível de acumulação industrial que lhe permitiu expandir sua

produção agrícola (...) através de ganhos de produtividade obtidos pela expansão do seu parque industrial orientado para a agricultura".(89)

Concluindo, o processo de modernização que se inicia nos anos 60 e se aprofunda nas décadas seguintes, concentrou-se na região Centro-Sul do país; sendo que nesta alguns estados se destacam mais. Manoel afirma que "(...) a nova estratégia de modernização eixou-se em quatro pontos principais:

a) maior abertura ao comércio internacional, onde se destaca a expansão das vendas externas, depois de 1970, de suco de laranja e soja.

b) elevação substancial do volume de crédito subsidiado, destinado a aquisição de insumos modernos para a agricultura.

c) aumento nos gastos em extensão e pesquisa (esta depois de 1975).

d) tratamento especial ao ramo industrial produtor de insumos para o setor agrícola (tratores, fertilizantes, inseticidas e herbicidas), objetivando a substituição das importações."(90)

#### 4.3 O Conflito e a convergência de idéias sobre as transformações do setor agrícola pós 1960

Vários autores se preocuparam em entender esse processo

89 Ver dados em: SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira.-Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p.32/30

90 MANOEL, Álvaro. Op.cit. p.30

de modernização da agricultura brasileira e os rumos que este processo assumia. Entre os vários enfoques sobre essa questão que aparecem no Brasil, pós década de 1970, encontramos os fundamentados no marxismo, os chaynovianos, os que se baseiam na teoria da modernização e os estruturalistas. Uma questão muito importante, também, aparece como pano de fundo nesse debate: a questão da funcionalidade ou não da UP camponesa, ou da Unidade de Produção Familiar Rural (U.P.F.R). A fim de compreender essas questões, faremos em primeiro lugar uma revisão dos trabalho de Sandroni.<sup>(91)</sup>

Sandroni analisa a inserção do campesinato no processo de modernização da agricultura procurando mostrar que esta inserção se diferencia. O autor analisa três casos de "pequeno produtor" e observa como eles se comportam, perante a penetração do "capitalismo no campo". No primeiro caso, dos produtores de Sobradinho, o autor analisa o processo de desintegração da cultura dos pequenos produtores que durante anos viveram à margem do rio São Francisco.

Segundo Sandroni, esses produtores exerciam certo controle sobre o meio-ambiente; o que lhes permitia desenvolver suas atividades sem grandes dificuldades. Em geral, mantinham atividades ligadas à pesca, agricultura e artesanais como forma de garantir a subsistência, ou seja, havia pouca integração com o mercado.

<sup>91</sup> SANDRONI, Paulo. Questão agrária e campesinato: a "funcionalidade" da pequena produção Mmrcantil. - São Paulo: Ed. Polis, 1980.

A construção do reservatório de Sobradinho quebra esta harmonia entre homem e meio-ambiente. O estudo de Sandroni mostra que, a partir da construção deste reservatório, inicia-se um processo de diferenciação social interno. Alguns produtores incorporam a irrigação e se mantêm como produtores agrícolas. Outros, a maioria, são paulatinamente expulsos de suas atividades de produtores agrícolas. Inicia-se processo de proletarianização, de parceria, etc, para este segmento do campesinato.

O segundo caso, analisado por Sandroni, refere-se ao pequeno produtor de café de Quincha-Colômbia. Observe que o próprio produto já pressupõe que haverá certa integração, isto é, certa articulação com o mercado; já que se trata de um produto de exportação. Sandroni avaliando a articulação com o mercado, pelo lado da venda do produto, percebe que esta é forte e tenderá a garantir aos produtores um padrão de vida razoável. Pelo lado da compra de produtos, esta integração com o mercado é menor, ou seja, o produtor adquire poucos produtos no mercado.

Para isto, mais uma vez, eles contam com a ajuda da natureza que lhes permite colher a banana e cultivar a mandioca para a subsistência. Este pequeno produtor conta com dois grandes apoios "externos", isto é, a natureza e o fato do produto ser do tipo de exportação; fatos que atenuam o processo de diferenciação social do grupo e lhes garante as condições de reprodução das U.P.'s e de suas famílias.

O terceiro e último caso, o camponês do Sertão de

Itapecirica, tem uma trajetória diferente do anterior. A base produtiva desse produtor é muito rudimentar. A agricultura só se torna viável pela abundância de terras férteis e próximas ao mercado consumidor. A localização dos produtores de origem européia e asiática em torno da cidade acaba com a possibilidade de competição dos camponeses de Itapecirica. De fato, produzindo em melhores terras e gozando de vantagens locais, eles conseguem ofertar os produtos à preços menores do que os produtores de Itapecirica. Embora esse processo de desintegração ocorra de forma lenta, seu efeito é devastador. Trata-se de um processo de ruína do camponês.

Analisando os três casos descritos acima, Sandroni observa que o processo de diferenciação e/ou ruína do campesinato está relacionado à questão da produtividade. "Nos três casos o traço comum são as modificações (bruscas ou suaves) nos níveis de produtividade do trabalho." (92) Enquanto o pequeno produtor de Quincha não se vê ameaçado, dado que consegue manter as condições de reprodução a cada ciclo produtivo, o contrário ocorre com o pequeno produtor de Sobradinho que não reconstitui sua base produtiva sob as novas condições e o de Itapecirica que não consegue manter sua base produtiva. **BCME-BIBLIOTECA**

Ao fazer tal constatação, Sandroni ressuscita a tese de que "(...) prevalecendo condições normais de desenvolvimento capitalista, a diferenciação do campesinato depende das oscilações dos diferenciais de produtividade entre a produção

camponesa - aqui sinônimo de pequena produção mercantil - e a produção capitalista".(93) Sandroni questiona a forma como se estabelece essa relação entre a produção camponesa e a capitalista, e como a primeira se transforma em produção capitalista.(94)

Para Sandroni, a tentativa de compreender e responder tais questões permitiu que concepções do tipo funcionalista e dualista travassem um intenso debate sem chegar à resposta. A concepção dualista é rechaçada pelo autor. A respeito da concepção funcionalista, Sandroni afirma que essa tese esclarece alguns aspectos ao reconhecer "(...) a existência de uma articulação entre ambas as formas (a capitalista e a não-capitalista), negando a separação no desenvolvimento das mesmas, o que era a característica mais destacada da concepção dualista".(95) Porém, a mesma é pouco eficaz na compreensão da articulação entre estas formas de produção. **BCME-BIBLIOTECA**

Para Sandroni, o suporte da tese funcionalista está colocado na capacidade do pequeno produtor agrícola vender seus produtos a preços mais baixos do que o produtor capitalista que tem uma estrutura de custo de produção mais cara; pois envolve salários, lucros, pagamento da renda da terra ou arrendamento da mesma. Nesse caso, o pequeno produtor beneficia a sociedade, inclusive ao produtor industrial que depende dos produtos

93 Id. Ibid. p.44

94 Id. Ibid. p.45.

95 Id. Ibid. p.45-46

agrícolas para insumos e para consumo.

Sandroni contesta esta tese, pois, conforme afirma, se o pequeno produtor vende seus produtos a preços mais baixos, as vezes insuficiente para cobrir seus custos de reprodução, ele está comprometendo a si próprio, a sua família e a unidade de produção. Mesmo que isto ocorra, nada garante que o preço de venda, a que o pequeno produtor é submetido, atinja o destino, isto é, o mercado consumidor. O sistema de comercialização e/ou intermediação pode elevar esse preço ao nível do mercado, apropriando-se desse diferencial.<sup>(96)</sup>

É importante aprofundar alguns aspectos da análise de Sandroni. Um dos aspectos que nos chama atenção é a explicação do processo de diferenciação social no campo, principalmente do processo de diferenciação da pequena produção mercantil através de aspectos externos. Sobre isto, cremos, já tecemos alguns comentários na primeira parte dessa dissertação. Apenas para enfatizar, gostaríamos de acrescentar que a visão do autor sobre esse tipo de produção (ou produtor) nos parece um pouco estreita.

Entendemos que o autor, embora tenha à sua disposição os elementos essenciais para avançar no conhecimento sobre a forma de organizar a produção, as relações de trabalho que se desenvolvem no interior destas unidades produtivas e, principalmente, a relação que se desenvolve entre estas e o mercado e o restante dos setores da economia, preferirá discutir "teses", equívocos das "teses", entre outros aspectos. Pensamos

que o autor, assim procedendo, restringe sua análise à elaboração de críticas bem formuladas sobre as polêmicas questões que envolvem a "questão agrária".

Acreditamos que não se pode avançar para o entendimento do processo de diferenciação/destruição do campesinato sem um aprofundamento, ao nível microeconômico, do funcionamento da pequena produção. Julgamos pouco elucidativo a procura de entender esse processo tendo como referencial de explicação os fatores externos. Isto seria justificar os fatos à luz de um "Deus ex-machine"; ora o elemento externo serve convenientemente para se entender a preservação dessas U.P.'S (ou produtores); ora outro elemento externo contribui e acelera a destruição dessas U.P.'S.

Não obstante os aspectos levantados anteriormente, entendemos que a questão da funcionalidade, ou melhor da não funcionalidade da pequena produção mercantil\camponesa, explicada por Sandroni, desfaz a percepção de que a existência destas U.P.'s se justificam por servirem de "apoios externos" ao desenvolvimento econômico. Entretanto, nos parece que falta uma explicação mais acabada para a articulação que se processa entre esta pequena produção mercantil e o restante dos setores da economia, ou mesmo intra setor agrário. Há que se destacar, também, que não se pode compreender a produção familiar rural que tem acompanhado o processo de modernização à luz da análise de Sandroni.

Faremos a seguir uma exposição de alguns dos trabalhos

desenvolvidos por Graziano. É com muita propriedade que o autor coloca como se deu o processo de "separação" e "reunificação" das atividades agrícola e urbana; entendido este último aspecto como fator comprobatório do processo de transformação e modernização do "agro". Acreditamos que, através da análise desse autor, conseguiremos esclarecer esses últimos aspectos, principalmente os relativos à articulação inter e intra-setor agrícola.

Para Graziano, " (...) a crise do complexo rural e o surgimento do novo complexo cafeeiro paulista simultâneo ao processo de substituição de importações significou o desenvolvimento do mercado de trabalho e a constituição do mercado interno. É um longo processo que ganhou impulso a partir de 1850, acelerou-se após a grande crise de 1929, com a orientação clara da economia no sentido da industrialização e se consolidou nos anos 50 com a internalização do D1 industrial. A partir daí completa-se o processo geral de industrialização e se inicia o processo específico de industrialização da agricultura nos anos 60, qual seja, o de montagem do D1 agrícola e de constituição do proletariado rural, que responderão pelo fornecimento de capital fixo e variável, respectivamente, para a nova dinâmica da acumulação de capital no campo. O novo centro dinâmico da economia - a indústria e a vida urbana - impõe suas demandas ao setor agrícola e passa a condicionar suas transformações, que vão culminar, no processo recente com a

constituição dos complexos agroindustriais".(97)

Essas formulações de Graziano, também, estão presentes em um outro estudo (98) seu. Neste estudo o autor desenvolve a tese de que a renda da terra, principal obstáculo para o desenvolvimento das relações capitalistas no campo, será um obstáculo cada vez menor, à medida que o progresso técnico permita aumentar a fertilidade natural dos solos reduzir o problema de transporte, etc.(99)

Observa-se que o fato do produtor não depender apenas das "forças naturais" do solo arrendado tenderia a fazer a renda diferencial declinar. Também a renda absoluta deverá se reduzir em decorrência da intensificação do capital na agricultura, isto é, a tendência é que essa decline por unidade de produto gerada, embora possa até subir por área explorada. "(...) Em outras palavras, a dificuldade de aumentar a produção agrícola não é um problema gerado pela natureza em si, mas pelo capital, entendido

97 GRAZIANO, J. da Silva. Do complexo agrário ao complexo agroindustrial. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA. 26, Fortaleza, 1988. Anais...Fortaleza, SOBER, 1988. p.246

98 GRAZIANO, J. da Silva. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.- São Paulo: Hucitec. 1981.

99 Observe que fatores tais como, queda d'água, grau de fertilidade do solo, a proximidade das redes de transportes, etc. são fontes da renda diferencial. Dado que o preço do produto se regula pela sua produção sob as piores condições (por exemplo: na terra de pior fertilidade), isto permitiria que os produtores melhores posicionados usufruíssem de vantagens (maior produtividade, lucro, etc.). Neste caso o proprietário dessas terras cobrariam pelo arrendamento das mesmas, a chamada renda diferencial. Para maiores informações veja MARX, K. O Capital. Op.cit. Livro III.

como relação social de produção".(100)

Dessa forma, a idéia que perpassa é a de que o avanço das relações capitalistas e sua conseqüente penetração no campo tem como pré-condição, e ao mesmo tempo como limite, o desenvolvimento das forças produtivas. De fato, essa idéia esta presente nos principais trabalhos do autor. **BCME-BIBLIOTECA**

Para Graziano, a fase mais avançada do desenvolvimento das forças produtivas pode ser percebida na consolidação do DI (Departamento de Bens de Capitais) para a agricultura, na integração das diversas frações de capitais, bem como na reunificação das atividades agrícola/urbanas. Essa fase se explicita, ao nível da estrutura produtiva, na constituição dos CAI'S (Complexos Agroindustriais), quando a renda da terra se transformaria num "obstáculo menor" ao desenvolvimento capitalista.

Como o próprio autor coloca, o CAI internalizaria as mesmas contradições impostas pela propriedade fundiária ao desenvolvimento capitalista. "(...) Mas esta contradição agora, na medida em que a propriedade da terra está submetida ao capital, é secundária. O processo de formação de preços no interior do complexo agroindustrial permite repassar para frente ou para trás, se não houver poder de mercado dos produtores da parte agrícola, aquilo que antes significava uma dedução do lucro capitalista: a renda da terra."(101)

100 GRAZIANO, J.da Silva. Progresso técnico.. Op.cit. p.30

101 GRAZIANO, José da Silva. Do Complexo... Op.cit. p.249

É importante que se explicita o entendimento do autor sobre o processo de modernização da agricultura, que culmina na formação do CAI. Para Graziano, esse processo é marcado pela integração de capitais. Assiste-se, assim, a presença das empresas nacionais, multinacionais industriais, bancárias, comerciais e financeiras, etc, no "agro brasileiro", tanto na atividade de produção quanto no mercado de terras para fins especulativos. Essa integração de capitais permite pensar numa unidade que não existe, ou seja, na verdade trata-se de várias frações de capitais que mantêm seus interesses específicos, mas que se aglutinam em torno de um interesse comum: "o agro brasileiro".

Não obstante a integração de capitais, a própria dinâmica imposta pelos CAI's servirá para manutenção do interesse comum. De fato, as empresas nacionais e\ou multinacionais se acham interligadas a atividade agrícola; seja como fornecedoras de insumos para a produção, seja como ofertante de produtos para o consumo final. Da mesma forma, dependem da oferta de produtos da agricultura, caso da agroindústria. "(...) O resultado é que os grandes capitais passaram a ter uma face agrária, não oposta mas sim articulada à face industrial e financeira."(102)

Outro aspecto destacado por Graziano é o caráter conservador desse processo, que pode ser visto na sua face "excludente e na diversidade regional". Excludente, pois marginaliza unidades produtivas desse processo; e a diversidade

regional pode ser explicada pela sua concentração na região Centro-Sul do país. Além disto, a modernização da agricultura não atinge todas as fases do ciclo produtivo. Isto implica elevada sazonalidade do emprego da mão-de-obra nesse setor. Esta constatação sustentará a conclusão de Graziano sobre a crescente proletarização no campo.

Graziano (103) faz uma ponderação importante quando esclarece que esse processo de integração de capitais não atinge a todos os segmentos sociais do "agro". Apenas os grandes capitais se integram, enquanto outros permanecem fora. Os segmentos que permanecem não-integrados não participam das vantagens decorrentes da integração. Entre estas vantagens temos a de repassar preços, já que este segmento tem um processo de formação de preços como o de um setor oligopolizado.

Trabalhando sempre com a idéia de integração de capitais, Graziano afirma que "(...) o setor agrícola significa hoje apenas um agregado econômico sem muita utilidade analítica." (104) Segundo o autor, ao nível dos capitais integrados torna-se dispensável a análise do corte setorial, isto é, agricultura, indústria, instituições financeiras, etc.). Porém, ele reconhece que esta integração não é absoluta, "(...) Entre pequenos e médios capitais continua efetivo o corte dos capitais agrários e industriais, segundo o espaço social definido para a sua reprodução." (105)

103 Id. Ibid. p.246

104 Id. Ibid. p.247

105 Id. Ibid. p.250

Até o momento, procuramos mostrar a visão do autor sobre o conjunto da agricultura brasileira no tocante as especificidades deste setor. Todavia, é importante verificar a compreensão do autor sobre a pequena produção ou produção camponesa. Nesse sentido, o autor (196) argumenta que é inquestionável o crescimento da produção de alimentos propiciada pela modernização do "agro". E aponta como causa do crescimento de produtos alimentícios o aumento da produtividade do trabalho.

Acreditando num aumento da produtividade do trabalho, Graziano descarta, integralmente, a possibilidade de que este fato ocorra no segmento da pequena produção." (...) Existe um consenso a respeito da baixa produtividade, dada na pequena produção, fruto de uma baixa tecnificação, da subocupação da mão-de-obra e da (geralmente) pior qualidade de recursos naturais. Muito embora a produção por unidade de área na maioria das vezes seja maior nas pequenas propriedades do que nas grandes, isto deve ser atribuído ao excesso de trabalho necessário para retirar daqueles exíguos pedaços de terra a sobrevivência da família". (197)

#### BCME-BIBLIOTECA

Graziano afirma que a intensidade de exploração da terra nos pequenos estabelecimentos reflete-se no alto valor da produção por hectare. O autor observa que "(...) como se deduz das baixas produtividades do trabalho, o uso mais intensivo da

196 GRAZIANO, J. da Silva. Mas, qual a reforma agrária? Revista de Reforma Agrária. ano 17, n.2, abr\jun. 1987.

197 GRAZIANO, J. da Silva. Mas qual...op. cit. p.35

terra nos estabelecimentos não é suficiente para compensar a baixa capacidade de geração de produto excedente da mão-de-obra ocupada." (108)

Como consequência desse fato temos o alto grau de pobreza desses produtores e de suas respectivas famílias. De acordo com o autor, quatro características se fazem presentes na pequena produção, de forma simultânea, quais sejam: o trabalho acessório fora da unidade de produção, as longas jornadas de trabalho combinadas com a sub ocupação, os baixos níveis de renda e a baixa produtividade do trabalho. (109) Dado esses fatos, Graziano compreende que este segmento tem travado uma luta para subsistir e permanecer em sua terra sob condições que lhes são adversas. Esta persistência se justifica pela absoluta falta de opção produtiva.

Embora se refira a pequena produção como se esta fosse uma unidade monolítica, ao se referir à questão da produtividade o autor se refaz deste equívoco. Assim, ele chama a atenção para as heterogeneidades das classes sociais no campo: camponeses pobres, semiproletários, camponeses, empresas familiares e empresas capitalistas. (110) Para cada grupo, ou classe, é necessário um tipo de política agrícola; o que nos mostra a impossibilidade de tratar a questão agrária de forma genérica.

Dessa forma, o autor afirma que "(...) dado o avanço do

108 Id. Ibid. p.32

109 Id. Ibid. p.33

110 Id. Ibid. p.47-48

capitalismo e a decorrente intensificação do processo de diferenciação da estrutura social no campo, não é mais possível pensar as políticas para o setor agropecuário em bloco, ou por produto... Isto vai além de uma simples formulação de políticas diferenciadas (...), implica que os próprios objetivos sejam diferentes em relação a cada categoria de produtor (...)."<sup>414</sup>)

Graziano mostra em seus trabalhos um profundo conhecimento do processo de modernização da agricultura brasileira e do próprio setor agrário da economia nacional. Esta é a "marca registrada" de todos os seus trabalhos. Esta compreensão permite ao autor avançar nas complexidades da estrutura produtiva e social, em transformação, no campo. Assim, ele entende com perfeição a reumificação que está se gestando, principalmente, entre os setores agrícola e industrial e a impossibilidade de se falar em face agrária ou industrial do capital.

Mais do que um avanço, isto afasta o autor do equívoco de ver as relações entre os setores de forma funcional e o liberta da visão de uma suposta funcionalidade do setor agrícola, enquanto sustentáculo do avanço das relações capitalistas. Isto é, Graziano não incorre na visão de que setores não modernizados sustentam a modernização de outros. Ao nosso ver, o autor busca compreender o comportamento e a modernização do setor agrícola à luz da dinâmica do modo de produção capitalistas.

Nesse sentido, podemos dizer que o autor coloca um

<sup>414</sup> Id.Ibid. p.48

ponto final nos equívocos de que a agricultura, enquanto fornecedora de mão-de-obra, alimentos e outros produtos à preços baixos, serviria para alavancar o desenvolvimento da indústria. Isto é, as mínimas condições de reprodução de vida no campo serviriam para nivelar por baixo as condições de vida no urbano. Ao mesmo tempo que, também, pressupõe-se que o fornecimento de alimentos a preços baixos contribuiria para rebaixar o custo de reprodução do trabalhador urbano.

Creemos, entretanto, que o autor, ao se manter em nível muito genérico, não se desperta para um estudo mais aprofundado das classes sociais presentes no "agro" e dos aspectos microeconomicos relativos à pequena produção. Não obstante esse fato, o autor procura mostrar, a partir dos aspectos macroeconômicos que impactam o comportamento do setor agrário, como se organiza a estrutura produtiva desse setor. Nesse sentido, faz algumas observações sobre a complexidade das relações sociais de trabalho e de produção no "agro".

A primeira observação pode ser percebida quando juntamos sua análise sobre a relação entre progresso técnico e a renda da terra com os argumentos desenvolvidos no seu estudo sobre a constituição dos C.A.I.'s. Com efeito, Graziano entende que a renda da terra se coloca como obstáculo à expansão do M.P.C. na agricultura. E que esse obstáculo é removido a medida que o progresso técnico penetra nesse setor e transforma sua estrutura produtiva; isto é, abre espaço para que as relações sociais de trabalho e produção capitalistas se propaguem. Essa

transformação está associada à formação do D1 para a agricultura, enquanto responsável pela geração e propagação do progresso técnico.

Observe que a renda da terra, o progresso técnico, a constituição dos C.A.I.'s são, pois, questões interrelacionadas, na análise do autor, que são explicadas à luz da lógica de desenvolvimento do M.P.C. Despreza-se, assim, as especificidades do setor agrário que se reduz a um mero espaço onde se organiza de forma capitalista as atividades econômicas. Do ponto de vista do capital, o setor agrícola se constituirá num ramo de aplicação de capital que não apresenta diferenças do restante da economia.

Pensando o setor agrário a partir de sua inserção no M.P.C. e pressupondo que as relações sociais de trabalho e produção capitalistas apontam no sentido proposto da generalização do M.P.C., o autor observa que a estrutura social do "agro" é composta por camponeses pobres, semiproletários, camponeses, empresas familiares, empresas capitalistas. Não se pode dizer que a complexidade do setor agrário não esteja contemplada nesta estrutura social do "agro". Todavia, o pouco compromisso que o autor dispensa a essa estrutura social o leva a não discutir os critérios utilizados para se chegar a essa estratificação social.

Assim, permanecemos sem saber o que o autor entende por camponês, semiproletário, empresa familiar e empresa capitalista. Decerto, não foi observando as relações sociais de trabalho e de produção no "agro" que o autor conseguiu formular

essa estratificação. Sem dúvida, deve ter sido sua compreensão das "leis tendenciais", pressupostas pela expansão do M.P.C. na agricultura, o elemento que norteou essa estratificação.

Se isto é verdade, o camponês pobre, o semiproletariado e o camponês são os representantes do processo de diferenciação do campesinato. A empresa familiar rural surge como representante do camponês rico, aquele que se capitalizou. Mas como se dará a organização da produção nesta empresa, isto é, a relação social de trabalho será do tipo familiar ou capitalista? Se é do tipo familiar qual a diferença entre empresa familiar e camponês? Se é do tipo capitalista, qual a diferença entre esta e uma empresa capitalista?

Em quaisquer dos dois casos o caráter familiar presente em certas unidades produtivas aparece como algo incômodo, que por fugir dos "destinos traçados" pelos formuladores das "leis tendenciais" nem representa um campesinato e nem um capitalista. Nesse sentido, deve ser isolado dos dois blocos e se possível negligenciado para não complicar a eficácia das "leis tendenciais".

A segunda observação se refere a formação dos C.A.I.'s. Não obstante sua presença no "agro" brasileiro e a integração de capitais que se assiste a partir de sua constituição, principalmente, entre grandes e médios capitais, seria importante que Graziano precisasse melhor as relações que se estabelecem entre os C.A.I.'s e o restante do setor agrário.

Isto é, para melhor ressaltar o caráter transformador

dos C.A.I.'s, seria fundamental que a análise do autor mostrasse o relacionamento entre as várias frações de capitais envolvidos nos C.A.I.'s, e entre os C.A.I.'s e as demais unidades produtivas do setor agrícola. Sobretudo, seria importante que o autor buscasse apreender a relação entre o C.A.I. e a unidade de produção familiar, tanto no sentido da produção de insumos modernos, onde esta última se coloca como demandante, como no sentido dos produtos essenciais à agroindústria, neste caso na posição de ofertante.

Nos parece que estas questões levantadas são melhores equacionadas por Maria de Nazaré Baudel Wanderley, que desenvolve estudos mais específicos sobre a produção familiar rural. Em seu estudo sobre os produtores familiares de Campinas, Wanderley (112) mostra com clareza a complexidade do "agro", tanto no que se refere ao processo de diferenciação do campesinato quanto na questão da articulação que se desenvolve entre estes produtores e o restante do setor e os outros setores.

O primeiro aspecto a ser destacado em seu estudo se refere à preocupação em definir de forma "ampla" o seu entendimento sobre a produção familiar ou camponesa e, também, de esclarecer que no caso brasileiro dita produção tem raízes históricas. Assim, Wanderley observa que "(...) a dominação da grande propriedade não impediu que se constituísse, em todo o

112 Wanderley, Maria de Nazaré Baudel. Trajetória social e projeto de autonomia : os produtores familiares de algodão da região de Campinas. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 26, Fortaleza, 1988 .Anais...Fortaleza, SOBER, 1988.

território brasileiro, núcleos mais ou menos estruturados de produção camponesa. Estou entendendo por este termo - aqui considerado num sentido bem amplo - toda forma de produção, organizada em base familiar, na qual a família dispõe, mesmo que de maneira precária, das condições de trabalho necessárias para assegurar sua própria subsistência (...) A produção camponesa, assim concebida, manifesta-se historicamente, sob formas bastante diversificadas."(113)

Esta forma de pensar a "produção familiar ou camponesa" permiti, ao nosso ver, que a autora perceba que esse tipo de produção não se constitui num bloco homogêneo. De fato, esse tipo de produção se apresenta de forma distinta, conforme o momento histórico que se objetiva estudar e num mesmo momento histórico; visto que seu comportamento é sempre norteado pela sua estratégia de reprodução social. **BCME-BIBLIOTECA**

Wanderley procura mostrar que o comportamento da produção familiar depende da "situação" em que se acha inserida. Dessa forma, ela distinguirá duas "situações" que, por conseguinte, levarão a comportamentos distintos. Para a autora, essas duas situações não são específicas de determinadas regiões brasileiras; visto que fazem parte do quadro geral do país.

A primeira situação que ela destaca é a que esse tipo de produção se reproduz no interior da grande propriedade. Nesse caso, há uma perda sensível na autonomia da produção familiar; ficando suas condições de reprodução social fortemente

dependentes da grande produção. Wanderley observa que submetidos a esta situação estão os parceiros, trabalhadores residentes, arrendatários, etc, cada um com um grau maior ou menor de autonomia.

Sobre essa situação, a autora resalta que é com frequência que encontramos o proprietário fundiário agindo como comprador e/ou vendedor dos produtos cultivados e dos produtos necessários à reprodução da unidade de produção familiar. Também é comum a sua presença como agente de repasse de crédito próprio e/ou oficial a estas unidades de produção.

A segunda se refere a uma "situação" em que a unidade de produção familiar independe da grande propriedade para se reproduzir socialmente. Também, neste caso, existe uma diferenciação no conjunto destas unidades produtivas. Esta diferenciação advém de sua ligação com o capital comercial. Segundo Wanderley, "(...) pode-se distinguir duas situações particulares: a) aquela em que a produção familiar é pequena, tradicional e ligada ao capital comercial (...); b) os produtores tecnificados".(114)

Conforme afirma a autora, nesse primeiro grupo se encontram os minifúndios, que podem ser proprietários ou ocupantes de terra. O capital comercial, neste caso, coloca-se como o agente que compra e vende os produtos às unidades de produção familiar; o que o permite usufruir das vantagens decorrentes dos mecanismos de fixação de preços. Também será o

agente de intermediação entre o crédito bancário oficial e o produtor, às vezes usa capital próprio para emprestar. Comprando, vendendo e repassando crédito o capital comercial segue subordinando esse produtor.

O segundo grupo, produtores familiares tecnificados, acha-se ligado "(...) a estrutura industrial, a cooperativas ou ao capital comercial já mais centralizado (...) são muitas vezes obrigados a respeitar normas técnicas de produção."<sup>(115)</sup> Livres dos mecanismos extra-econômicos de subordinação, estes produtores se encontram submetidos às exigências da produção capitalista.

Ao nosso ver, as distinções feitas por Wanderley sobre a produção familiar demonstram a sua compreensão do processo de diferenciação do campesinato no "agro" brasileiro. Acreditamos ser correta a sua percepção de que a articulação da produção familiar, intra e inter-setor agrários, depende das suas condições, ou "situações, de reprodução social. Dado a importância desses argumentos, faz-se necessário detalhar melhor a análise da autora.

Assim, o primeiro elemento a ser observado é o critério utilizado por Wanderley para distinguir as "situações" de reprodução da produção familiar. Conforme nosso entendimento, dito critério se refere à "posse" da terra, portanto a situação de dependência ou independência está relacionada à grande propriedade. "O acesso a propriedade é, sem dúvida, a condição sine qua non de qualquer possibilidade de autonomia."<sup>(116)</sup>

115 Id. Ibid. p.20

116 Id. Ibid. p.38

O segundo está relacionado a cautela que a autora tem, quando analisa a relação entre a produção familiar intra e inter-setorialmente. Nesse sentido, a autora enfatiza a ação da grande propriedade e do capital comercial que, através de vários mecanismos, influenciarão diretamente na capacidade de produção e acumulação de riqueza da unidade de produção familiar. Porém, Wanderley resalta que a ação destes agentes está relacionada a "situação" de reprodução social destas unidades produtivas.

Finalmente, quando se refere ao subconjunto de unidades de produção familiar tecnificadas, onde se explicita com maior clareza a relação entre estas e o restante dos setores, principalmente, com os vários ramos do setor industrial, a autora preferirá examinar esta relação à luz de um estudo de caso. Demonstrando que, face a complexidade e as heterogeneidades presentes no setor agrário brasileiro, é muito difícil uma análise ao nível geral.

#### **BCME-BIBLIOTECA**

O terceiro aspecto se refere ao fato da autora analisar o processo de diferenciação do campesinato, mostrando as diferenças existentes entre os grupos de produtores familiares e intra-grupos, sem que isto a leve a uma descrição meramente classificatória, ou às discussões das "supostas tendências" de cada grupo. Ao relacionar o processo de diferenciação do campesinato com as diversas situações de reprodução social, a autora aponta para a necessidade de se estudar os aspectos intrínsecos à unidade de produção familiar que, de certa forma, atuam nesse processo de diferenciação.

## 5 Nordeste: O Setor Agrário e as Particularidades de um "Espaço" do Brasil

O estudo sobre um espaço regional deve ser elaborado pressupondo que dito espaço se encontra inserido num contexto maior, isto é, a economia nacional como um todo. Isto se aplica ao caso da região Nordeste, pois não é possível pensar na autonomia desse espaço regional. Também não podemos generalizar o que acontece neste espaço regional para o restante da economia nacional, visto que seu caráter periférico lhe impõe uma posição subordinada no desenvolvimento econômico brasileiro.

Não obstante esta realidade, houve um período histórico em que o Nordeste foi a região dinâmica do país. Porém, uma vez ultrapassado esse período, o dinamismo da economia brasileira se "enraiza" na região Centro-Sul. É a partir do processo de desenvolvimento da economia nacional que devemos compreender as especificidades do Nordeste.

Nesse sentido, é possível se referir a economia brasileira tomando como base a região Centro-Sul que, enquanto centro dinâmico, coloca-se como "matriz" do desenvolvimento nacional. Assim, é esta região que define a lógica e a(s) tendência(s) desse desenvolvimento que penetrará os demais espaços regionais irradiando seus "efeitos". Contudo, a intensidade desses "efeitos" depende da estrutura econômica, social e política presente na região. Isto é, depende das

especificidades presentes no âmbito regional.

Levantamos no capítulo anterior o quadro geral da economia brasileira, no que se refere as transformações do setor agrário, enfatizando o período posterior a década de 60. Conforme ressaltamos, esse processo se concentrava na região Centro-Sul. Tendo em vista as especificidades regionais, optamos por fazer uma recuperação desses aspectos para o Nordeste.

O Nordeste não pode ser considerado como um caso à parte do processo geral de desenvolvimento da economia brasileira. Entretanto, o Nordeste se coloca como uma região onde o grau de complexidade das especificidades merecem um estudo à parte, isto é, em separado. Este estudo em separado, contudo, tem que ser feito dentro do pressuposto de sua inserção na economia nacional.

Desta forma, é necessário verificar como se processa esta inserção ao longo do processo de formação e desenvolvimento da economia brasileira. Como já nos referimos a região Centro-Sul, enquanto centro dinâmico da economia nacional, pretendemos, ao nível deste capítulo, enfatizar algumas especificidades da região Nordeste, à luz de sua inserção na economia nacional.

Segundo Guimarães,<sup>(117)</sup> uma retomada do processo de desenvolvimento da região Nordeste permite destacar três momentos distintos, que marcam o comportamento desta região no contexto nacional; a saber: o isolamento relativo, a articulação

117 GUIMARÃES NETO, Leonardo. Introdução à formação econômica do Nordeste. - Recife: Massagana, Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

comercial e a integração produtiva. No primeiro momento, a economia nordestina se encontrava articulada com o comércio internacional e tinha pouco vínculo com a economia nacional.

Este comportamento da região Nordeste, que compreende o período que vai do descobrimento do Brasil ao século XVII, pode ser caracterizado pela produção e exportação de produtos primários ou semi-elaborados, produtos groindustriais.<sup>(118)</sup> Nesse momento, o Nordeste se colocava como uma região dinâmica e a desarticulação no plano nacional advinha da pouca irradiação desse dinamismo.<sup>(119)</sup> Conforme fica caracterizado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), a economia nacional era constituída por uma "constelação de economias regionais" com pouco vínculo entre si.

Como consequência da perda de mercado, ao nível internacional, de seus produtos de exportação, o dinamismo desta região é estrangulado. Assiste-se, assim, a uma estagnação e até mesmo regressão no desenvolvimento dessa região (século XVII ao XIX). Há, também, uma inversão no centro-dinâmico da economia nacional que se desloca para a região Centro-Sul do país. Esta região se colocará como "polo" dinâmico da economia nacional e,

118 Com efeito, a economia nordestina se caracterizava pela produção/exportação de açúcar e pela presença de um setor criatório de bovinos. Observe que, enquanto a atividade açucareira se destaca pela complexidade da produção e comercialização, sendo necessário a imobilização de um capital significativo, a atividade criatória é desenvolvida de forma bastante simples/rudimentar. O gado era criado de forma extensiva e em paralelo se cultivava produtos de subsistência.

119 A este respeito veja: FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Op.cit. cap.VII-XII

dado a conformação histórica do processo de desenvolvimento brasileiro, o processo de industrialização que mais tarde será gestado se enraizará nesta região.

O segundo momento, quando então se inicia uma articulação comercial inter-regional, compreende o século XIX e primeira metade do século XX. No século XIX, assiste-se uma ligeira recuperação das exportações de açúcar e uma pequena diversificação da pauta de exportação, onde são incorporados outros produtos primários de origem nordestina.

Este breve surto de recuperação da economia nordestina deveu-se a um certo grau de modernização da produção e beneficiamento do açúcar, que o tornou mais competitivo no mercado internacional, e a ação governamental que contribuiu para intensificar as atividades produtivas. Também, são de grande relevância a incorporação de produtos como cacau, fumo e o algodão na pauta de exportação nacional, bem como o aprimoramento dos meios de transportes.<sup>(120)</sup>

Estes fatos irão refletir nas relações de produção e trabalho no plano interno da região, todavia estes reflexos são pouco expressivos dado o atraso em que se processa a modernização da atividade açucareira. Este surto de recuperação se estanca, novamente, no final do século XIX. Não obstante estes fatos, não se assiste a uma reversão ao quadro anterior de estagnação.

120 Para maiores informações veja: GUIMARÃES NETO, Leonardo. Op. cit. capítulos I ao V

De certa forma, o não retorno à situação anterior pode ser explicado pelas transformações que já haviam se processado na região e, também, pelo fato da região Centro-Sul do país estar experimentando um acelerado processo de desenvolvimento. Com efeito, a atividade cafeeira se colocava como principal atividade da agricultura e, paralelamente, assistia-se a gestação e desenvolvimento do processo de industrialização nesta região. Isto permitiu, dado a inviabilidade de se exportar internacionalmente determinados produtos primários nordestinos, que estes fossem canalizados para esta região.

O agente articulador entre o "centro produtor", Nordeste, e o "centro consumidor", Centro-Sul, é o capital mercantil. Os representantes do capital mercantil, enquanto intermediários, encarregavam-se da compra, do transporte e da revenda na região Centro-Sul de alguns produtos, principalmente do açúcar e do algodão.

Destaca-se que no caso do açúcar havia também a atividade de refino. Paulatinamente, o capital mercantil vai se associando ao capital de outros ramos de atividades, tais como: bancos, transporte, refinamento, etc, sem que isto implique penetração efetiva da produção.

Esta forma de articulação entre as regiões, mediada pelo capital mercantil, irá se reduzir na medida em que o setor agrícola da região Centro-Sul do país se diversificar e passar a abastecer o mercado interno dessa região. De fato, isto ocorre num momento em que a industrialização já se encontra em uma fase

mais avançada. Assim, ao mesmo tempo em que se impacta a antiga forma de articulação, cria-se novos vínculos; isto é, mecanismos que transformam e aprofundam a articulação mercantil rumo a integração produtiva.

O terceiro momento, integração produtiva, inicia-se na década de 60 e, ainda, é um processo não completado. Observe que a agricultura do Centro-Sul passará por um processo de diversificação da produção agrícola. Nesse sentido, verifica-se uma competição entre os produtos do Nordeste e os desta região pelo mercado, onde os produtos da primeira são paulatinamente deslocados. Além disto, os produtos do Nordeste perdem, também, parte do mercado de sua própria região.

Conforme Guimarães, este processo de integração produtiva agirá sobre a forma de reprodução do capital e da força de trabalho redefinindo-as. Este efeito, que pode ser atribuído a "ação transformadora" do capital produtivo, propiciará um certo grau de homogeneização dos espaços regionais; embora certas especificidades regionais permaneçam. Percebe-se que a "ação transformadora" do capital mercantil perde parte de sua importância para esta nova forma de articulação dos espaços regionais via integração produtiva.

Para Guimarães, a integração produtiva inicia-se no momento de crise econômica nacional, período 62/67, e de criação de estímulos que irão propiciar o deslocamento do capital produtivo para o Nordeste. Guimarães destaca dois momentos nesse processo. No primeiro, denominado conjuntural, esta integração se

processaria pelos estímulos criados pelo Estado que induzem a transferência de parte do capital produtivo do Centro-Sul para o Nordeste. Há, portanto, uma transformação qualitativa da relação Centro-Sul/Nordeste.

No segundo momento, denominado estrutural, o capital produtivo persiste interessado pelo Nordeste. Observe que, mesmo tendo passado a crise nacional, o capital produtivo continuará sua ação que irá atrelar cada vez mais a estrutura econômica dessa região à da região Centro-Sul. Contudo, a despeito da integração e da homogenização, não se pode pensar em um processo de descentralização espacial.

Este capítulo tem como proposta apresentar o comportamento do setor agrário da região Nordeste e as transformações ocorridas e/ou em processo de gestação neste setor. Procuraremos enfocar o período posterior à década de 1960, pois é a partir desse momento que essas transformações se intensificam. Este fato está associado a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que traz no bojo de sua criação uma proposta de política de desenvolvimento para região.

**BCME-BIBLIOTECA**

No que se refere as transformações da agricultura nordestina, nos propomos a apresentar e comentar algumas interpretações existentes sobre este assunto. Privilegiaremos, contudo, aquelas que procuram mostrar o caráter "restringido" dessas transformações. Percebe-se, assim, que isto não é uma hipótese a ser comprovada, mas pelo contrário; dito caráter

restringido é um pressuposto que se assume desde o início deste capítulo.

Dado o pressuposto que ora assumimos, será necessário resgatar os elementos que se colocam como inibidores dessas transformações. Entretanto, da mesma forma que se depara com os elementos inibidores, também se encontra alguns elementos que agem no sentido de dinamizar estas transformações. Estes últimos, também, deverão merecer nossa atenção.

Em resumo, pretendemos centrar nossos esforços na compreensão do processo de transformação do setor agrícola nordestino, onde se objetiva expor a natureza desse processo, os elementos inibidores e dinamizadores destas transformações. No que se refere aos elementos dinamizadores, uma questão deverá ser investigada: por que estes elementos se mostraram limitados, no sentido de imprimir maior aceleração e generalização ao referido processo de transformação?

#### BCME-BIBLIOTECA

Antes de iniciar à exposição pretendida, é importante esclarecer alguns aspectos referentes ao conceito de região. A partir da análise de Oliveira,<sup>(121)</sup> um novo conceito de região é elaborado. Este novo conceito delimita o "espaço regional" a partir da forma de reprodução do capital e, por conseguinte, das relações sociais de produção e de trabalho. Procura-se, assim, compreender a constituição do espaço regional através de sua conformação histórica.

121 OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

O conceito de região formulado por Oliveira se adequa mais às nossas pretensões, pois nos permitirá entender o espaço regional de forma dinâmica; isto é, como algo que se transforma. Porém, embora se aceite esse conceito, não pretendemos analisar a multiplicidade das relações sociais de produção e de trabalho gestadas pelas especificidades do processo de reprodução de capital nesse espaço regional.

### 5.1 O Comportamento e as transformações do setor agrário nordestino

Tendo levantado a forma como se processa a articulação e a integração entre o Centro-Sul e o Nordeste e o entedimento sobre o conceito de região Nordeste, buscar-se-á expor como se comportou o setor agrário, principalmente pós-60. Acreditamos que as diferenças no âmbito intraregional resultaram na conformação de uma estrutura produtiva heterogênea e/ou diversificada. Entendemos que o esforço pretendido, a fim de recuperar o comportamento e as transformações do setor agrário, poderá levar a um nível de generalização que escamoteará as especificidades existentes ao nível intraregional.

Buscando reduzir a complexidade que esse tipo de análise suscita, procuraremos resgatar alguns aspectos que julgamos essenciais e presentes em toda região, no que se refere ao comportamento e as transformações do setor agrário. Também, será priorizado os aspectos que destacam as semelhanças e/ou

diferenças do comportamento e das transformações no setor agrário ao nível inter-regional.

Ao nosso ver, parece haver consenso entre os estudiosos do setor agrário nordestino sobre o dinamismo deste setor nas décadas de 40/50/60, do presente século. Análises sobre este fato têm demonstrado que, a despeito das adversidades climáticas e da pouca ajuda do crédito rural subsidiado, este setor cresceu à taxas expressivas quando comparadas com a do conjunto da economia nacional.

Sá Junior demonstra que "(...) o setor agropecuário tem se expandido a uma taxa bastante elevada, nitidamente superior ao crescimento médio anual da população regional, que foi de cerca de 2,5% entre 1950 e 1960 (...) Essa expansão da agricultura regional é ainda mais surpreendente, quando se observa que foi mais acentuada, proporcionalmente, que a do resto do país (...)." (122)

Carneiro (123) entende que a agricultura da região passou por um processo de transformação, durante o período 1947/73, cujo o reflexo pode ser visto na taxa de crescimento da produção de alimentos (4,8% a.a.), que se mostrou superior a de matérias-primas (3,4% a.a.) e da população urbana (4,1% a.a.). No período 1947/60, a taxa de crescimento da produção de

122 SÁ JUNIOR, Francisco. O Desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. - São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1976, p.86

123 CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Capitalismo e pequena produção na agricultura no Nordeste. - Campinas: UNICAMP, 1978, p.50-100 (tese de mestrado)

alimentos e das culturas industriais foram próximas (cerca de 4,4% a.a.). Porém, no período 1960/73, as culturas de alimentos cresceram à taxa de 5% a.a., enquanto as culturas industriais crescem à taxa de 2,3% a.a..

As explicações para este dinamismo são buscadas tanto nos aspectos externos à região quanto nos aspectos internos à região, isto é, intra-regionais. Para Carneiro, este dinamismo caracteriza um processo de transformação da agricultura nordestina, cuja a tendência é a especialização e independência da produção de alimentos das culturas industriais; o que seria explicado pelo dinamismo do mercado interno.

Sá Junior atribui este dinamismo à pressão demográfica nas culturas de subsistência, que permitiu ao Nordeste superar o efeito dos incentivos concentrados nas regiões Centro-Sul e Oeste. O autor entende que esse "(...) crescimento elevado pode ser explicado como decorrência da acentuada concentração da mão-de-obra agrícola que se verifica no âmbito dos minifúndios, e da multiplicação acentuada do número desses estabelecimentos".<sup>(124)</sup> Oliveira, <sup>(125)</sup> por sua vez, credita este dinamismo à nova Divisão Regional do Trabalho que impôs à região esse comportamento.

Francisco de Oliveira e Henri-Philippe Reichstul analisando a economia agrícola nordestina, no período de 1937/68,

124 SÁ JUNIOR, Francisco. Op.cit. p.91

125 OLIVEIRA, Francisco de, REICHSTUL, Henri-Philippe. Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. Estudos CEBRAP. - São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, 1973. p. 131/168.

esclarecem que este dinamismo está relacionado à nova Divisão Regional do Trabalho (D.R.T.). A região Sudeste ao dinamizar o setor industrial impôs, de certa forma, à região Nordeste o papel de produtora de produtos primários com vistas à exportação para a primeira.

Embora os autores se refiram à períodos distintos, e não incorporem às décadas de 70 e 80, julgamos que não há uma ruptura nas transformações gestadas nestas décadas enfocadas e as de 70 e 80. É importante ressaltar que, quando nos referimos a não ruptura das transformações, estamos considerando o "estilo" de transformação que, conforme já foi destacado, não pode ser entendido à luz de um amplo processo de modernização do setor.

Antes de iniciar o exame do "estilo" desta transformação, convém chamar a atenção para alguns aspectos implícitos e explícitos nas análises dos autores que apresentamos acima. Entendemos que Sá Junior estudando o comportamento da agricultura nordestina, no período 1948 à 1960, admite que este setor, a despeito de se manter arcaico, tem crescido à taxas até superiores a nacional.

Observando o setor agrícola nordestino, o autor percebe que o uso de tratores e arados cresce entre o período 50/60, porém a mecanização nesta região se mantém abaixo do restante do país. Da mesma forma, nota-se que as mudanças tecnológicas e os investimentos capitalistas na agricultura foram maiores para as regiões Centro-Sul e Oeste; entretanto, a região Nordeste apresenta um crescimento maior, comparativamente.

Analisando a agricultura nordestina, Sá Junior afirma que existem duas agriculturas, uma comercial e outra de subsistência, com reações distintas aos estímulos de mercado interno e externo. Tradicionalmente ligada a exportação, a agricultura comercial sofre com as oscilações do comércio externo. Todavia, a queda de preços dos produtos de exportação nordestinos não tem levado a redução no volume exportado. Para o autor, isto mostra a insensibilidade do produtor ao mercado e explicita o caráter histórico desta produção.

Nesse sentido, ele informa que a queda de preço dos produtos exportados no Nordeste tem implicado na redução da mão-de-obra empregada e na redução da área de cultivo dessas atividades; o que contribui para o crescimento da migração e reforça a agricultura de subsistência. O autor conclui, portanto, que a substituição entre as culturas ocorre na margem, sem envolver uma mudança na culturas de exportação produzidas pelos estabelecimentos.

Do nosso ponto de vista, pensamos que a análise de Sá Junior mostra o aspecto "dual" da agricultura nordestina, ou seja, o autor aponta para a presença de dois tipos de agriculturas: uma de exportação e a outra de culturas alimentares, com vistas à subsistência e venda de excedente. Apesar do corte "dual", o autor demonstra que esta última sofre os reflexos da primeira.

De acordo com o autor, nos momentos de retração das exportações, os estabelecimentos voltados para esse tipo de

cultura tendem a desempregar mão-de-obra; o que se reflete num fluxo de mão-de-obra em direção aos estabelecimentos voltados para as culturas alimentares. Entretanto, o desempenho do setor produtor de culturas alimentares não tem reflexo sobre o setor exportador, pois não há uma substituição efetiva das culturas de exportação pelas de alimentos.

Não obstante o corte "dual", presente na análise do autor, entendemos que um elemento importante, levantado pelo mesmo, é a inexistência de uma transformação da estrutura do setor; a despeito das taxas de crescimento apresentadas. Porém, acreditamos que o setor agrícola nordestino, posteriormente à década de 60, tornou-se mais complexo, não se "enquadrando" na simplificação deste "quadro" analisado pelo autor.

No que diz respeito a análise de Carneiro, que aponta para uma especialização e independência do setor produtor de alimentos, julgamos que esta, também, induz ao raciocínio "dual". Desta forma, tem-se, de um lado, um subsetor produtor de alimento independente, isto é, com uma dinâmica particular e, de outro lado, um subsetor produtor de culturas industriais que se pressupõe ter outra dinâmica.

Além disto, como salienta Carvalho (126), a conclusão a que chega Carneiro sobre a especialização e independência do produtor de alimentos, "só pode ser aceita como tendência". Nesse sentido, Carvalho destaca que "(...) o suficiente dinamismo para

126 CARVALHO, José Otamar de . O Nordeste semi-árido: questões de economia política e de política econômica.- Campinas: UNICAMP, 1985. (Tese de doutorado)

justificar a constituição de uma agricultura de alimentos, a que reporta Ricardo Carneiro, não poderia se referir a produtos como o arroz, o feijão, o milho e a batatinha...).(127 )

Para Carvalho, os produtos cujas as taxas de crescimento são mais expressivas, caracterizam-se por terem a demanda, fundamentalmente, atrelada à agroindústria. "O espaço criado para a constituição de uma agricultura de alimentos dinâmica no Nordeste restringir-se-ia, assim, à produção cuja exploração se fizesse em bases capitalistas, ou seja produtos cujas demandas se definissem em função principalmente dos interesses da agroindústria."(128)

Quanto a análise de Oliveira, julgamos pertinente, também, os comentários de Carvalho que, com base em Cano, esclarece :"(...) o importante, porém, é compreender que não houve transferência ou abandono da agricultura por parte do Sudeste ou de São Paulo, mas a aplicação mais intensiva de capital em atividades agrícolas e pecuárias mais rentáveis (...) O problema não consiste em 'transferência' ou 'repasse', por parte do Sudeste para o Nordeste e o Sul, da 'função' de produzir alimentos ou matérias-primas de origem agrícola ou vegetal e, ao mesmo tempo, da subtração pelo Sudeste, ao Nordeste e ao Sul, da 'função' de produzir produtos industriais com maior

127 CARVALHO, José Otamar de. Op.cit. p.53

128 Id. Ibid.p.53-54

exclusividade(...)" (199)

Finalmente, ressaltamos que Carneiro e Oliveira explicam o desempenho do setor agrícola da região à luz do comportamento geral da economia brasileira. Porém, suas análises se referem, principalmente, ao momento em que a forma de inserção da economia do Nordeste na nacional se processava pela via da articulação-comercial. De fato, os dois autores trabalham com a constituição de um subsetor produtor de alimentos, com vistas à comercialização na região Centro-Sul.

Nesse sentido, a articulação entre o setor produtor e o consumidor fica à cargo do capital mercantil. Isto pode ser percebido, quando Carneiro se refere ao fato deste setor estar associado ao dinamismo do mercado interno nacional. E em Oliveira, quando ele enfatiza a importância da nova D.R.T. para explicar dito desempenho. Estes argumentos se complementam e acreditamos que é realmente esta forma de articulação da região Nordeste com a economia nacional, bem como o suposto dinamismo desta última, os fatores de "empuxo" do crescimento do subsetor de produção de alimentos.

Também concordamos com Carvalho que, mesmo fazendo algumas ressalvas às análises dos autores em questão, aceita que este dinamismo faz parte e deve ser analisado à luz do processo geral da economia brasileira. Principalmente das transformações

129 CARVALHO, José Otomar. Op.cit. p.65-64. Este entendimento de Carvalho está baseado no trabalho de:  
CAND, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração individual no Brasil - 1930/70. - Campinas: UNICAMP, 1981 (mimeo.) (Tese de Livre Docência)

da agricultura do Centro-Sul que refletirão na agricultura da região; visto que a mesma já se encontra integrada à economia nacional. Percebe-se que Carvalho se preocupa com a atual forma de inserção da economia nordestina na nacional, caracterizada como integração produtiva.

Entretanto, compreendemos que a explicação sobre este desempenho do setor agrícola não pode ser creditada, apenas, aos fatores externos à região. De certa forma, algumas transformações ao nível do setor agrário da região concorreram para que a mesma pudesse responder a estes estímulos externos. Com efeito, esta "transformação" não se deve a um processo de modernização, que através da incorporação de melhorias tecnológicas, aumentasse a produtividade deste subsetor. Também se descarta a hipótese de mudança na estrutura fundiária da região, o que implicaria numa transformação profunda de sua estrutura agrária e produtiva.

Entendemos que as "transformações" que se assiste, ao nível regional, restringem-se a um (re)arranjo que se processa na estrutura produtiva do setor agrícola. Para que se possa compreender melhor estas "transformações", ou este (re)arranjo, buscaremos na análise de Carvalho alguns elementos que julgamos irão nos auxiliar o entendimento. O autor considera que o dinamismo da agricultura nordestina se valeu de três fontes, a saber: crescimento da área cultivada, introdução de inovações tecnológicas, existência e localização de terras férteis ainda não submetidas à cultivo.

Segundo o autor, o crescimento da produção agrícola, na

década de 60, ocorreu através da incorporação das "novas" áreas à produção de lavouras e às pastagens. Parte da expansão para estas áreas aconteceu com queda de produtividade. Porém, este fato constitui-se principal elemento explicativo desse dinamismo. As inovações tecnológicas foram restritas à algumas áreas e produtos; seu efeito positivo foi restringido, mas a tendência é se ampliar. Quanto à localização das terras, notadamente nas de maior fertilidade e ainda não cultivadas, apenas o algodão, o milho e o feijão se beneficiaram deste efeito.

Entendemos que são, principalmente, a expansão das áreas cultivadas, da rede rodoviária e da frota de caminhões que possibilitaram esta expansão da agricultura nordestina. Por um lado, isto marca uma maior integração do mercado regional e interestadual e, por outro lado, maior integração do mercado nacional.<sup>(130)</sup> Já salientamos o caráter restringido destas transformações e, nesse sentido, acrescentamos que a expansão observada no setor agrário nordestino deve, também, ser ponderada.

Com efeito, verifica-se que , no período compreendido entre a década de 1960 e 1980, o setor agrário nordestino teve um comportamento pouco expressivo quando comparado ao dos demais setores da região. Utilizando como indicador a participação

130 Isto favoreceu a importação de produtos do Centro-Sul que gozava de maior produtividade. Apesar dos custos de transportes, a agricultura do Centro-Sul apresenta preços mais baixos para determinados produtos; dado que incorpora ganhos de produtividade pelo uso de insumos modernos e máquinas.

relativa do setor na formação do Produto Interno Bruto (PIB), podemos inferir que enquanto o setor agropecuário experimenta uma situação de declínio, o contrário acontece com o setor industrial e de serviços. A tabela I contém estes indicadores.

TABELA I - PRODUTO INTERNO BRUTO, POR SETOR  
DE ATIVIDADE ECONÔMICA  
1960 - 1988

SETOR DE ATIVIDADE	1960		1988		VARIACÃO MÉDIA NO PERÍODO DE 60/88 (%)
	US\$	%	US\$	%	
Agropecuária	2,6	30,4	7,3	14,3	3,1
Indústria	1,9	22,1	12,8	24,8	6,2
Serviços	4,1	47,5	31,2	60,9	8,1
TOTAL	8,6	100,0	51,3	100,0	6,6

FONTE: SUDENE/DPG/PSE/GCR.

De fato, verifica-se que, no ano de 1960, o setor agropecuário participou em 30,40% na composição do PIB regional, enquanto o setor industrial respondeu por 22,10% e o de serviços por 47,50%. Em 1988, a composição do PIB da região se altera; os setores agropecuário, industrial e de serviços responderam por 14,30%, 24,80% e 60,90%, respectivamente.

Observa-se que, no caso do agropecuário, a alteração é expressiva. Além da queda de sua participação no PIB, este apresenta a mais baixa taxa de crescimento, em termos médios. A variação média deste setor foi de 3,10%, ao passo que a do setor industrial foi de 6,20% e a de serviços ficou em 8,10%.

A despeito dos dados levantados acima, quando se examina a variação média da Formação Bruta de Capital Fixo (F.B.C.F.), no período de 1965 à 1983, observa-se que o desempenho do setor agropecuário (11,70%) esteve muito próximo do verificado no setor industrial (12,70%) e bem acima do setor de serviços (8,0%). Entretanto, sua participação relativa foi pouco significativa, quando comparada ao dos demais setores; cerca de 8,80% em 1965 e 12,20% em 1988. A tabela II ilustra esta situação.

TABELA II - ÍNDICES REAIS DE FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO,  
POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA  
1965 - 1983

SETOR DE ATIVIDADE	1965		1983		VARIACÃO MÉDIA NO PERÍODO DE 65/83 (%)
	ÍNDICE	%	ÍNDICE	%	
Agropecuária	12,5	8,8	91,2	12,2	11,7
Indústria	19,4	34,4	167,4	47,2	12,7
Serviços	36,2	56,6	145,8	40,6	8,0

FONTE: SUDENE/DPG/PSE/GCR.

Pensamos que estas informações auxiliam a compreensão do caráter restringido das transformações que se processam neste setor. Nesse sentido, são as variações médias apresentadas pelo setor, tanto no que se refere a sua participação no PIB quanto na FBCF da região, que nos permitirão evidenciar tal fato. Enquanto a primeira nos fornece a taxa média de crescimento do setor, ou

seja, seu desempenho; a segunda nos mostra a taxa média de expansão dos investimentos, isto é, a acumulação de capital expressa em máquinas, equipamentos, formação de plantéis, culturas permanentes, etc.

Assim, por um lado, F.B.C.F., é possível inferir que algumas alterações se processam no setor; visto que a taxa de capitalização é significativa. Entretanto, por outro lado, PIB, verifica-se que ditas transformações não são suficientes para que o setor apresente um melhor desempenho.

Reportando a alguns aspectos já levantados, podemos dizer que até a década de 1960, período em que a articulação regional se processava via capital mercantil, o desempenho do setor agrário era "incentivado" pela busca de mercado na região Centro-Sul. Assim, seu comportamento, notadamente na produção de culturas alimentares, estava associado a este fato. Este comportamento, contudo, não poderia ocorrer sem que alguns arranjos se processassem na estrutura produtiva do setor. As transformações engendradas tenderão a se consolidar nas décadas posteriores. (131)

#### BCME-BIBLIOTECA

131 As transformações se referem às mudanças na forma de articulação das regiões que agem, ao nível do Nordeste, influenciando em seu comportamento. Isto é, imprimindo maior dinamismo à produção de culturas alimentares, num primeiro momento. Num segundo momento, quando a integração produtiva já se encontra em processo, impulsionando o crescimento das culturas associadas à agroindústrias, etc. Enquanto a primeira será viabilizada pela expansão das áreas de cultivo; a segunda está condicionada a uma maior participação do produto no mercado; tanto como demandante de insumos agrícolas, máquinas, equipamentos etc, quanto ofertante de produtos a serem beneficiados pelas agroindústrias instaladas na região.

Conforme vimos, a partir de 1960, a nova forma de articulação entre as regiões, expressa como integração produtiva, agirá sobre a reprodução do capital e da força de trabalho. Nesse momento, em que o capital produtivo da região Centro-Sul expande seu campo de atuação para o Nordeste, subentende-se que os setores produtivos da região sofreram o impacto de sua "ação transformadora".

Contudo, no caso do setor agrário, esta ocorrerá muito tímidamente, restringindo-se a algumas áreas e produtos. Esta particularidade não é restrita a esta região. Procuramos chamar a atenção para as especificidades do processo de transformação da agricultura nos capítulos anteriores, de modo que não há motivos para considerar que no setor agrário nordestino este seja diferente.

Conforme nosso entendimento, o estudo sobre o setor agrário da região Nordeste deve ser desenvolvido de forma a contemplar dois aspectos. O primeiro se refere ao fato de que, dado a forma de integração regional em processo, pressupõe-se que o comportamento e as transformações deste setor são pensadas em conformidade com as "questões" ou "propostas" colocadas ao nível nacional. Desta forma, a análise regional cede lugar à análise setorial que, no nosso entender, já foram apresentadas quando

discutimos a região Centro-Sul.

Assim, os fatores propulsores das transformações do setor agrário do Nordeste devem ser estudados à luz da lógica e das propostas definidas para a economia nacional. Observando esta suposição, buscaremos analisar o impacto e o papel das transformações gestadas neste setor, que têm na SUDENE um de seus elementos centrais.

O segundo aspecto, está associado às especificidades desta região, particularmente do setor agrário. Como sabemos, o processo de conformação do Nordeste guarda determinadas especificidades que influenciam na definição do estilo dessas transformações.

BCME-BIBLIOTECA

Com efeito, existem ao nível do Nordeste certas singularidades, decorrentes do processo histórico brasileiro, que influenciam a forma como as transformações se processam no setor agrário. Tais singularidades serão tratadas quando nos reportarmos aos fatores que contribuem para dificultar ditas transformações. Nesse sentido, estes fatores ou especificidades, agem ajudando a definir o "estilo" dessas transformações no âmbito regional.

## 5.2 Os Programas governamentais: SUDENE uma intervenção propulsora das transformações

É sabido que, a partir da criação da SUDENE, assiste-se a uma intervenção mais coordenada na região nos vários setores de atividades econômicas. No que se refere ao setor agrário, temos

que de início a intervenção da SUDENE se pautou pela orientação das soluções dos problemas apresentados pelo GTDN (1967), onde se destaca "a modernização agrícola nas áreas unidas, a racionalização agrícola nas áreas semi-áridas e a colonização em áreas devolutas".

Pode-se dizer que somente nos finais da década de 80 é que a SUDENE se descolará da orientação e da base conceitual do GTDN. Esse descolamento deveu-se à compreensão de que "(...) nos anos 50, a pobreza do Nordeste estava associada à fragilidade da economia regional, tendente à estagnação, ao passo que, nos anos 80, a indigência caminhava ao passo de uma economia em expansão notável. Tratava-se, pois, de uma questão de estilo e natureza do crescimento econômico, e só poderia ser resolvido mudando-se o eixo de atenção de uma política de desenvolvimento econômico (GTDN) para uma política de desenvolvimento social".(199)

No que se refere ao setor agrário, a SUDENE participou e/ou coordenou uma série de programas visando o desenvolvimento do setor. Notadamente a partir da década de 70, assiste-se à implementação de uma série de "programas rurais", cujos os recursos alocados advinham de uma combinação de recursos nacionais e externos.

Os programas rurais deste período marcam o récuo da SUDENE na formulação de programas setoriais, ao mesmo tempo que

132 GTDN. Uma Política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. - 2.ed. - Recife: SUDENE, 1967.

133 Brasil.MINTER.SUDENE. Modernização regional em curso: 30 anos de SUDENE. - Recife, 1990.

apontam para a direção de programas especiais. Como exemplos temos os programas de: Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE); Desenvolvimento da Região Semi-Árida (Projeto Sertanejo); Recursos Hídricos do Nordeste (PROHIDRO); Apoio as Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (PROCANOR); Desenvolvimento da Agroindústria (PDAN); Pesquisa do Trópico Semi-Árido (TSA).<sup>(134)</sup>

A partir da avaliação dos programas rurais realizados em 1982, instituiu-se o Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste (Projeto Nordeste) que redefiniu a estratégia de desenvolvimento rural. Atribuiu-se prioridade, de acordo com o PTDN (Plano Trienal de Desenvolvimento do Nordeste) de 1988/90, aos programas de: Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP); Apoio às Organizações de Pequenos Produtores Rurais (Projeto São Vicente); Ocupação de Novas Áreas (PRONAR); Irrigação do Nordeste (PROINE), e a preparação do Plano Diretor do Vale do São Francisco (PLANVASF).

Particularmente no caso do PAPP, que absorveu o POLONORDESTE, Projeto Sertanejo, PROHIDRO e o PROCANOR, temos que seu objetivo é aumentar os níveis de produção, produtividade e renda do pequeno produtor. Espera-se em 15 anos beneficiar a 2 milhões de famílias com fornecimento de terra, água, tecnologia, etc. O Programa São Vicente tem como proposta assistir técnica e financeiramente ao pequeno produtor, através de programas

<sup>134</sup> Estes projetos englobaram o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Distribuição de Terras do Norte e Nordeste (PROTERRA).

comunitários de associações, sindicatos, cooperativas, etc, sem intervenção de órgãos públicos.

A tabela abaixo mostra o número de projetos beneficiados pelos incentivos governamentais, o emprego gerado e o montante de recursos investidos por setor de atividade entre 1962 e 1989.

TABELA III - PROJETOS FINANCIADOS PELO SISTEMA DE INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS ADMINISTRADOS PELA SUDENE, POR SETORES DE ATIVIDADE 1965 - 1983

SETOR DE ATIVIDADE	NÚMERO DE PROJETOS	EMPREGO CRIADO	INVESTIMENTO (US\$ MILHÕES)	
			TOTAL	INCENTIVO
Indústria	1.482	441.303	36.639	12.202
Telecomunicações	29	36.833	2.887	391
Turismo	96	14.529	965	359
Agroindústria	70	23.951	1.180	506
Agricultura	192	27.774	1.040	534
Agricultura Irrigada (1)	56	10.126	268	126
Pecuária	839	36.816	3.685	2.256
Pesca	43	7.415	372	188
Serviços (Armazens / CHESF)	5	1.599	396	49
TOTAL	2.756	590.220	47.164	16.484

FONTE: SUDENE/DPG/PSE/GCR (Posicao em NOV/89).

(1) Incluídos os números e valores no setor anterior (agricultura).

A despeito da "grande" contribuição dos programas implementados pela SUDENE para o desenvolvimento do setor rural, estes, no geral, distanciaram-se dos objetivos propostos. Isto é, converteram-se em instrumentos e/ou mecanismos de solução de uma "questão" maior que se colocava para a economia brasileira, particularmente para o setor agrário. Estamos nos referindo às soluções pensadas e implementadas para a questão agrária que, como vimos, estavam associadas a ampliação de mercado interno.

Embora a intensidade e a forma como se processaram as transformações nesta região sejam distintas das que ocorreram na região Centro-Sul, a direção destas apontam no sentido da promoção de uma maior integração entre agricultura e indústria e da tecnificação de um grupo de produtores rurais. Nesse sentido, entendemos que a ação da SUDENE foi orientada em conformidade com as soluções propostas para a questão agrária, ao nível nacional, cuja a orientação era dada pela Teoria da Modernização.

Analisando as políticas e/ou programas agrários implantados na região, Sorj destaca que a política de irrigação tinha como objetivo levar um melhor aproveitamento da Zona da Mata e orientar projetos de colonização nas zonas tropicais-úmidas.<sup>(135)</sup> Contudo, estes objetivos se mostraram demasiadamente ambiciosos. Nas regiões onde os projetos foram implantados seu efeito sobre a ocupação da mão-de-obra e sobre o nível de vida dos colonos foi restrito. Também os custos do projeto de irrigação são elevados, o que provoca um desvio destas terras

135 SORJ, Bernardo. Op.cit. p.100

para as agroindústriais.

Para Sorj, o PROTERRA visava atuar em duas linhas de apoio ao pequeno produtor minifundista ou sem terra, isto é, desapropiação ou compra de terras e implantação de um programa agropecuário e agroindustrial por meio de financiamentos. Apesar desta pretensão, a ação deste programa deu-se, principalmente, na área do crédito; sendo este em sua maior parte orientado para a pecuária. A partir de 1975, a preocupação central deste programa foi a formação de uma classe média rural no Nordeste.

No que se refere ao POLONORDESTE, Sorj esclarece que este foi implementado a partir de 1974 e visava promover determinadas regiões-chaves e por efeito demonstração abranger uma área maior. Assim, o primeiro ponto a ser equacionado diz respeito à região de atuação. O segundo, seria à busca, através de um esforço conjunto dos órgãos estaduais e federais, de criação de infra-estrutura, bem como de condições de crédito assistenciais e de pesquisa que levassem à modernização da área escolhida.

Por não alterar a estrutura fundiária, este programa fortalece o grande e médio proprietário. Porém, beneficia aos pequenos produtores, pois permite o desenvolvimento da agricultura de alimentos. Segundo Sorj, "(...) tanto as políticas gerais quanto os programas específicos têm favorecido grupos determinados e minoritários dentro da agricultura nordestina, especialmente os médios e grandes pecuaristas. É possível distinguir, nos últimos anos, algumas tendências a

favorecer a formação de uma camada de pequenos produtores capitalizados, em regiões onde eles já se evidenciam (...)" (196)

A despeito dos objetivos expressos nos programas implementados pela SUDENE se reportarem ao aumento de produção, produtividade e renda do pequeno produtor, seus benefícios se disseminaram entre os demais produtores rurais. Pela tabela III, percebe-se que o número de projetos incentivados no setor agrário é mais expressivo para o caso da pecuária (839) do que para a agricultura (192). Também, observa-se que no montante de recursos incentivados a pecuária se sobressai. No caso da agroindústria o número de projetos apresenta-se inferior ao da agricultura (70), mas o investimento incentivado é praticamente igual.

Entendemos que é pouco provável que a pequena produção rural se encontre envolvida nas atividades de pecuária e agroindustrial. Assim, acreditamos que não só houve disseminação dos benefícios como também isto ocorreu em detrimento do pequeno produtor. Observe que não estamos nos referindo à distribuição dos benefícios entre agricultores, ou seja, entre os produtores que se dedicam à agricultura propriamente dita, pois este assunto será objeto de estudo em outro momento.

Ressaltamos que não estamos invalidando o "papel" da SUDENE, apenas compreendemos que o "papel" desempenhado pelo órgão, que o coloca como elemento definidor das transformações referidas, não pode ser visto por uma ótica externa à que se

colocava para economia brasileira, notadamente no setor agrário, pós década de 60. Nesse sentido, entendemos que a SUDENE, embora se distanciando dos objetivos propostos em seus programas, cumpriu o seu "papel".

Todavia, há que se considerar a pouca expressão do processo de modernização rural; fato este que é aceito pela própria SUDENE. De acordo com este órgão, dito processo se restringe às áreas de irrigação, de ocupação econômica recente, de produtos de exportação, de alguns produtos agrícolas e pecuários incentivados, etc. Torna-se necessário, portanto, fazer um levantamento dos fatores que contribuíram para dificultar um processo de transformação mais expressivas na região.

Sabemos que, dado as diferenças intra-regionais, dito levantamento deveria ser feito respeitando as especificidades de cada "região", do conjunto maior que estamos chamando de região Nordeste. Conforme já foi dito, isto foge ao objetivo deste trabalho. Assim sendo, nos propomos, ao nível geral da região, a levantar algumas "pistas" sobre os fatores que têm se constituído em obstáculos a uma mudança/transformação "maior" da agricultura nordestina.

### 5.3 Os Elementos estruturais: fatores que "entram" as transformações

Otamar de Carvalho destaca dois aspectos que contribuem para obstaculizar o processo de modernização: a renda da terra e

o capital comercial. Analisando a renda da terra, em conformidade com o referencial teórico marxista, Otamar mostra que esta representa a subtração de uma parcela do produto gerado pela sociedade. Por ter esse efeito, esta age despotencializando o processo de acumulação de capital, ou seja, constituindo-se obstáculo à sua dinâmica

BCME-BIBLIOTECA

Segundo Otamar, particularmente no caso do Nordeste, sabe-se que o processo de conformação histórica não engendrou a generalização das relações sociais de produção capitalista e formou e preservou uma estrutura fundiária concentrada. Desta forma, permanecem no setor agrícola nordestino relações de trabalho não-capitalistas. É com frequência que se encontra contratos de trabalho ou tipos de trabalhadores, tais como: parceiro, meeiro, morador de condição, etc.

Sobre o pagamento da renda da terra em produto, Otamar cita Manuel Figueroa: "(...) Este autor estabelece os limites mais gerais do valor de renda fundiária no Nordeste, considerando estudos de casos levados a efeito no ano de 1966 em determinadas áreas da região. De acordo com estes estudos, o valor monetário da renda em espécie que o morador paga por hectare representa entre 100 a 300% do valor comercial da terra que ocupa. Os produtores que trabalham em tais condições estariam, no mínimo, pagando todos os anos o preço de mercado da terra alugada (...)" (197)

Segundo Carvalho, a renda da terra pelo valor expresso

assume a dimensão de um obstáculo ainda maior ao desenvolvimento do M.P.C. O arrendatário não tem condição de incorporar melhorias ao estabelecimento e ao processo de produção. A parte que cabe ao produtor direto é apenas suficiente para reproduzir, em condições infra-humanas, a F.T. A criação de infra-estrutura, através de programas e políticas governamentais, servem para reforçar a ampliação da renda diferencial e para especulação com a terra.

Concluindo, o autor afirma que a existência e a manutenção destas relações de trabalho, que em parte decorrem do próprio enfraquecimento político da classe dos trabalhadores rurais, e a ausência de um mercado de terras permitem esse tipo de extração da renda da terra e se constituem fator de entorpecimento do progresso técnico.<sup>(138)</sup>

Segundo Otamar, a evolução na forma de pagamento da renda da terra em produto para dinheiro permite a constituição de um sistema em bases capitalistas. Isto possibilitaria uma subordinação mais direta do trabalho agrícola ao capital; o que só acontece no Nordeste em áreas muito particulares. Basicamente, onde a fertilidade do solo, a menor concentração fundiária, o plantio de culturas de valor comercial, somados a própria intervenção estatal, viabilizaram esta transformação.

Exposto a relação entre a renda da terra e o

138 O autor entende que o progresso técnico é o elemento capaz de reduzir o impacto negativo que a renda da terra tem sob o desenvolvimento econômico do setor. Isto é, sua visão sobre progresso técnico e renda da terra é semelhante a de Graziano.

entorpecimento do processo de modernização, passar-se-á ao segundo aspecto, isto é, o capital comercial. De acordo com Otamar, no caso da região Nordeste, tem-se que a dominação do capital mercantil está relacionada ao processo histórico de sua formação. Desde cedo, o capital comercial associou-se às frações da burguesia comercial européia. Atrelado as atividades de exportação, este não conseguiu criar as condições para industrialização.

Segundo Otamar, ainda que nos dias atuais os agentes do capital comercial tenham se transformado, por exemplo, em industriais, proprietários de supermercados, bancos comerciais, etc, seu circuito é o mesmo e sua face conservadora prevalece com maior ou menor intensidade em algumas áreas. A cadeia de intermediação, que se forma no processo de comercialização, precisa desta estrutura agrária conservadora.

Usando novamente o referencial teórico marxista, Otamar procura mostrar o comportamento do capital comercial. Nesse sentido, o autor observa que o movimento imanente do capital é a busca da maior valorização possível. É isto que define a sua aplicação na esfera da circulação ou da produção. Entretanto, a valorização do capital ocorre apenas na esfera da produção; considerando-se que o capital expressa uma relação social de produção historicamente determinada.

Assim, todos os ganhos que este possa obter na esfera da circulação decorrem do fato de se colocar entre os agentes produtivos e os consumidores finais. Ao se colocar como agente de

intermediação, o seu movimento pode ser descrito como a compra de produtos baratos para vendê-los por um preço maior. A fonte de valorização do capital comercial é a mesma do capital produtivo. O lucro comercial representa, portanto, uma parte da mais-valia total criada na produção.

Para Otamar, poderá existir conflitos entre os representantes destes dois blocos de capital. O resultado deste conflito depende da força que cada um tenha para subordinar o outro. Historicamente, tem sido demonstrado que "(...) o capital mercantil é dominado pelo capital industrial, quando se generaliza a produção de mercadorias em bens capitalistas".<sup>(137)</sup> Porém, isto não elimina a presença do capital comercial que, neste caso, transforma-se no grande aliado do capital industrial.

Sobre a relação entre o capital e a propriedade da terra, o autor adverte que o proprietário "(...) obtém lucros nas negociações financeiras que estabelece com seus moradores (repassando, sob juros excessivos, parte dos recursos financeiros que por seu caráter de proprietário pode obter na rede bancária oficial); (...) obtém também, lucro quando comercializa parte da produção que pertence ao morador; renda abusiva quando o morador paga em espécie (...); e o salário que o proprietário paga ao morador pelos dias de trabalho na unidade principal é inferior ao que é estabelecido pela legislação".<sup>(140)</sup>

Apresentamos, anteriormente, o nosso entendimento sobre

<sup>137</sup> Id. Ibid. p.207

<sup>140</sup> Id. Ibid. p.219

o progresso técnico na agricultura e os equívocos decorrentes da compreensão de que o progresso técnico na agricultura implica relações sociais de produção e de trabalho de forma homogênea e em bases capitalistas. Nesse sentido, ressaltamos que apesar de Otamar compreender a complexidade deste setor, ele não consegue se livrar da crença de que, removidos os obstáculos à expansão do M.P.C. na agricultura, o setor se comportará e se organizará de acordo com os pressupostos desse modo de produção.

Não obstante este fato, a análise de Otamar nos permite evidenciar os problemas inerentes ao setor agrícola nordestino. Ditos problemas contribuem para confirmar nosso argumento de que o "estilo" da transformação\ modernização do setor agrário nesta região é restringido. Tanto a renda da terra quanto o capital comercial agem preservando a estrutura produtiva do setor e dificultando a sua transformação. Todavia, isto não impede que um "(re)arranjo" se processe na estrutura produtiva do setor que, mesmo não passando por uma profunda reforma, tem sofrido alterações.

Outro aspecto que deverá se somar aos levantados anteriormente é o crédito rural. Com efeito, a região Nordeste tem sido objeto de constantes intervenções governamentais, entendidas no sentido da implementação de políticas e programas, notadamente no setor agrário. Todavia, quando se examina este outro instrumento utilizado pelo governo para incentivar o setor agrário, crédito rural, percebe-se que a sua distribuição entre as regiões foi desigual.

Sabe-se que o crédito rural se destina às atividades de custeio, investimento e comercialização e é fornecido diretamente pelo Banco do Brasil e bancos comerciais. Implantado no país em 1965, através do Sistema Nacional de Crédito Rural (S.N.C.R.), esse tipo de crédito tem, muitas vezes, uma taxa de juros negativa; isto é, abaixo da inflação. De acordo com informações do I.B.A.S.E. (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas),<sup>(141)</sup> entre o período de 1970 à 1982, a distribuição do crédito rural entre as regiões comportou-se conforme a tabela abaixo:

TABELA IV - CRÉDITO RURAL, DISTRIBUIÇÃO POR REGIÕES (%)

ANO	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL(*)
1970	1,0	10,7	49,9	31,8	6,4	9.247
1975	1,3	12,7	37,7	38,2	10,0	89.977
1980	3,1	16,8	34,5	35,2	10,3	835.397
1982	2,8	14,4	34,8	38,5	10,3	2.960.273

FONTE: FIBGE. Série Estatística Retrospectivas.

\* Em Cr\$ milhões.

Pelas informações contidas na tabela IV, verifica-se que a participação relativa da região Nordeste no total dos

141 Estas informações foram extraídas do artigo: Notas e reflexões sobre a questão agrária brasileira. IBASE, 1986. (mimeo).

recursos do crédito rural tem crescido. Entre 1970 e 1982, esta região foi contemplada com 10,70% e 14,40%, respectivamente, do total de crédito rural. Neste mesmo período, a região Sudeste recebeu 49,90% e 34,8%, respectivamente. Observa-se que as demais regiões também tiveram um crescimento de sua participação relativa.

#### BCME-BIBLIOTECA

Assim, enquanto a região Sudeste experimentou uma redução de sua participação relativa nos recursos do crédito rural de 11,20%, o Nordeste obteve um crescimento de 3,34% e a região Sul de 5,8%. Apesar do crescimento verificado, em termos percentuais, na apropriação dos recursos do crédito rural nas demais regiões, o "peso" fundamental na distribuição deste se divide entre a região Sul e Sudeste, que juntas respondem por mais de 70,00% do volume total de crédito rural distribuído.<sup>(142)</sup>

É importante, também, examinar como ocorreu a distribuição destes recursos no interior do setor agrícola da região. O primeiro aspecto a ser destacado, refere-se ao número de estabelecimentos que são assistidos pelo crédito rural subsidiado. Nesse sentido, Bursztyn <sup>(143)</sup> esclarece que apenas 20% destes foram contemplados, ou seja, 80% dos estabelecimentos foram excluídos do S.N.C.R.. Conforme o autor, há indicativos de que os estabelecimentos beneficiados pelo crédito rural são, em

142 Embora o período analisado só contemple o início da década de 1980, julgamos que, dada a concentração observada acima, é pouco provável que este quadro tenha sofrido alterações expressivas.

143 BURSZTYN, Marcel. O Poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. - Petrópolis: Vozes, 1984.

sua maioria, constituídos por grandes proprietários.

Segundo Bursztyn, "(...)Vários fatores determinam a inversão desses propósitos, de maneira que entre 75% e 90% do volume total de créditos são concedidos aos médios e grandes proprietários, ou seja, aos que possuem mais de 100 hectares; (...) 1% dos maiores produtores, ou seja aproximadamente 10.000 proprietários, recebe 40% do volume total do crédito."(144)

Para o autor, o S.N.C.R. exclui os produtores não proprietários, visto que para se ter acesso ao crédito rural subsidiado é necessário um documento comprobatório de propriedade da terra.

Assim, quem não é proprietário não tem como "afiançar os empréstimos". Ciente do caráter excludente do crédito rural, o governo instituiu a "carta de anuência", mediante a qual o proprietário autoriza um produtor não-proprietário a contrair empréstimo. Mesmo neste caso, o efeito do crédito permanece restringido, pois é comum o proprietário exigir um percentual do montante de recursos do empréstimo contraído. Também é raro o caso em que o proprietário concede dita carta aos produtores não-proprietários.

Para Bursztyn, este comportamento dos proprietários dificulta o alcance do crédito rural aos que não tem o título de propriedade. Isto é compreensível, dado que não existe interesse do proprietário, exceto quando ocorre divisão do empréstimo, em facilitar o acesso ao crédito rural que é mais barato do que os adiantamentos concedidos aos produtores. Além

disto, estes adiantamentos estreitam os laços de dependência e constituem-se garantia de que os produtores permaneceram nos limites de sua propriedade.

Há que se considerar, também, que o pequeno produtor não se sente estimulado a utilizar o S.N.C.R., visto o trâmite burocrático necessário para a liberação dos recursos e o risco a que se expõe, no caso da safra fracassar. Além dos problemas já levantados em relação ao crédito rural, Bursztym (145) chama atenção para os efeitos colaterais, ou seja, os benefícios indiretos, por exemplo, a bovimentação e outros.

Finalmente, faz-se necessário esclarecer a lógica subjacente ao caráter discriminatório do crédito rural. Dessa forma, destacamos a desigualdade com que esses recursos são distribuídos regionalmente. Esse argumento é facilmente comprovado, conforme pode-se observar na tabela IV. Todavia, é necessário compreender que, tal qual os programas e projetos incentivados pela SUDENE, o S.N.C.R. subordina-se as diretrizes gerais definidas pelas políticas econômicas pensadas para o setor agrário.

O Sudeste, enquanto região mais promissora à modernização, atrai o maior percentual destes recursos, cuja a distribuição está vinculada à política agrária, pós-60. Também contribui para esta concentração de recursos o peso político da região. A posição do Nordeste, na competição pela apropriação destes recursos, é desfavorável. Além dos aspectos políticos e

145 Id. Ibid. p.39-48.

econômicos, há o alto risco da agricultura. Tais desvantagens agem direcionando os recursos para a região Sul e não para o Nordeste, quando há uma desconcentração destes no Sudeste.

Não obstante esse fato, o crédito rural constituiu-se num dos elementos propulsores das transformações no setor agrário nordestino. Do ponto de vista interno da região Nordeste, a distribuição do crédito rural segue a lógica financeira que lhe é inerente. Assim, sua distribuição se concentrará nos grandes e médios estabelecimentos. Observando a má distribuição de seus recursos intra e inter-regionalmente, pensamos que o S.N.C.R. agirá, ao nível do Nordeste, favorecendo os grandes e médios proprietários.

De fato, estes proprietários utilizam ditos recursos tanto para a produção quanto para as intermediações financeiras que, enquanto agente do capital mercantil, estabelecem com os produtores dependentes. Entendemos que, dessa forma, o crédito rural agirá preservando a estrutura produtiva existente. Porém, de outra forma, abrirá um espaço para que os proprietários, mesmo os pequenos, tenham acesso aos recursos; podendo se incorporar ao processo de modernização.

Ressalta-se que, no caso do pequeno proprietário, o acesso ao crédito rural só é possível quando ele tem o título de propriedade da terra. Conforme mostramos anteriormente, seu espaço de apropriação desses recursos é muito limitado. Mesmo assim, entendemos que o S.N.C.R. se constituirá num agente propulsor das transformações, não só no sentido da modernização

mas, também, da própria estrutura do setor agrário na região.

## 6 UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL: UM ESTUDO DO PRODUTOR DA IBIAPABA - CEARÁ

O objetivo deste capítulo é examinar um grupo de unidades de produção familiar rurais (U.P.F.R.'s.) presente no setor agrário nordestino. Julgamos que este grupo tem apresentado um comportamento singular face à transformação/modernização desse setor, guardado as devidas especificidades regionais. De forma mais específica, podemos dizer que nos propomos à estudar um grupo de U.P.F.R.'s situado na Serra da Ibiapaba, micro-região do estado do Ceará.

Nesse sentido, um dos aspectos a ser abordado diz respeito à formulação do conceito de U.P.F.R. adotado para este estudo. Conforme vimos nos capítulos anteriores, dito conceito tem sido elaborado de forma muito abrangente de modo contemplar as heterogeneidades existentes neste bloco de unidades produtivas (U.P.'s). Embora, por um lado, isto contribua para enriquecer a análise teórica; por outro lado, dificulta o desenvolvimento do estudo empírico; visto se constituir num conceito pouco operacional.

Dado as diferenças existentes entre as U.P.'s, torna-se, pois, difícil elaborar uma pesquisa que apreenda o conjunto destas UP's.<sup>(146)</sup> Isto é, por não se tratar de um grupo

146 Ao nível teórico é essencial que se trabalhe com conceitos abrangentes, pois isto permite que se perceba a complexidade existente no bloco de U.P.F.R.'s. Conforme

monolítico, existem diferenças quanto às "situações de reprodução social" entre as U.P.'s que compõem dito grupo.

Na elaboração do conceito de U.P.F.R. dois aspectos serão destacados: a relação social de trabalho adotada no interior da U.P., notadamente na agricultura, e a "situação de reprodução social" em que se encontra a U.P.. Antes de expor este conceito, faz-se necessário recuperar alguns elementos discutidos, anteriormente, de modo a estabelecer um elo entre o que já foi apresentado e o que será investigado.

Dessa forma, advertimos para o fato deste capítulo conter parte das conclusões extraídas nos vários momentos em que enfocamos o tema central desta dissertação. A recuperação desses elementos objetiva iniciar o "fechamento" de seu estudo. Acreditamos que isto nos permitirá ter mais clareza daquilo que deverá se constituir em nosso objeto de investigação.

Resgatando algumas informações apresentados nos capítulos anteriores, verificamos que a preocupação subjacente aos estudos sobre a questão agrária estava colocada na procura de respostas a duas "indagações". Conforme mostramos, a primeira consistia em saber se o modo de produção capitalista penetraria o setor agrário. E a segunda em compreender como se processaria a

mencionamos, este bloco não pode ser concebido como homogêneo, posto que é constituído por U.P.'s que apresentam diferenças, por exemplo: um parceiro se encontra numa situação de reprodução social distinta de um pequeno proprietário/produtor, que por sua vez já se distingue entre os que se encontram voltados para subsistência, para o mercado, etc. Entretanto, ao nível empírico é necessário que se delimite um grupo deste bloco; visto que é muito difícil desenvolver um estudo empírico que contemple a complexidade existente neste bloco.

expansão das relações sociais de produção e de trabalho pressupostas pelo M.P.C. neste setor .

Entendemos que as respostas a estas indagações podem ser sinteticamente apresentadas da forma como segue. De um lado, compreendia-se que a tendência do M.P.C. era expandir e homogenizar as relações sociais de produção e de trabalho nos diversos setores produtivos. Isto implicaria que o setor agrário passaria por um processo de transformação, cujos os "rumos" já eram possíveis de vislumbrar quando se observava o comportamento do setor industrial.

De outro lado, entendia-se que os condicionantes da natureza no "agro" implicavam comportamentos diferentes nos dois setores. Assim, pensava-se na constituição de um modo de produção à parte, baseado nas especificidades da "natureza" e da forma como se orientavam as decisões dos produtores rurais. Estes, por sua vez, não podiam ser "classificados" em produtores capitalistas, dado as relações sociais de trabalho e de produção desenvolvidas no interior da unidade produtiva.

Com efeito, contrapunha-se à idéia de generalização das relações sociais de trabalho e de produção definidas pelo M.P.C. à idéia de permanência e de persistência de um "modo de produção camponês". Dito modo de produção teria relações sociais de trabalho e de produção particulares. Pensamos que o ponto central das análises sobre a questão agrária coloca-se no caráter capitalista ou não-capitalista das relações sociais que se estabelecem no "agro".

Não obstante, temos que muitos estudiosos perceberam que a tendência das relações sociais projetada no "agro" mostrava-se indefinida. Esta indefinição apareceu de forma mais contundente, quando as observações apontaram para a presença de um tipo de trabalhador diferenciado, que não se enquadrava nas categorias puras com as quais as teorias vinham trabalhando. Este sujeito, denominado "trabalhador temporário", estava presente em quase todas unidades produtivas no campo.

Encontrava-se, assim, o trabalhador temporário nas pequenas médias e grandes propriedades, tomadas em termo de área. Sua presença, também, podia ser observada nas unidades de produção onde se empregava majoritariamente mão-de-obra familiar, ou naquelas onde predominava o assalariado permanente; ou naquelas que combinavam o emprego da mão-de-obra assalariada com sistemas de parceira, meiação, etc.

O trabalhador temporário permanece presente, no "agro", até os dias atuais. Nesse sentido, é interessante ressaltar como este "sujeito" é interpretado. Basicamente, os que acreditam na generalização das relações sociais de produção e de trabalho capitalistas o elegem como o representante direto do proletário rural. Desta forma, as unidades produtivas que contratam esse tipo de trabalhador são vistas como "empresas" organizadas em conformidade com os pressupostos da produção capitalista.

Particularmente no caso da produção familiar, que como vimos retrata o segmento constituído pelo campesinato, tornou-se possível identificá-las como empresas capitalistas. Para tanto,

valeu-se de um dado adicional à presença do trabalhador temporário, a saber: os membros das famílias envolvidos no processo de produção seriam meros assalariados. Perdeu-se de vista as especificidades subjacentes a esse tipo de unidade produtiva.

BCME-BIBLIOTECA

Assim, o conceito de U.P.F.R. que pretendemos elaborar não deverá considerar as relações sociais que se estabelecem nas U.P.F.R.'s como gestantes de categorias puras. Isto é, apesar de predominar o emprego da mão-de-obra familiar, pode-se contratar trabalhadores para auxiliar na agricultura. Da mesma forma, o fato dos membros da família se encontrarem envolvidos na agricultura não exclui a possibilidade deles desenvolverem atividades adicionais na U.P. ou fora da mesma.

Entendemos que o importante é saber o envolvimento dos membros da família na agricultura; o que então nos permitiria conceituá-la como U.P.F.R. Assim, mesmo que alguns membros da família sejam assalariados temporários ou permanentes em outras U.P.'s e/ou em atividades fora do setor, isto não descaracteriza a forma como se organiza a produção no interior da U.P. O importante é perceber se a agricultura é desenvolvida e gerenciada pelos membros da família (147).

A U.P.F.R., que será estudada neste trabalho,

147 Posto que nossa preocupação principal residiu em mostrar que não se pode pensar na formação de categorias puras no setor agrário, não poderíamos querer identificar a U.P.F.R. como aquela que emprega somente mão-de-obra familiar em suas atividades e, também, supor que os membros da família se encontrem envolvidos exclusivamente nas atividades agrícolas, internamente na U.P..

caracteriza-se pelo "locus" onde é possível encontrar vários tipos de relações de trabalho, mas a familiar deverá ser a predominante. É fundamental que a gerência da agricultura esteja a cargo de um membro da família; esta tarefa deve ser exclusividade dos membros da família. Acreditamos que isto garantirá que as decisões de como, quanto e o que produzir serão tomadas no âmbito familiar, considerando a reprodução da família e da U.P. como "algo" essencial a ser preservado.

Tendo exposto as características das U.P.F.R.'s a serem investigadas na Serra da Ibiapaba, onde privilegiou-se as relações sociais de trabalho e de produção, enquanto critério, passaremos a apresentar o nosso entendimento sobre a "situação de reprodução social" dessas U.P.s. Com base nestes critérios delimitaremos um subgrupo do conjunto composto pelas U.P.F.R.'s. É evidente que a opção por estes critérios não exclui a necessidade de se adotar outros critérios mais específicos.

No que se refere à situação de reprodução social da U.P.F.R.'s, escolhemos estudar somente aquelas que tenham assegurado a propriedade da terra. Isto é, a U.P. deve ser propriedade da família e a agricultura desenvolvida, nesta U.P., deverá se basear na mão-de-obra familiar. Isto, contudo, não exclui a possibilidade de emprego de parceiros e demais trabalhadores, como também dos membros dessa família se empreguem em outra(s) U.P.'s ou exerçam outras atividades até mesmo fora do setor agrário.

Através desse critério, excluimos as U.P.s sob

responsabilidade dos produtores sem-terra. Pelo critério anterior, excluimos as U.P.s sob responsabilidades de gerentes contratos, pois, a função de gerente é definida no âmbito da família e entre os seus componentes. Porém, como trabalhamos com maior flexibilidade nas relações de trabalho, os membros da família devem se encontrar envolvidos na agricultura, dentro da U.P., mas não exclusivamente.

Com efeito, o critério de "situação de reprodução social" busca restringir as U.P.F.R.'s que se constituíram em objeto de investigação. Dito critério foi adotado pois, conforme já enfatizamos, o produtor/proprietário possui um grau de autonomia muito maior quando comparado ao produtor sem terra. Dessa forma, pensamos que as decisões tomadas na produção são de responsabilidade da família. Isto é, o produtor está mais livre para decidir.

Ao decidir, o produtor deverá considerar o mercado de produtos (enquanto agente demandante e ofertante), o mercado de crédito e o próprio mercado de trabalho. Em todas as suas considerações, a reprodução da família e da U.P. é o primeiro objetivo a ser atingido. Assim, ao examinar os mercados o produtor confrontará as ofertas e as demandas originárias deste com as condições materiais disponíveis no âmbito da família e da U.P. Sob nenhuma hipótese pode o produtor, na função de gerente da U.P., tomar a atitude de desempregar membros da família para

se adequar aos requerimentos do mercado.<sup>(148)</sup>

Assim, procuraremos investigar um tipo de U.P.F.R observando: a) a gerência da atividade agrícola como função exclusiva dos membros da família; b) o relacionamento com o mercado, que não é obrigatório, mas que é incluído buscando mostrar a integração U.P. e mercado; aceitando até mesmo que os condicionantes do mercado influenciam nas decisões da família; c) o objetivo ou meta de reproduzir a família e a U.P. como elemento definidor do caráter familiar; descartando a possibilidade de desemprego de mão-de-obra familiar pela adoção de técnicas poupadoras de recurso humano; d) o direito de propriedade como definidor do grau de autonomia do produtor; e) a complexidade das relações de trabalho presentes na U.P. e/ou a que se submetem os membros da família; f) a agricultura enquanto a atividade principal da U.P., o que não elimina a presença da pecuária, artesanato e de um pequeno comércio, etc.

O mais polêmico desses critérios é, sem dúvida, a relação social de trabalho que se estabelece na U.P., principalmente no que se refere à presença do trabalhador temporário. Já salientamos que esse tipo de trabalhador não se traduz num trabalhador assalariado ou num "prestador de serviço" comum no urbano. Sua presença no "agro" está intimamente associada a própria dinâmica da agricultura, onde o processo de

148 Entendemos que pela lógica empresarial o desemprego de mão-de-obra visa economizar salários, isto é, custos. Dado que os membros da família desempregados são sustentados pelos que se mantem empregados, não há motivos para que se adote este tipo de prática, visto que se economiza mão-de-obra mas não custos.

produção e de trabalho não se desenvolvem continuamente.

Isto implica que a quantidade de mão-de-obra empregada na atividade produtiva está relacionada às fases do processo produtivo, que são ditadas pelos ciclos biológicos das culturas. Por exemplo, o período de colheita não pode ser retardado ou adiantado, pois compromete a produção. O mesmo se pode dizer sobre o período de plantio; neste caso os insumos agrícolas modernos, a irrigação, etc, permitem alterar o número de vezes em que se desenvolve essa atividade. Pode-se, portanto, alterar o ciclo biológico das culturas, mas não eliminá-lo.

#### 6.1 Aspectos metodológicos

BCME-BIBLIOTECA

Tendo definido os critérios utilizados para delimitar o subgrupo que iremos investigar, passaremos ao levantamento dos aspectos metodológicos empregados em nossa investigação. Também, justificar-se-á por que se escolheu a Serra da Ibiapaba, como espaço para se observar as U.P.F.R.'s. Sobre os aspectos metodológicos faremos, apenas, uma abordagem inicial. Deixaremos para aprofundar ditos aspectos quando formos analisar os dados.

Contribuiu para a escolha do local, a nossa intenção de estudar as U.P.F.R.'s num "espaço" onde a ação governamental tivesse se processado através dos mecanismos de crédito, assistência técnica, etc. Além disto, nos interessava que a intervenção estatal atingisse, de forma abrangente, as U.P.F.R.'s.. Acreditamos que, isto nos permitirá observar melhor

o comportamento das U.P.F.R.'s, sobretudo, no que diz respeito ao impacto causado nas relações de trabalho desenvolvidas internamente, face aos novos canais de associação que se abrem com o mercado.

Percebe-se, portanto, que a busca do "espaço" a ser estudado foi feita observando o conceito e os elementos que são de nosso interesse. Como é sabido, o Nordeste tem sido palco de políticas e programas governamentais implementadas via SUDENE. Sem querer voltar à discussão para a avaliação dos resultados desses programas, julgamos que a relação existente entre ditos programas e a teoria da modernização nos induziu a escolher um "espaço" incentivado por esse tipo de programa.

Esta relação é facilmente percebida no caso do POLONORDESTE, que tinha como objetivo criar determinadas "ilhas de modernização" que servissem de efeito demonstração para o restante do setor. Acreditamos que, pelos objetivos propostos neste plano, a seleção do público meta tenha priorizado o produtor familiar. (149) Entendemos, portanto, que as áreas contempladas pelo POLONORDESTE se adequam perfeitamente aos nossos estudos.

BCME-BIBLIOTECA

149 O POLONORDESTE objetivava a criação de polos rurais. Entre os critérios de seleção dos "espaços" a serem contemplados temos: os geográficos, as potencialidades de um rápido desenvolvimento, o volume de investimento público já realizado e a complementar. Basicamente o POLONORDESTE se propunha intervir viabilizando a criação de estradas vicinais, eletrificação, armazenagem, pesquisa agrícola, extensão rural e crédito. Ver: Castelo, Ana Maria. Desenvolvimento rural integrado e pequena produção: o caso da Serra da Ibiapaba. - São Paulo, 1987. capítulo III. (Tese de mestrado)

A opção pela Serra da Ibiapaba foi feita após termos constatado que esta microrregião é historicamente constituída por U.P.F.R.'s. Esta área é privilegiada em relação as condições climáticas, conta com algumas rodovias (BR-222 E CE-75) e com uma série de fatores que permitiram a sua avaliação como "uma área de bom potencial a ser desenvolvido", quando de sua inclusão no POLONORDESTE. Contribuiu também para a escolha, o apoio fornecido pela CEPA-CE, que permitiu o uso dos dados coletados no período de 1978.

Com efeito, a Serra da Ibiapaba se localiza à Noroeste do estado do Ceará, fronteira com o Piauí. Abrange uma área de 4.800 km<sup>2</sup>, o que equivale a 3% da área do estado. É composta por sete municípios: Carnaubal, Guaraciaba do Norte, São Benedito, Ubajara, Ibiapina, Tianguá e Viçosa. Maciço rochoso de aproximadamente 800m de altitude, a Ibiapaba se subdivide em três zonas, a saber: úmida, carrasco e sertão.

A zona úmida se caracteriza pela boa densidade pluviométrica, bom potencial agrícola e corresponde a 20% da área total. A zona do carrasco apresenta menor potencial agrícola, solo pobre, densidade pluviométrica inferior à primeira e ocupa 70% da área. O sertão tem uma área equivalente a 10% do total e se caracteriza pela pequena potencialidade agrícola.

Para analisar o comportamento das U.P.F.R.'s na Serra da Ibiapaba utilizaremos três fontes de informações: os dados censitários, os dados coletados pela CEPA-CE no período de 1978 e os dados coletados diretamente através de visitas as

U.P.F.R.'s na Ibiapaba. Para facilitar o entendimento, iremos expor de forma genérica os aspectos que deverão ser observados através destes dados. Posteriormente, detalharemos melhor a metodologia empregada.

Primeiramente, faremos um estudo das informações disponíveis nos censos agropecuários dos anos de 1970 e 1980 para o Ceará e para a Ibiapaba. O objetivo deste estudo é traçar um esboço sobre o setor agrário do estado enfatizando os seguintes aspectos: (a) concentração fundiária; (b) as categorias de trabalhadores e valor da produção nos estabelecimentos com área inferior a 100 hectares (150); (c) o uso de fertilizantes, defensivos, tratores, etc. No que se refere a Serra da Ibiapaba, procuraremos abordar estes mesmos aspectos.

Em segundo lugar, extrairemos da amostra definida pela CEPA-CE, que abrange diversos tipos de unidades produtivas, uma sub-amostra composta exclusivamente de U.P.F.R.'s. Definida a amostra, selecionaremos os dados relativos as U.P.s, contidos nos questionários, que são de nosso interesse. A seguir, faremos uma nova tabulação destes dados a fim de mostrar o comportamento dessas U.P.'s quanto a relação social de trabalho; a relação com os mercados de crédito, de produto, tanto como demandante como ofertante, a capacidade de acumulação, entre outros.

Em terceiro lugar, através das informações coletadas diretamente na Ibiapaba, traçaremos um perfil da U.P.F.R., do ponto de vista qualitativo. Dado que a pesquisa que realizamos é

150 Este critério será explicado posteriormente nesse capítulo.

estatisticamente insignificante, não poderemos tirar maiores conclusões de sua análise.

## 6.2 Análise censitária

O primeiro aspecto observado diz respeito a concentração fundiária. Assim, construímos a tabela I, em anexo, onde verificou-se que, em 1970, 90,3% do total de estabelecimentos têm menos de 100 hectares e ocupam 31,3% da área total do setor no estado. Os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, e que representam menos do que 0,6% do total, ocupam uma área de 24,5% em relação a área total.

Dado o peso relativo dos estabelecimentos com menos de 100 hectares, procuramos observar a composição da mão-de-obra empregada nas atividades agrícolas. Os dados da tabela II, em anexo, mostram que 72,6% da mão-de-obra é originária da família. Os trabalhadores temporários representam 13,3% e o empregado permanente 2,3% do total de mão-de-obra empregada nestes estabelecimentos.

De acordo com estas informações, podemos inferir que é nos estabelecimentos com menos de 100 hectares que se concentram as unidades de produção do tipo familiar. Dado que estes estabelecimentos representam 90,3% do total de estabelecimentos no estado, é de se esperar que a unidade de produção familiar seja bastante significativa ao nível do estado do Ceará.

Observamos, também, estes aspectos a partir dos dados

do censo de 1980. De acordo com os dados da tabela III, em anexo, é possível concluir que a concentração fundiária ao nível do estado se manteve praticamente inalterada. Com efeito, os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares representam 90,2% do total de estabelecimentos do estado e possuem 32,9% da área total. Os estabelecimentos com área superior a 1.000 hectares correspondem a 0,4% do total de estabelecimentos e ocupam 20,6% da área total.

Examinamos, também, os estabelecimentos com área menor do que 100 hectares. No que diz respeito a mão-de-obra empregada na agricultura, observamos que os membros da família respondem por 75,20% do total de mão-de-obra envolvida nesta atividade, ver tabela IV, em anexo. Percebe-se, portanto, que houve um crescimento no emprego da mão-de-obra familiar e de empregados temporários na agricultura. Neste último caso, o crescimento foi comparativamente maior, isto é, cresce de 13,3% do total para 16,00% nos anos de 1970 e 1980, respectivamente.

Os dados da tabela IV, em anexo, mostram que no caso do empregado permanente o crescimento foi mais representativo, 6,3% do total; ao passo que em 1970 representava 2,3%. Observa-se, assim, que esta categoria foi uma das que obteve o maior incremento. Os parceiros sofreram uma queda, isto é, a mão-de-obra constituída por parceiros reduziu de 4,7% do total em 1970 para 2,2% do total em 1980.

Pelas informações do censo não é possível especificar, mas, registra-se que, a participação da mão-de-obra "abrigada"

sob a classificação de "outras categorias" reduziu de modo sensível; em 1970 correspondia a 7,1% do total da mão-de-obra e em 1980 passa a corresponder 0,3% do total.

Em resumo, entendemos que a relação de trabalho nas U.P.'s com menos de 100 hectares, onde se supõe estão concentradas o grosso das U.P.F.R.'s, apresenta-se de forma bastante complexa. Com efeito, a participação da mão-de-obra familiar tem crescido e, incontestavelmente, é esta mão-de-obra a grande responsável pela atividade agrícola.

Contudo, observamos que paralelo a esse crescimento tem ocorrido um incremento bastante significativo da participação do emprego temporário e permanente, sendo que o primeiro, embora crescendo menos, tem um peso relativo maior. A redução da participação dos parceiros, no conjunto da mão-de-obra destes estabelecimentos, tem sido acompanhada, também, pela queda de participação de "outras" categorias.

Estas informações nos permitem pensar que o comportamento da relação de trabalho nestes estabelecimentos tem evoluído conforme nosso pressuposto teórico. Isto é, a despeito de ocorrer uma maior participação do empregado temporário e permanente, a mão-de-obra familiar é a mais representativa. Julgamos que isto reforça o nosso argumento de que a utilização de empregados temporários está relacionada ao volume de produção e ao processo produtivo na agricultura. E não implica abandono ou substituição de membros da família por esses empregados, visto que ambos crescem.

Também, acreditamos que a redução verificada na participação dos parceiros e de "outras" categorias apontam para o fato da contratação de mão-de-obra estar assumindo uma forma mais transparente; principalmente no que se refere à "outras" categorias. Ressaltamos, mais uma vez, que estas conclusões estão amarradas na suposição de que as U.P.F.R.'s se concentram em ditos estabelecimentos área inferior a 100 hectares.

A fim de verificar a participação dos estabelecimentos, delimitados segundo a área, em alguns indicadores, tais como: valor da produção animal e vegetal, número de tratores, despesas financeiras, valor de financiamento, uso de adubos e defensivos, e prática de conservação do solo, extraímos alguns dados do censo de 1980; ver tabela V, em anexo. De acordo estes dados, podemos dizer que o valor da produção animal e vegetal foi mais significativo nos estabelecimentos com área inferior a 100 hectares, notadamente nos de área compreendida entre 10 e 100 hectares.

#### BCME-BIBLIOTECA

Com efeito, o valor da produção vegetal foi de 41,00% e o da produção animal foi de 62,80%, enquanto os estabelecimentos com área entre 100 e 1.000 hectares contribuíram com 32,3% e 29,9% no valor da produção animal e vegetal, respectivamente. Observa-se, entretanto, que o número de tratores (50,2%), as despesas financeiras (47,2%) e o valor dos financiamentos (48,8%) são mais significativos nos estabelecimentos de 100 à 1.000 hectares, enquanto nos de menos de 100 hectares esses indicadores foram de 25,1%, 34,2% e 33,20%, respectivamente.

No que se refere ao uso de adubos, defensivos e à prática de conservação dos solos temos que para os estabelecimentos com menos de 100 hectares estes indicadores foram de 87,60%, 85,40% e 84,00%, respectivamente. Os estabelecimentos com área de 100 à 1.000 hectares apresentam valores bem abaixo dos observados anteriormente, cerca de 11,20%, 13,70% e 14,40%, respectivamente.

Estas informações demonstram que os estabelecimentos com menos de 100 hectares tem contribuído efetivamente para a produção agropecuária e utilizam de forma significativa adubos e fertilizantes. Estes fatos nos permite inferir que ditos estabelecimentos mantém estreitas relações com o mercado de produto, enquanto demandante e ofertante. Apesar de manter relação com o mercado financeiro, notadamente com o setor bancário, esta é menos expressiva do que a estabelecida pelos outros estabelecimento de área entre 100 e 1.000 hectares.

Procurando conhecer a estrutura agrária da Serra da Ibiapaba, examinaremos estas informações para o caso específico dessa microrregião. O primeiro aspecto a ser abordado se refere a estrutura agrária da Serra da Ibiapaba. Para poder evidenciá-la, elaboramos a tabela VI, em anexo.

Pelos dados contidos nesta tabela, nota-se que 95,40% dos estabelecimentos têm área inferior à 100 hectares e ocupam uma área de 46,70 do total. Observa-se, também, que os estabelecimentos com menos de 20 hectares representam 73,70% do

total e respondem por 16,30% da área total.<sup>(151)</sup>

As informações relativas ao emprego da mão-de-obra nos estabelecimentos da Ibiapaba estão contidas na tabela VII, em anexo. Percebe-se que, a mão-de-obra familiar participa com 69,40% do total da mão-de-obra empregada. O emprego temporário responde por 26,20% desta e o permanente por 0,8%. Os parceiros e as outras categorias representam 3,30% e 0,30%, respectivamente, do total desta mão-de-obra.

A tabela VIII, em anexo, contém os dados relativos ao ano de 1980 no tocante a estrutura agrária da Ibiapaba. Com efeito, os estabelecimentos com menos de 100 hectares representam 95,20% do total e ocupam 45,80% da área total. Os com menos de 20 hectares correspondem à 73,30% do total e respondem por 15,90% da área total. Observe que, embora estes último mantenham seu peso relativo no total de estabelecimentos, quando se compara os dados de 70 e 80 estes sofreram uma redução na área ocupada que declina de 16,30% em 1970 para 15,90% em 1980.

Pelos dados da tabela IX, em anexo, temos que a composição da mão-de-obra empregada na agricultura, nos estabelecimentos da Ibiapaba, esta distribuída da seguinte forma: a mão-de-obra familiar participa com 70,30% do total, o empregado temporário com 20,60% o permanente com 6,3% e os parceiros e "outras" categorias com 2,70% e 0,10%, respectivamente.

Comparativamente ao ano de 1970, houve um pequeno

151 Dado a limitação dos dados censitários não foi possível analisar a composição da mão-de-obra por grupo de área na Ibiapaba.

crescimento no emprego de membros da família, uma redução significativa dos empregados temporários, que cai para 20,60% em 1980 contra 26,30% em 1970. Há um crescimento representativo dos empregados permanentes, que se eleva de 0,70% em 1970 para 6,30% em 1980. A utilização de parceiros e dos trabalhadores abrigados na classificação de "outras" categorias, também, reduziu.

A complexidade das relações sociais de trabalho referida nos capítulos anteriores torna-se evidente quando observamos os dados referentes a Ibiapaba e ao Ceará. Com efeito, no caso do Ceará, analisamos a composição da mão-de-obra nos estabelecimentos com menos de 100 hectares, pois, de acordo com a nossa suposição, são nestes estabelecimentos que se concentram as U.P.F.R.'s. Nosso objetivo era o de encontrar alguma "pista" que nos possibilitasse entender a tendência desta relação.

Contudo, o que podemos inferir é que a tendência das relações sociais de trabalho se mostra indefinida. De fato, cresce o emprego da mão-de-obra familiar e do empregado permanente; este último em maior proporção, tanto para o Ceará, estabelecimentos com menos de 100 ha, como para o conjunto de estabelecimentos da Ibiapaba. No que se refere a participação do empregado temporário, a questão se mostra ainda mais indefinida. Enquanto na Ibiapaba sua participação se reduz; no Ceará esta aumenta.

A tabela X, em anexo, contém alguns indicadores sobre o uso de fertilizante, despesas financeiras, valor da produção animal, etc. Entendemos que o estudo destes indicadores em

separado para a Ibiapaba tem pouca relevância; visto que nos faltaria base para interpretá-los. Assim, optamos por fazer um estudo geral para o estado. Procuramos verificar ditos indicadores ao nível das quatro mesoregiões existentes no Ceará, e nas respectivas microrregiões.

O nordeste cearense, mesorregião que contém a microrregião da Ibiapaba, apresenta os maiores indicadores no que diz respeito ao uso de fertilizantes (42,20%), de defensivos (35,90%), de práticas de conservação do solo (41,80%); valor da produção animal; despesas financeiras (34,10%).

Esta mesorregião, responde por 31,00% da produção vegetal, contra 34,00% do centro-oeste cearense, primeira posição, e 31,30% do sul cearense. O valor do financiamento tem o peso de 28,60% no nordeste cearense, ao passo que no centro-oeste cearense é de 36,00% e no sul cearense de 31,00%. O percentual de tratores no Nordeste cearense é 28,90% em relação ao total de tratores do estado; no centro-oeste e sul cearense é de 38,20% e 26,80% respectivamente.

Na mesorregião do nordeste cearense, a microrregião da Ibiapaba se destaca pelo uso de fertilizantes (16,60%). Este é o maior percentual ao nível das microrregiões do estado e não só da mesorregião. Sobre o uso de defensivos a Ibiapaba ocupa a quarta posição ao nível da mesorregião e responde por 4,40% do total de defensivos utilizados no estado. As práticas de conservação de solo são também expressivas na Ibiapaba (12,00%), que ocupa a primeira posição ao nível da mesorregião e do estado.

A Ibiapaba responde por 5,3% do valor da produção vegetal total do estado, o que correspondente ao segundo maior percentual na mesorregião e o oitavo em termos de estado. As despesas financeiras são bastante representativas, 10,00% do total do estado; isto é, o maior percentual na mesorregião e no estado. Os demais indicadores são pouco expressivos. Ressaltamos que Fortaleza, enquanto mesorregião e microrregião, foi retirada de nossa observação.

### 6.3 Produtor familiar rural: uma investigação sobre o seu comportamento

#### BCME-BIBLIOTECA

Conforme salintamos no início deste capítulo, analisamos os questionários aplicados pela CEPA-CE na Ibiapaba em 1978, quando da avaliação do POLONORDESTE. Procuramos identificar nas unidades produtivas entrevistadas, aquelas que se identificavam com o conceito de UPFR's adotado neste estudo. Observe, portanto, que retiramos uma subamostra da amostra definida e pesquisada pela CEPA-CE; os questionários selecionados passaram a constituir a nossa amostra.<sup>(152)</sup>

Com efeito, a CEPA-CE aplicou 160 questionários, através dos quais esperava-se obter informações sobre as mudanças que vinham se processando nas unidades produtivas (UP's), na sua

152 Cada questionário se refere a uma unidade produtiva e o responsável pela U.P. é o informante.

articulação com o restante do setor agropecuário e com os demais setores da economia. A aplicação foi direcionada ao público meta do POLONORDESTE. Desta forma, foram priorizados os proprietários e não-proprietários produtores com até 200 hectares de área.

Respeitando o conceito de U.P.F.R. definido anteriormente, construímos uma amostra composta por 63 unidades produtivas.<sup>(153)</sup> Definida a amostra, procuramos agrupar as UP's, segundo seu comportamento no mercado de trabalho. Procurou-se manter a coerência com um aspecto destacado, anteriormente, qual seja: embora a relação social de trabalho seja do tipo familiar, o produtor pode recorrer a contratação de trabalhadores temporários e/ou de parceiros. Também é possível que o produtor ou membros de sua família prestem serviços temporários e/ou de parceria contratados por outros produtores. Desta forma construímos quatro grupos de UP's, a saber:

- grupo 1: todas as atividades relacionadas à agricultura são de responsabilidade exclusiva dos membros da família, que não exercem atividades de parceria ou trabalhos temporários em outras UP's.
- grupo 2: a agricultura é desenvolvida só pelos membros da família que, no entanto, se empregam como trabalhadores temporários e/ou parceiros em outras UP's.
- grupo 3: as atividades agrícolas são desenvolvidas com o

153 Inicialmente a amostra foi definida em 67 unidades produtivas, contudo quando observamos a consistência dos dados excluímos quatro questionários por apresentarem problemas de informações.

auxílio de parceiros e/ou trabalhadores temporários e os membros da família não são parceiros nem trabalhadores temporários em outras UP's.

- grupo 4: a agricultura é desenvolvida com o auxílio de parceiros e/ou trabalhadores temporários e os membros da família são parceiros e/ou trabalhadores temporários em outras UP's.

De acordo com os critérios estabelecidos acima, encontramos oito UP's no grupo 1, uma no grupo 2, trinta e sete no grupo 3 e dezessete no grupo 4. Observe que a importância do trabalho acessório de parceiros e/ou trabalhadores temporários é bastante significativa; visto que de 63 UP's apenas 8 UP's desenvolvem a agricultura com base, exclusivamente, na mão-de-obra familiar.

Examinando a participação de parceiros e/ou trabalhadores assalariados nos grupos 3 e 4, temos que no grupo 3 das 37 UP's, somente, 13 UP's estabelecem contratos de parceria enquanto 24 preferem contratatar apenas trabalhadores temporários. No grupo 4 a participação de parceiros é pouco expressiva, cerca de 3 UP's mantêm contratos de parceria ao passo que 14 UP's preferem somente trabalhadores temporários.

Investigando os contratos de parceria e de trabalho temporário a que o produtor e/ou os membros da família se submetem em outras UP's, encontramos que no grupo 2, que é composto de uma única UP, prevalece o contrato temporário. Isto é, o produtor e/ou membros de sua família se empregam

temporariamente em outra UP.

No grupo 4, temos que em 13 UP's o produtor e/ou membros de sua família se submetem às relações de parcerias em outras UP's; portanto, em apenas 4 UP's ocorrerá destes se empregarem, somente, como trabalhadores temporários. Ressalta-se que em apenas uma U.P. ocorreu do produtor e/ou membros da família serem parceiros em outras UP's e contratarem parceiros para auxiliar na agricultura na sua UP. Estes dados estão contidos nas tabelas XI, XII, XIII, em anexo.

Desta forma, podemos afirmar que este comportamento do produtor familiar rural no mercado de trabalho, demonstra a complexidade das relações sociais de trabalho que se estabelecem no "agro", onde ditos produtores se enquadram em pelo menos duas classificações ou tipos de contratos de trabalho. Isto pode ser percebido, pois, excluindo o grupo 1, temos que em 87,30% das UPFR's as relações sociais de trabalho estabelecidas pelos produtores e/ou a que estes se submetem ocorrem de formas combinadas.

#### BCME-BIBLIOTECA

De fato, o grupo 2, grupo onde internamente o trabalho é desenvolvido pela mão-de-obra familiar que também presta serviços temporários em outras UP's, representa o único caso onde as relações de trabalho se mostram mais simples. Porém, retirando este grupo de nossa análise, pois o seu nível de participação no conjunto é pouco expressivo (1,60%), podemos inferir que no restante, grupos 3 e 4, estas são complexas.

Com efeito, são consideráveis os casos em que o

produtor e sua família se submetem às relações de parcerias e trabalho temporário e reproduzem estas relações no interior da UP; caso do grupo 4 que responde por 27,00% das UPFR's. Porém, o que predomina nas UPFR's é o produtor contratar parceiros e trabalhadores temporários para auxiliar nas tarefas agrícolas; caso do grupo 3 que representa 58,70% do total de UPFR's.

Ao nosso ver, isto confirma nossa suposição de que as relações sociais de trabalho no "agro" são fortemente influenciadas pelas particularidades do processo de produção. Neste caso específico, este processo assume determinadas características, sendo que a mais relevante é a descontinuidade que sofre devido a interferência da natureza.

Examinando os grupos 3 e 4, percebe-se que a relação de parceria é preterida à contratação de trabalho temporário. No grupo 3, verifica-se que das 37 UP's apenas 35,14% preferem o parceiro, enquanto mão-de-obra auxiliar à familiar no desenvolvimento da agricultura. No grupo 4 este percentual é mais significativo 58,70% das UP's empregam parceiros.

Ressalta-se que a existência do parceiro não elimina a contratação de trabalhadores temporários, o que reforça a sua participação como mão-de-obra auxiliar. De fato, 64,86% das UP's do grupo 3 utilizam, exclusivamente, trabalhadores temporários, e no grupo 4 este percentual é de 27,00%. Porém, podemos dizer que, no caso do grupo 4, quando se trata de buscar ocupação fora da UP, estes se submetem, principalmente, aos contratos de parceria (76,47%). São estes aspectos que dificultam a formulação de

inferências sobre a predominância e/ou tendência das relações sociais de trabalho no "agro".

Tendo agrupado as UP's, passamos a examinar o comportamento destas UP's, segundo o grupo a que pertencem, tanto no que se refere aos aspectos internos e externos. Elegemos como aspectos internos a serem investigados aqueles relacionados à lógica interna, busca de reproduzir a família e a UP; e como aspectos externos os que nos mostrasse sua articulação com os mercados. Assim, o primeiro aspecto a ser investigado diz respeito às culturas desenvolvidas nas UP's. Dividimos as culturas em três grupos:

- culturas de subsistência: neste grupo se encontram o feijão, o milho e a mandioca. A produção deve ter como objetivo exclusivo a subsistência. Dado o critério estabelecido, observamos as quantidades produzida e consumida destes produtos, como forma de definir a sua inclusão neste grupo de culturas.

- culturas comerciais: definimos como culturas comerciais os legumes, frutas, café, cana-de-açúcar, verduras, fumo, babaçu e outros. Neste caso, a produção não precisa, necessariamente, ser comercializada. A presença destas culturas nas UP's representa, apenas, possibilidade de que isto venha a acontecer. Percebe-se, assim, que este segundo grupo engloba o restante das culturas que não pertencem ao grupo anterior e que a comercialização é apenas um indicativo, que pode ou não se realizar.

- culturas mistas: caracterizamos como culturas mistas às culturas do primeiro grupo que servem tanto para o auto-consumo

como para a comercialização.

Na definição das culturas de subsistências procuramos caracterizar as culturas essenciais na reprodução da família e da UP. Assim, incluímos na reprodução da UP os animais que fazem parte do rebanho. Nesse sentido, o milho foi incluído, embora, comumente, não faça parte da alimentação da família. Concluídas as agrupações, investigaremos os tipos de culturas desenvolvidas por grupos de UP's. A tabela XIV, em anexo, contém estas informações.

De fato, observa-se que para o grupo 1 e 2 de UP's as culturas, exclusivamente, de subsistência são as mais importantes, enquanto para as UP's do grupo 3 e 4 as culturas comerciais são mais representativas. Isto é, 64,5% e 100,0% das UP's do grupo 1 e 2, respectivamente, produzem culturas de subsistência; ao passo que nas UP's dos grupos 3 e 4, 64,86% e 70,59%, respectivamente, desenvolvem esse tipo de cultura.

As culturas comerciais não são produzidas nas UP's do grupo 2 e estão presentes em 50% das UP's do grupo 1. No grupo 3 e 4, temos que 89,49% e 82,35%, respectivamente, das UP's produzem esse tipo de cultura. No que se refere as culturas mistas, temos que 25,00%, 27,03% e 23,53% das UP's dos grupos 1, 3 e 4, respectivamente, as desenvolvem.

Com efeito, podemos perceber que as culturas de subsistência têm uma importância significativa em todas as UP's, independentes do grupo a que pertencem. Esta informação nos permite pensar que a procura de reproduzir a família e a UP é,

realmente, o principal objetivo das UPFR's, independente do grupo que pertencem.

Entendemos que a participação relativa das culturas comerciais, exceto no grupo 2, indicam que a tendência do produtor é se vincular ao mercado de produtos como ofertante dos produtos oriundos das culturas comerciais. Esta tendência se ratifica, pois as culturas mistas, isto é, com vistas à comercialização e subsistência, apresentaram a menor participação relativa em todos os grupos de UP's.

Desta forma, o comportamento das UP's, no tocante às culturas mistas, nos permite inferir que a prática de buscar a integração com o mercado, através dessas culturas, está sendo abandonada. Isto é, aos poucos, o produtor se afasta da prática de vender no mercado o excedente de produção, característica da produção mercantil simples; e incorpora os elementos relativos ao mercado como parte de suas preocupações, busca de produtos de mais fácil comercialização e de maiores valores.

Outro aspecto que podemos levantar em relação às culturas mistas é que, mesmo não apresentando uma significativa participação relativa, estas reforçam aquilo que estamos referendando como lógica interna das UPFR's. Tomando como base estas culturas, podemos dizer que o produtor está pouco atrelado ao mercado. Contudo, estas servem para reforçar a preocupação em reproduzir a UP e a família. Estes fatos serão retomados, posteriormente.

Pelas tabelas XV e XVI, em anexo, verificamos que, no

grupo 3, das culturas produzidas por parceiros, 57,50% podem ser classificadas como culturas de subsistência; 12,50% como mistas; e 30,00% como comerciais. Porém, no caso do grupo 4 a situação é diferente. O produtor ou os membros da sua família, enquanto parceiros em outras UP's, desenvolvem, prioritariamente, culturas mistas. Estas representam 54,84% das culturas exploradas, as de subsistência 32,26% e as comerciais 12,90%. Além disto, nas 3 UP's onde existem parceiros, estes exploram culturas de subsistência e comercial em 42,86% e 57,14%, respectivamente.

A preocupação com a reprodução da família e da UP pode ser percebida, quando se observa a quantidade consumida, enquanto uma das finalidades da produção. Neste caso, retiradas as culturas de subsistência que servem, exclusivamente, para auto-consumo, é importante examinar o destino das culturas comerciais e mistas; pois como chamamos a atenção estas se destinam ao auto-consumo e à comercialização.

Com efeito, do total de 157 vezes em que aparece a exploração de culturas comerciais nos diversos grupos de UP's podemos afirmar que, em 18 casos estas têm como fim exclusivo o consumo interno nas UP's.<sup>(154)</sup> Ao passo que, em 58 vezes o seu destino é, exclusivamente, a comercialização. Assim, 11,46% e 36,94% das culturas comerciais desenvolvidas se destinam,

154 O fato de se tratar de uma cultura do tipo classificado como comercial, e esta terminar servindo para auto-consumo ou subsistência, advém do critério adotado, conforme informamos classificarmos como cultura comercial todas as culturas exploradas na UP, exceto milho, feijão e mandioca. Assim, a finalidade ou destino da produção não foi observada.

exclusivamente, ao consumo e a comercialização, respectivamente. Observe que a maioria das culturas comerciais cumprem o objetivo de servir à comercialização e ao consumo na UP, simultaneamente.

Este fato reforça o nosso argumento de que o produtor tem procurado se integrar ao mercado através destas culturas. Contudo, permanece a preocupação de garantir a reprodução da família e da UP. A superioridade da frequência destas culturas nas UP's, comparativamente às culturas mistas, também comprova esse fato.

De acordo com os dados da tabela XVII, em anexo, temos que do total de 49 vezes em que são desenvolvidas as culturas mistas, em 7 casos a finalidade é exclusivamente a comercialização, o que representa cerca de 14,29%. Ao passo que, em 42 vezes, ou seja, em 85,71% dos casos o objetivo é, também, servir para comercialização e para consumo na UP, simultaneamente.

Procuramos investigar a articulação do produtor com o mercado de produtos, enquanto ofertante. Assim, examinamos o número de UP's que se encontram nesta situação. A este respeito podemos dizer que 88,89% vendem seus produtos no mercado. Neste caso, temos que 38,10% vendem somente produtos derivados das culturas comerciais, 9,52% vendem, apenas, produtos derivados de culturas mistas; e 41,27% comercializam os produtos oriundos das culturas mistas e comerciais. Os dados da tabela XVIII, em anexo, ilustram essa situação.

Observando a forma como as UP's se articulam com o

mercado de produtos, segundo o grupo a que pertencem e o tipo de cultura, no caso do grupo 1, percebemos que 37,50% das UP's não se articulam com o mercado; 12,50% o fazem através dos produtos das culturas comerciais; 37,50% vendem os produtos das culturas mistas; e 12,50% comercializam produtos derivados das culturas mistas e comerciais.

No grupo 3, apenas, 8,11% das UP's não comercializam seus produtos no mercado; 43,24% vendem exclusivamente produtos derivados das culturas comerciais; 45,95% comercializam somente produtos das culturas mistas; e 2,70% das UP's comercializam produtos oriundos das culturas mistas e comerciais.

No caso do grupo 4, podemos afirmar que todas UP's se articulam com o mercado de produtos, sendo que 52,94% o fazem através, exclusivamente, dos produtos comerciais; 23,53% vendem produtos das culturas mistas e 23,53% comercializam tanto os produtos derivados das culturas mistas como das comerciais. Estas informações estão contidas na tabela XIX, em anexo.

A seguir, investigamos o comportamento do produtor enquanto demandante de insumos, implementos agrícolas, produtos de consumo e crédito. No que se refere aos equipamentos, nos preocupamos em observar os tipos e os locais onde estes são comprados. Desta forma, classificamos os equipamentos em 6 tipos a saber:

- Tipo 1: Enxada
- Tipo 2: Machado
- Tipo 3: Foice

BONE-BIBLIOTECA

- Tipo 4: Carro de boi
- Tipo 5: Vasilhames que servem como recipientes para armazenamento de alimentos e outros.
- Tipo 6: Diversos

Ressalta-se que as informações referentes ao equipamento, principalmente no caso dos tipos 1, 2 e 3, contém um viés. Este viés decorre da influência que o número de membros da família têm sobre a quantidade destes equipamentos. Assim, descartamos a hipótese de verificar o nível de capitalização das UPFR's através deste indicador.

Através da tabela XX, em anexo, podemos dizer que o grupo 3 se destaca pela maior quantidade disponível de todos os tipos de equipamentos. De fato, este grupo responde, em termos percentuais, por 68,73% do total de equipamentos do tipo 1, 69,31% do total do tipo 2; 66,14% do total do tipo 3; 90,01% do total do tipo 4 e 100% do total do tipo 6. Observe, portanto, que concentra-se neste grupo o grosso da disponibilidade dos equipamentos.

O grupo 4 responde por 24,80% do total de equipamentos do tipo 1, 25,52% e 25,40% do total de equipamentos do tipo 2 e 3, respectivamente. A representatividade dos equipamentos do tipo 5 neste grupo, em termos percentuais, é bastante significativa, cerca de 75,00%; e os do tipo 6 são inexistentes.

Nos grupos 1 e 2 os equipamentos de todos os tipos se mostraram de pouca relevância. Com efeito, no grupo 1 os equipamentos dos tipos 1, 2, 3 e 4 representam cerca de 6,19%;

5,17%, 8,47% e 9,09%, do total de equipamentos, respectivamente; os demais tipos são inexistentes. No caso do grupo 2, somente os equipamentos dos tipos 1 e 5 aparecem; sendo que o primeiro representa cerca de 0,77% do total e o segundo 25,00%.

De fato, os equipamentos estão concentrados nos grupos de UPFR's 3 e 4. Contudo, não podemos esquecer que estes são, também, os mais representativos em termos de números de UPFR's. Assim, torna-se necessário relacionar quantidade de equipamentos e o número de UPFR's inseridas nos grupos. De acordo com os dados da tabela XXI, em anexo, verifica-se que permanece a concentração nas UP's dos grupos 3 e 4.

Outro tipo de implemento agrícola que merece nossa atenção é a máquina. Classificamos como máquinas os equipamentos mais sofisticados, cuja ausência compromete a eficiência e a produtividade da agricultura, mas não a inviabiliza. Assim temos:

- Tipo 1: Motor bomba
- Tipo 2: Motores elétricos ou à combustível
- Tipo 3: Pulverizador
- Tipo 4: Engenhoca
- Tipo 5: Gerador
- Tipo 6: Trator
- Tipo 7: Outros

Optamos, também, por analisar a frequência destes instrumentos por grupo e por UP's, conforme o grupo a que pertencem.

Com relação às máquinas, observamos que estas são inexistentes nos grupos 1 e 2 e estão concentradas, também, no

grupo 3. De fato, 83,00% das máquinas do tipo 1 e 100% das do tipo 6, concentram-se no grupo 3. As máquinas do tipo 5 são inexistentes em todos os grupos de UP's. O grupo 4 responde por 16,67% das do tipo 1; 23,53% das do tipo 3; e 22,22% das do tipo 4; as demais inexistem. Estas informações estão contidas nas tabelas XXII e XXIII, em anexo.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito aos bens de consumo que esse produtor adquire no mercado de produtos. A fim de examinar este aspecto, dividimos os bens de consumo em oito tipos:

- Tipo 1: Produtos de higiene
- Tipo 2: Alimentos produzidos
- Tipo 3: Vestuário
- Tipo 4: Alimentos não produzidos
- Tipo 5: Alimentos industrializados
- Tipo 6: Combustível
- Tipo 7: Produtos de limpeza
- Tipo 8: Outros

Conforme os dados da tabela XXIV, em anexo, observamos que são poucos os produtos comprados no mercado. No que se refere aos produtos do tipo 3, podemos afirmar que a frequência de compra destes produtos é zero. Assim, no caso da UP's do grupo 3, temos que 94,60% compram produtos do tipo 2; 97,30% adquirem os de tipo 4, enquanto os produtos dos tipos 1, 5 e 7 são compradas por, apenas, 16,22%, 32,43% e 8,11% das UP's deste grupo.

Nas UP's do grupo 4, os produtos mais comprados são também os dos tipos 2 e 4. Desta forma, podemos dizer que 94,12% das UP's deste grupo adquirem estes produtos. Os produtos dos tipos 1 e 5 são consumidos em, apenas, 17,65% e 11,76% das UP's deste grupo. Os produtos do tipo 7 não são adquiridos pelas UP's deste grupo..

Sobre o grupo 1 temos que, os produtos mais consumidos são os dos tipos 2 e 5. De fato, em ambos os casos, 87,50% e 25,00% das UP's vão ao mercado comprar estes produtos. Os produtos do tipo 1, praticamente, não são consumidos. Ressalta-se, ainda, que o grupo 2 aparece comprando somente produtos do tipo 4.

A seguir, examinaremos o comportamento das UPFR's no que se refere aos canais de comercialização e ao mercado de crédito. Pretendemos investigar os agentes de comercialização que se relacionam com estas UP's e a relação que se estabelece entre essas e o mercado de crédito. Procuramos identificar alguns dos principais agentes de comercialização com os quais os produtores se deparam, quando objetivam vender seus produtos. Classificamos esses agentes em:

- Tipo 1: Caminhoneiro
- Tipo 2: Feirante
- Tipo 3: Fazendeiro
- Tipo 4: Bodegueiro
- Tipo 5: Empresa Agroindustrial
- Tipo 6: Proprietários de Engenhos

- Tipo 7: Comerciante
- Tipo 8: Armazenista
- Tipo 9: Outros

Pela tabela XXV, em anexo, podemos afirmar que geralmente os produtores em estudo vendem seus produtos aos caminhoneiros, feirantes e comerciantes. De acordo com os dados, temos que no caso do grupo 1, o produtor, quando vende seus produtos, comercializa 20% destes com os caminhoneiros, 50% com os feirantes, 20% com os fazendeiros e 10% com os comerciantes.

No grupo 2, os produtores vendem em 100,00% dos casos de comercialização ao comerciante. Os caminhoneiros são os mais frequentes compradores dos produtos do grupo 3 (72,12%), enquanto os feirantes, o fazendeiro, o bodegueiro e os proprietários de engenhos aparecem em 23,08%, 1,92%, 1,92% e 0,96% dos casos de comercialização, respectivamente. Os produtores do grupo 4, optam pelos caminhoneiros, feirantes, fazendeiros, bodegueiros e proprietários de engenho, em 64,29%, 14,29%, 2,38%, 9,52% e 9,52% dos casos de comercialização, respectivamente.

No que se refere ao seu comportamento no mercado de crédito, enquanto tomador de empréstimos, temos que 77,78% dos empréstimos foram contraídos junto aos bancos e 22,2% foram empréstimos feitos juntos à terceiros. Os produtores do grupo 3, são os que mais se utilizam de empréstimos, tanto no que se refere aos bancários, quanto os contraídos junto à terceiros.

Com efeito, do total de empréstimos bancários 71,43% foram contraídos por produtores do grupo 3, ficando os produtores

do grupo 4 com os 28,57%, restantes. No que diz respeito aos empréstimos levantados junto à terceiros (pessoas físicas), os produtores do grupo 3, se destacam por terem contraídos 50,00% destes, ao passo que 25,00% destes se destinaram aos produtores dos grupos 1 e 4, respectivamente. A tabela XXVI, em anexo, ilustra essa situação.

BCME-BIBLIOTECA

#### 6.4 Comentários sobre os dados apresentados

Tendo concluído esta exposição sobre os dados pesquisados, faz-se necessário destacar os aspectos mais significativos no tocante a relação social de trabalho vis à vis o comportamento da U.P.F.R. no mercado de produtos, enquanto demandante e ofertante. Conforme foi demonstrado, as UP's dos grupos 3 e 4 se sobressairam nos vários aspectos examinados.

O primeiro aspecto se refere ao comportamento das UP's dos grupos 3 e 4, no tocante a compra de equipamentos e máquinas. Destaca-se que, entre os dois, o grupo 3 é o que possui maior participação relativa no que se refere aos dois bens. Este dado isolado é pouco explicativo, visto que o grupo 3 é composto por 37 UP's, do total da amostra definida em 63 UP's. Porém, quando observamos o número de máquinas e equipamentos por UP, percebemos que este dado não se altera. Isto é, as U.P.'s do grupo 3 permanecem tendo o maior número deste bens.

O segundo aspecto diz respeito aos tipos de produtos mais demandados pelos produtores dos grupos 3 e 4. Em termos de

equipamentos básicos ou essenciais temos: enxada, foice e machado. No que se refere aos equipamentos classificados como máquinas, temos que os três tipos mais comprados foram: o pulverizador, o motor bomba e os motores elétricos e à combustíveis. Verifica-se que os indicadores apontam para os grupos 3 e 4 como sendo os grupos onde as UP's se mostram mais equipadas para o desenvolvimento das atividades agrícolas. No caso dos equipamentos sofisticados estes servem, também, como indicadores do nível de capitalização.

O terceiro aspecto está relacionado aos bens de consumo. Neste caso, os grupos 3 e 4 se destacaram, também, como os que mais compram estes bens no mercado. Ressalte-se que os produtos mais procurados foram os relativos aos alimentos produzidos e não produzidos nas U.P.'s. Observamos a frequência de compra por U.P. A partir desta ponderação, percebemos que o grupo 1 se caracteriza, também, como grande demandante destes produtos. Esta presença do produtor familiar, dos grupos 1, 2 e 3, como demandante destes produtos pode ser associada ao seu comportamento como ofertante neste mercado.

O quarto aspecto se refere a posição do produtor enquanto ofertante de produtos. De fato, as U.P.'s do grupo 3 se caracterizam por comercializarem seus produtos no mercado. Embora as culturas de subsistência sejam bastante representativas, cerca de 64,86% das UP's do grupo 3 produzem esse tipo de cultura, a exploração das culturas comerciais se destaca por apresentar a maior frequência relativa (86,49%); o mesmo acontecendo no grupo

4 (82,35%).

Além disto, as UP's do grupo 3 demonstraram que comercializam tanto as culturas mistas como as comerciais. Tendo em vista estes fatos, acreditamos que os produtores dos grupos 3 e 4 têm se comportado, perante o mercado, como um autêntico alocador de recursos; visto que eles vendem mais, compram mais e se capitalizam mais do que o restante.

Entendemos que o mercado de produtos tem se constituído elemento de grande importância para a definição da ação ou comportamento deste produtor. Contudo, acreditamos que o comportamento do produtor como ofertante, demonstram que a preocupação em reproduzir a família e a UP permeia todo o processo de tomada de decisões.

Com efeito, o mercado influencia o comportamento do produtor. Coloca-lhe novos requerimentos e para responder a estes, o produtor precisa se adaptar; nesse sentido, o produtor se modifica, ou seja, transforma-se. Assim, o produtor incorpora equipamentos básicos e sofisticados; procura adquirir no mercado o que não se dispõe mais a produzir ou a produzir menos.

Adequa, também, sua oferta à demanda do mercado, incorporando a exploração de outros tipos de culturas, ou seja, diversificando a produção; mas nenhum destes elementos consegue reverter a relação social de trabalho estabelecida nestas UP's. Além disto, todas as transformações incorporadas se encontram em acordo com a lógica interna destas UP's, posto que não se verifica desemprego de mão-de-obra familiar como consequência

destas.

O quinto aspecto diz respeito ao comportamento do produtor no mercado de créditos. Conforme informamos anteriormente as U.P.'s do grupo 3 são as que mais contraem empréstimos junto aos bancos (71,43%) e à terceiros (50,00%). A preferência pelos bancos é percebida em todas as U.P.'s; o que demonstra que o produtor só recorre à terceiros quando o crédito oficial não é possível.

Finalmente, queremos destacar que as UP's do grupo 3 mostraram-se mais articuladas com os mercados. Neste sentido, acreditamos que estas exemplificam alguns dos elementos apresentados no corpo teórico deste trabalho. Entre estes elementos destacamos, principalmente, a capacidade de absorver as transformações/modernização gestadas no setor agrícola.

Porém, ao mesmo tempo que estas UP's absorvem e acompanham este processo de transformação/modernização, estas preservam uma relação social de trabalho atípica e uma lógica que permeia a organização da produção e o processo de tomada de decisão que envolve uma série de aspectos subjetivos.

É importante lembrar que as U.P.'s do grupo 3 se caracterizam por empregarem parceiros e\ou tabalhadores temporários na agriculturam, e os membros da família não são parceiros nem trabalhadores temporários em outras U.P.'s. Isto é, os membros da família trabalham exclusivamente na U.P. As U.P.'s do grupo 4 mantém este mesmo tipo de contratação de mão-deobra internamente, porém os membros da família são parceiros e\ou

trabalhadores temporários em outras U.P.'s.

Assim, podemos inferir que a contratação de mão-de-obra auxiliar é importante para potencializar a atividade agrícola. Evidentemente, isto também depende da quantidade de mão-de-obra familiar disponível para este trabalho. Acreditamos que os fatores que mais influenciam a potencialização da atividade agrícola são a diversificação da produção, notadamente nas culturas comerciais, e o acesso ao crédito oficial.

No caso do crédito, temos que este dinamiza a capacidade de investimentos, portanto, de acumulação. Ao passo que, diversificação da produção permite maiores facilidades de comercialização da produção. Estes fatores fazem parte dos novos requerimentos que o mercado coloca ao produtor familiar rural. Porém, não é possível identificar os motivos que levam alguns produtores a se sobressairem em relação aos demais; pois, estamos trabalhando com produtores que têm as mesmas condições de reprodução social: produtores\proprietários.

Entendemos que, a medida que o produtor se integra ao mercado, seu comportamento torna-se muito semelhante ao de qualquer agente econômico que realiza suas transações nesta órbita. Assim, ele avalia custos, riscos, retornos, etc; verifica-se, portanto, que o mercado influencia em suas decisões. O notável, entretanto, é que esta ingerência do mercado sobre o seu comportamento modifica a sua face externa, mas não consegue alterar sua face interna.

Cabe destacar que, quando examinamos as U.P.'s do grupo

4, somos levados à pensar que, pelo fato dos membros da família se submeterem ao trabalho fora da U.P., estas estariam passando por um processo de empobrecimento. Entretanto, nos vários indicadores pesquisados estas se sobressairam, mostrando que têm produzido mais, comprado mais, etc.

Neste caso, pode-se utilizar o argumento de que estas atividades desenvolvidas fora da U.P. têm servido para manter o padrão verificado internamente nesta. Porém, resta saber se a tendência será abandonar as atividades acessórias ou a atividade de agricultor na U.P. Esta e outras questões levantadas deveram ser esclarecidas quando da realização de uma direta junto aos produtores da Ibiapaba.

#### 6.5 Resultado da pesquisa direta junto ao produtor familiar na serra da IBBIAPABA

Procuramos visitar a Ibiapaba, a fim de ter um melhor conhecimento sobre o produtor familiar rural. Nestas visitas, entrevistamos 15 produtores, dos quais apenas 10 serão utilizados neste estudo. Descartamos 5 entrevistas devido a qualidade das informações prestadas. Recebemos o auxílio dos técnicos da EMATERCE na escolha dos entrevistados e na avaliação das informações prestadas.

Escolhemos para entrevistar produtores\proprietários integrados ao mercado, visto que nossa preocupação era ter um quadro mais preciso das U.P.'s inseridas nos grupos 3 e 4.

Conforme mostramos, as U.P.'s destes grupos têm se destacado em termos de articulação com os mercados de produto, de crédito, de trabalho. Isto é, têm absorvido os impactos do processo de modernização do "agro", porém permanecem guardando determinadas particularidades quanto a forma de organizar a produção.

No geral, todos os produtores entrevistados desenvolvem culturas comerciais; principalmente as relativas as frutas, legumes, verduras, etc. Dos dez entrevistados, três desenvolvem culturas de subsistências (milho, feijão e mandioca) e sete culturas mistas (milho feijão e mandioca, com fins de subsistência e de comercialização).

BCME-BIBLIOTECA

Entre os motivos que os levaram a plantar as culturas comerciais, os mais frequentes foram: "a existência de compradores"; "são produtos de fácil saída, aparece até quem vem buscar no sítio"; "é o que dá dinheiro". Os três que plantam culturas de subsistência afirmaram, no geral, que estes produtos dão maior segurança, pois "é a certeza de que se terá algo para comer". Os que desenvolvem culturas mistas disseram ter motivos semelhantes a estes para plantarem estes produtos, porém acrescentaram que "sempre sobra alguma coisa que dá para vender". Outro motivo citado foi a tradição de sempre plantar estas culturas.

Percebe-se que, enquanto as culturas comerciais têm como finalidade a comercialização, as culturas mistas têm finalidade muito semelhante às de subsistência. A diferença é que a produção excede o consumo, sendo este excedente vendido no

mercado. Acreditamos que estes produtores entendem que as culturas comerciais são mais rentáveis e as presenças das culturas mistas e de subsistências buscam garantir as condições mínimas de sobrevivências, independente do comportamento do mercado.

Indagados sobre os compradores, todos afirmaram que não têm preferência, "não são obrigados a vender para ninguém"; "a questão é o preço". A escolha do comprador é feita, portanto, com base no preço. Dito produtores afirmaram que quando vão a cidade procuram se informar dos preços no CEASA, nas feiras, no comércio. Na hora de vender "comparam os preços que ele (comprador) está oferecendo para ver se não estão me passando para trás". Dois informaram que vendem sempre ao mesmo sujeito, pois são conhecidos, "pessoas de bem". Asseguram que não têm relações de parentesco e nem dependem financeiramente destes agentes.

Entre os dez, três afirmaram que quando estão precisando de dinheiro procuram imediatamente um comprador para produção." Vão atrás de dois e até três sujeitos, nunca procuram um só, pois o sujeito aproveita do aperreio". O restante disse que recorre a amigo, parente, mas não vende a produção em momento de "aperreio". O motivo é que "não se faz bom negócio estando aperriado, as pessoas sabem e tiram proveito da situação".

Observamos que nenhum produtor cogitou de procurar um banco nos momentos de dificuldade financeira. Perguntamos, então,

aos produtores por que eles não recorriam ao banco nos momentos de "aperreio". Três responderam que não faziam por que a liberação de recursos era muito demorada ("dinheiro de banco custa a sair"). Três afirmaram que tinham a produção para vender, por isto "não pediam dinheiro emprestado nem ao banco e nem a ninguém". Os demais não souberam dizer o motivo.

Procuramos saber quando eles achavam que deveriam recorrer ao banco para contrair empréstimos. No geral, eles responderam que para investir e entendem por investimento a construção de uma melhoria no sítio, a compra de um equipamento, de gado e outros animais, a introdução de uma cultura nova, a compra de insumos agrícolas que melhoram e defendem as plantações.

"Dinheiro de banco não é pra problema miudo, se o sujeito tá todo dia no banco, com o tempo, termina endividado e chega um tempo em que o gerente abusa a cara dele. Pensa que não deve emprestar mais dinheiro por que ele não vai ter condições de pagar". É interessante observar que todos os entrevistados já contrairam empréstimos bancários, sendo que a finalidade destes foram: construção de benfeitorias (três casos); gastos com a lavoura, principalmente introdução de novas culturas (três casos); compra de equipamentos sofisticados (quatro casos). Todos conseguiram pagar seus compromissos. Conforme lembrou um dos entrevistados, "era a época boa do POLONORDESTE e os juros eram mais baixos".

A este respeito, destaca-se que seis produtores

afirmaram que a Ibiapaba é uma região que recebe a atenção e a ajuda dos governos (quatro não fizeram comentários). Estes produtores entendem que a ajuda do governo foi fundamental, pois possibilitou melhor escoamento da produção, facilitou a locomoção das pessoas e enfatizaram, principalmente, a eletrificação; que permitiu melhorias na agricultura e mais conforto para a família.

Todos os produtores compram bens de consumo no mercado (vestuário, alimentos não produzidos, industrializados, material de higiene e limpeza, etc). Apenas dois comentaram que às vezes compram alimentos produzidos; isto ocorre, quando a produção é insuficiente ou quando, por necessidade, vendem parte da produção e depois falta para o consumo.

Afirmaram, também, que sempre compraram estes tipos de produtos, apenas compravam menos. Os produtores foram claros quanto a esta questão. Segundo eles, a partir do momento que conseguiram melhorar o nível de renda, eles passaram a comprar mais. Colocaram, também, que antes era diferente, pois comprava-se pouco e nas bodegas, que vendem à preços elevados; hoje, as coisas mudaram. A estrada permite comprar em outros locais, que vendem à preços menores. Todos precisam de conforto ("o meu pai, por exemplo, não comprava determinadas coisas por que nem sabia que elas existiam, hoje o mundo é diferente").

Perguntamos aos produtores se eles julgavam que as suas vidas haviam melhorado. Dois responderam que não, mas que viviam em melhores condições do que os que vivem nas cidades; pois, trabalham no que gostam, a vida no campo é mais saudável, a

alimentação é melhor, etc. Dois avaliam que ainda são muito pobres e esperam "um dia ficar rico, com a graça de Deus". Três acreditam que a situação melhorou muito, mas era preciso o governo dar uma "ajuda" para as coisas ficarem melhor. Três entendem que não são ricos por que não souberam aproveitar bem a "ajuda" do governo. Segundo estes últimos, "os outros produtores que aproveitaram a ajuda do governo, construíram benfeitorias, compraram equipamentos, irrigaram a agricultura, etc. Hoje são todos ricos."

Procuramos saber o que eles entendiam como um produtor rico. Os principais requisitos apresentados foram os que seguem: "o sujeito é rico quando tem uma área boa para plantar, consegue produzir muito, pois conta com a ajuda da irrigação (motor bomba, etc), de equipamentos, tem como comprar os insumos, estuda os filhos, etc. Ressaltaram, também, que um produtor quando enriquece guarda dinheiro no banco, compra gado, faz benfeitorias, etc. "Todo mundo percebe quando o sujeito está ficando rico".

Cabe lembrar que, antes de visitar estes produtores e entrevista-los, procuramos saber se a U.P. era de sua propriedade e se a família trabalhava na atividade agrícola. Também, tivemos o cuidado de nos informar sobre o emprego que eles ( os memebros da família) tinham fora da U.P. As respostas dos entrevistados foram coerentes com as informações obtidas nas localidades.

Sobre a mão-de-obra envolvida na agricultura todos os

entrevistados garantiram que os membros da família eram os principais componentes. Além disto, eram os responsáveis pelas principais tarefas e trabalhavam o ano inteiro nesta atividade. Entretanto, existe momentos que só a família não é suficiente. Neste caso, seis informaram que fazem contratos com trabalhadores temporários para auxiliarem nas "tarefas" e, também, empreitas. Optam pela contratação desses trabalhadores, pois uma vez terminado o serviço eles vão embora; portanto, não trazem mais custos.

Quatro produtores contratam apenas serviços na forma de empreita. Estes quatro produtores têm parceiros na agricultura e entendem que a parceria não é uma boa forma de aumentar a produção. Dois produtores informaram que trabalham com parceiros por que são pessoas conhecidas e que necessitam de trabalho. Um produtor disse que quando aceitou o parceiro, a situação era diferente; hoje, não aceitaria mais. Porém, "não têm do que reclamar destes parceiros, mas fazer parceria com gente nova nem pensar". O outro produtor afirma que está satisfeito com os seus parceiros.

Todos os produtores que contratam trabalhadores temporários, garantiram que a proporção da contratação depende do volume produzido. Julgam, também, que esta contratação esta relacionada ao tamanho da família e, principalmente, do número de componentes masculinos que a mesma tem. Isto é, se o produtor tem muitos "filhos" ele necessita de menos trabalhadores temporários e de fazer menos empreita.

Procuramos saber dos seis produtores que contratam trabalhadores temporários, se esse tipo de contratação é mais vantajosa do que a parceria. Todos entendem que sim. Os argumentos utilizados foram os seguintes: "os parceiros pensam que são donos da terra; parceria até com gente conhecida é perigosa; o parceiro sempre pensa que a gente dá roubando ele; é um bicho danado, tudo que reclama na justiça ganha."

Creemos que as informações coletadas junto aos produtores ilustram a forma como pensam e trabalham um produtor rural, que tem na família a sua principal fonte de mão-de-obra. Acreditamos que alguns aspectos abordados anteriormente ficaram esclarecidos, entre estes, destacamos a lógica da produção, a integração com o mercado e a relação de trabalho.

Entendemos que a busca de reproduzir a família e a U.P. são os principais elementos perseguidos. Isto fica comprovado na preocupação em desenvolver culturas de subsistência e mista, na busca de padrão de vida que assegure maior conforto a família, em ter melhores condições de trabalho, etc. A presença da cultura comercial faz parte desta mesma lógica, onde o produtor percebe que estes produtos representam uma oportunidade de ganho.

Entretanto, esta lógica é comum a todos os agentes econômicos sob o M.P.C. e, por que não dizer, a todas as pessoas. Porém, ressaltamos que, no caso do produtor familiar, esta lógica representa o seu pensamento em relação as questões imediatas e de longo prazo. Assim, ela está presente na sua visão do parceiro, na contratação de trabalhadores temporários, na escolha das

culturas, nos empréstimos bancários, etc. Qualquer que seja o risco e o retorno de sua ação, este é sempre ponderado em relação a sobrevivência da família e da U.P.

Respeitado esta lógica interna, a integração com o mercado ocorre pela via das culturas comerciais. É, principalmente, através destes produtos que o produtor obtém renda para o consumo familiar e produtivo. A forma de comercialização dos produtos segue a mesma trilha dos demais agentes econômicos, ou seja, o que importa é o preço. A escolha das culturas comerciais é feita tomando como base os requerimentos do mercado e a disponibilidade dos fatores de produção.

Não foi possível saber, ao certo, por que eles introduziram as culturas comerciais. Contudo, observamos que a introdução de qualquer cultura nova, hoje, é sempre feita baseada na disponibilidade de recursos financeiros, capacidade da U.P. (terra, irrigação, etc) e na aceitação do produto no mercado. Percebe-se, neste caso, que são a capacidade de acumulação de dinheiro ou o crédito bancário e as condições internas da U.P. os fatores determinantes para a inovação. O mercado influencia e coloca novas exigências para o produtor, porém responder a tais exigências depende destes fatores levantados acima.

Finalmente, é importante lembrar que as entrevistas foram dirigidas às U.P.F.R.'s, pois o nosso interesse era conhecer melhor aquilo que tem se constituído no objeto de estudo desta dissertação. Entendemos que é fundamental o contato direto

com estes produtores, pois sem ele não seria possível compreender alguns elementos que aparecem nos vários estudos teóricos sobre esse tema.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi investigar, ao nível teórico, o comportamento do produtor familiar rural no M.P.C. e também observar alguns elementos, ao nível empírico, sobre o produtor familiar da serra da Ibiapaba. A questão teórica que permeou este estudo se refere a inserção da U.P.F.R. no setor agrário face o processo de modernização deste setor sob o M.P.C. Mais especificamente, nossa preocupação foi compreender os impactos que este processo suscita na U.P. e, a partir destes impactos, as tendências das relações sociais de trabalho e de produção nestas U.P.'s.

Iniciamos fazendo uma recuperação da literatura sobre o debate travado entre os populistas e marxistas na Europa, no século XIX, sobre a questão agrária. Foi possível observar que o ponto central destes estudos era a questão camponesa, ou seja, o comportamento e o destino do camponês no M.P.C. No geral, os marxistas tratam esta questão à luz do desenvolvimento das sociedades capitalistas e, nesse sentido, compreendem que a lógica desse modo de produção dita os rumos das transformações da sociedade e, em particular, do setor agrícola e do camponês.

De acordo com esse entendimento, a tendência das relações sociais de trabalho e de produção seriam as pressupostas pelo M.P.C., ou seja, o capital só se diferenciaria pelo ramo em que se acha investido. O camponês sofreria um processo de

desintegração e passaria a ser parte integrante das classes empresarial e proletária.

Os populistas compreendem que o camponês organiza a produção segundo uma lógica própria, portanto as relações de trabalho e de produção são diferentes das pressupostas pelo M.P.C. Além destes elementos, a ausência das categorias lucro e salário implica que não se pode entender as questões específicas da unidade de produção camponesa tomando como referencial os supostos do M.P.C.

Acreditamos que um estudo sobre a U.P.F.R. necessita tanto dos argumentos marxistas como dos populistas, apesar das posições serem divergentes e terem referenciais teóricos diferentes. Entendemos que as transformações do setor agrário sob o M.P.C. devem ser compreendidas à luz das análises marxistas. Também, pensamos que estas transformações impactam o comportamento das U.P.F.R.'s e que tudo isto é muito bem explicada nestas análises.

Entretanto, não podemos esquecer que estas U.P.'s guardam determinadas especificidades que, mesmo sob o M.P.C., guardam determinadas especificidades que são melhores analisadas pelos populistas. Entendemos que este é o ponto fundamental da questão agrária e, nesse sentido, é indispensável uma avaliação dos aspectos intrínsecos ou microeconômicos. Dessa forma, pensamos que os argumentos populistas e marxistas devem ser considerados, quando do estudo da U.P.F.R.; isto garantiria um estudo mais abrangente sobre estas U.P.'s.

Concluída esta recuperação, fizemos uma síntese sobre os estudos formulados sobre esta questão que têm como referencial a América Latina. Não obstante o avanço que se assiste na compreensão da questão agrária, não podemos dizer que ocorra muitas inovações em termos de formulações. Em parte, isto é decorrente da forte vinculação dessas formulações com as "leis tendenciais". Isto é, persiste o entendimento da questão agrária, ou da "questão do produtor familiar", no contexto das transformações e do comportamento do setor agrário; tendo como base as "leis tendenciais" elaboradas no século XIX.

Acreditamos que isto tem impedido um melhor equacionamento dessa questão, tornando-a mal resolvida, pois escamoteia-se o estudo do produtor familiar em nome das questões gerais. Nesse contexto, essa questão é reduzida a um problema de viabilidade econômica, onde compara-se as "leis tendenciais" entre si e foge-se do confronto entre teoria e realidade.

Entendemos que qualquer que seja o estágio de desenvolvimento do M.P.C., não há como pensar o setor agrário sem considerar como determinante as condições da natureza e o conhecimento do produtor familiar rural sobre a agricultura. Julgamos que as vantagens que se pode obter operando em grande escala as atividades ligadas à produção agrícola, não inclui a agricultura propriamente dita.

Nesse sentido, ressaltamos que não estamos questionando o processo de transformação do "agro"; apenas (re)afirmamos a necessidade de considerar as especificidades das U.P.F.R.'s.

Estes elementos, também, estão presentes nas análises de alguns intelectuais brasileiros. De certa forma, a idéia de que um estudo sobre o produtor familiar rural implica, necessariamente, em aceitação de apenas uma das formulações referendadas no debate do século passado se cristalizou no pensamento dos estudiosos.

Finalmente, buscamos verificar o comportamento destes produtores na serra da Ibiapaba, através de dados censitário, da CEPA-CE e entrevistas diretas. Definimos o conceito de U.P.F.R. que se iria trabalhar, quando estudamos os dados da CEPA e na pesquisa direta. Verificamos que este produtor tem se integrado ao mercado de produtos, fatores de produção, trabalho, crédito, etc. Isto tem implicado em transformação destes produtores que buscam se adequar aos requerimentos do mercado.

A despeito destes fatos, as relações sociais de trabalho e de produção não ocorrem como o suposto pela lógica formal do M.P.C. A lógica que orienta as decisões de que, como e quanto produzir, embora influenciadas pelo mercado, tem como principal referencial a reprodução da família e da U.P. Assim, no lugar da desintegração temos assistido um processo de potencialização de um grupo de produtores, sem que isto implique em sua transformação em empresário capitalista.

Muito embora o estudo realizado sobre os produtores familiares da serra da Ibiapaba não tenha representatividade, a sua realização foi muito importante, pois nos permitiu ter uma melhor compreensão de alguns aspectos abordados na parte teórica desta dissertação. Enfim, acreditamos que o contato direto com o

produtor nos coloca uma série de elementos novos e questionadores.

This thesis aims at studying the behavior of and the changes in the family-based rural unit of production in the capitalist mode of production. Specifically, this study seeks, at the theoretical level, to recover the debate between Marxists and Populists in the 19th century and to understand the consequences of this debate for Latin America and for Brazil.

Firstly, the Marxist and the Populist approaches on the agrarian question and on the peasant question are presented. Basically, the focus is on the process of development and on the changes in the agrarian sector in the capitalist mode of production. In this approach, some aspects are stressed, such as: the trends of the capitalist development process in regard to the permanency or extinction of the peasant units of production; different views on how these units are integrated to the agrarian sector as a whole; the specific characteristics of these production units; etc.

In the second place, the peculiarities of the economic development process in Latin America are approached, emphasizing the agrarian sector. This chapter also discusses the structuralist thought, held by CEPAL; the views of the so-called "campesinistas" and "descampesinistas" on the Latin-American agrarian sector; and modernization theory. This discussion emphasizes, overall, the role of the peasant unit of production in the context of the economic development process in Latin-American societies, especially in the agrarian sector.

Thirdly, a study of Brazilian reality is presented, focusing mainly on the Center-South Region, concerning the behavior of and the changes in the agrarian sector, specially after 1960. Also stressed is the view of Brazilian thinkers on the role of the family-based rural production unit in the process of change undergone by the sector. Thus, the theoretical issues previously raised are reconsidered in the light of specific questions concerning Brazil.

Fourthly, a study on the Northeast Region is carried out, since changes in the agrarian sector here have peculiar connotations. Such study considers both the factors that promote those changes and the factors that prevent them.

The final chapter presents the findings of a research on the family-based unit in Serra da Ibiapaba, a micro-region of the state of Ceará, located in Northeast Brazil. This research used census data, data gathered by the state agency CEPA in 1978, and collected by the author in 1987. The information thus obtained shows the specific characteristics of those production units and their articulation with the markets of production factors, of products, and of credit.

BIBLIOGRAFIA

ARICÓ, José (comp.) Correspondência, 1868-1895: Karl Marx, Nikolai F. Danielsón, Friedrich Engels. - México: Siglo Veintiuno 1981.

BARTRA, R. Estructura agrária y classes sociales en México. México: Ed. Era, 1974. (Série Popular)

---- La teoria del valor y la economia campesina: invitación a la lectura de chayanov. Comercio exterior. vol.25, n.5, mayo, 1975.

BCME-BIBLIOTECA

BRASIL/MINTER/SUDENE. Modernização regional em curso: 30 anos de SUDENE.-Recife, 1990.

BURSTYN, M. O Poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste.-Petrópolis: vozes, 1984.

CARNEIRO, R. de M. Capitalismo e pequena produção na agricultura.- Campinas: UNICAMP, 1978.(Tese de mestrado)

CARVALHO, O. de. O Nordeste semi-árido: questões de economia política e de política econômica.- Campinas: UNICAMP, 1985. (Tese de doutorado)

- CHAYANOV, V. A. The theory of peasant economy. Edited by Daniel Thorner, Basile Kerblay, R. E. F. Smith. - Homewood: The American Economic Association, 1966.
- CORDOVEZ, L. L. Crisis de ajuste y agricultura. Revista de la Cepal. n.33, dec., 1987.
- FILHO, R. Ferreira Desenvolvimento capitalista e diferenciação de pequenos produtores. - Fortaleza, 1986 (mimeo).
- FURTADO, C. Teoria e política do desenvolvimento econômico. - São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- BCME-BIBLIOTECA**
- Formação econômica do Brasil.- 16 ed.- São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- FRIEDMANN, H. Household production and the nacional economy: concepts for the analysis of agrarian formations. The journal of peasant studies. vol7, n.2, jan., 1980.
- World market state and family farm: social bases of household production in the era of wage labor. Comparative studies in society and history. n.20, vol.4, oct., 1978.
- GRAZIANO, J. da Silva Do complexo agrário ao complexo agroindustrial. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA

RURAL. 26, Fortaleza, 1988. Anais... Fortaleza, SOBER, 1988.

---- Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.- São Paulo: Hucitec, 1981.

---- Mas, qual reforma agrária? Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. ano 17, n.2, abr\jun. 1987.

GTDN. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. 2 ed.- Recife: SUDENE, 1967.

GUIMARÃES NETO, L. Introdução a formação econômica do Nordeste.- Recife: Massagana, 1989.

BCME-BIBLIOTECA

HEGEDÚS, A. A questão agrária (s. n. t)

HEYNG, Klaus Principales enfoques sobre la economía campesina. Revista de la Cepal, n.16, abr, 1982.

KAUTSKY, K. A questão agrária.- Rio de Janeiro: Ed. laembert, 1968.

LACERDA, G. Narciso de. Capitalismo e produção familiar na agricultura brasileira.-São Paulo: IPE/USP, 1985.

LEHMANN, D. Ni Chayanov ni Lênin: Aputes sobre la teoria de la

economia campesina. Estudios Rurales Latinoamericanos.  
Colombia, vol.3, n.1, 1980.

LÊNIN, V. Ilich. Desenvolvimento capitalista na Rússia: o  
processo de formação do mercado interno para a grande  
indústria.- 2 ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NIKOLITCH, R. Family operated farms: their compatibility with  
technological advance. AJAE, vol.51, n.3, aug., 1969.

MANDEL, A. Questão agrária na América latina. (mimeo)

---- Política agrícola, eficiência e concentração na agricultura  
brasileira: um estudo do setor canavieiro paulista.- São Paulo;  
IPE/USP, 1985.

MANTEGA, G. A economia política brasileira. - Petrópolis:  
Polis/Vozes, 1984.

MANTINS, J. de Souza. O cativo da terra.- São Paulo: Hucitec,  
1986.

---- A Reforma agrária e os limites da democracia na "nova  
república".- São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, K. O capital, crítica a economia política.- São Paulo: Nova

Cultura, 1986. vol.I, livro I, vol.3, livro III.

---- O Capital, crítica a economia política.-São Paulo: Nova Cultural, 1986. vol.III, Livro III.

MELLO, J. M. Cardoso de. O capitalismo tardio.- 3 ed.- São Paulo: Brasiliense, 1984.

OLIVEIRA, F. de. A economia brasileira: crítica à razão dualista.- Petrópolis: Vozes, 1987.

---- A economia da dependência imperfeita.- Rio de Janeiro: Graal, 1977.

BCME-BIBLIOTECA

---- Elegia para uma re(li)gião. - Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

OLIVEIRA, F. de, REICHSTUL, H. P. Mudança na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. Estudos CEBRAP.-São Paulo: Ed. Brasileira de ciências, 1973.

ORTEGA, E. La agricultura campesina in america latina. Revista de la Cepal. n.16, abril, 1982.

PREBISH, R. Dinâmica do desenvolvimento econômico latino americano.- Rio de Janeiro: Fondo del Cultura, 1964.

- SÀ JÚNIOR, F. O Desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. São Paulo, Ed. Brasiliense/CEBRAP, 1976.
- SANDRONI, P. Questão agrária e campesinato: a "funcionalidade" da pequena produção mercantil.-São Paulo: Polis, 1980.
- SHANIN, T. Coletivização na União Soviética. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. vol.19, n.3, dez\mar. 1990.
- SCHEIFTMAN, A. Economía campesina: lógica, articulación y persistência. Revista de la Cepal.n.11, agosto, 1980.
- SCHULTZ, T. W. A transformação da agricultura tradicional.- Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- SMITH, R. A dinâmica da economia escravista colonial: a hegemonia do capital mercanatil.1988. (mimeo)
- SILVA, J. Gomes da. A agricultura socialista em tempos de perestroika. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. vol.19, n.3, dez/mar. 1989/90.
- SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. -

BCME-BIBLIOTECA

Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

STANTON, B. F. Perspective on farm size. AJAE .vol.60, n.2, dez, 1978.

RAUP, P. Corporate farming in the United States. The Journal of Economic History. v. 33, n.1, mar, 1973.

WANDERLEY, M. de N. Trajetória social e projeto de autonomia familiares de algodão da região de Campinas. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 26, Fortaleza, 1988. Anais... Fortaleza, SOBER, 1988.

WILKINSON, J, SORJ, B. & GOODMAN, D. E. Agroindústria, políticas e estruturas rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. Revista de Economia Política. vol.5, n.4, Out/Dez, 1985.

BCME-BIBLIOTECA

ANEXOS

BCME-BIBLIOTECA

TABELA I - Distribuicao dos Estabelecimentos Agricolas, Segundo a Superficie Total: Ceara 1970.

CLASSE DE AREA	ESTABELECEMENTOS		AREA TOTAL	
	TOTAL (ha)	No.	%	1000 ha
- 5	79.503	32,42	190,0	1,57
5 - 10	40.543	16,54	280,8	2,32
10 - 20	38.958	15,89	541,1	4,47
20 - 50	41.459	16,91	1.300,0	10,74
50 - 100	21.413	8,73	1.485,0	12,27
100 - 200	12.556	5,12	1.730,7	14,30
200 - 500	7.466	3,04	2.232,7	18,45
500 - 1000	2.054	0,84	1.404,3	11,60
1000 - 2000	815	0,33	1.108,7	9,16
2000 - 5000	339	0,14	990,3	8,18
5000 - 10000	63	0,03	405,9	3,35
10000 +	25	0,01	434,4	3,59
TOTAL	245.194	100,00	12.103,9	100,00

FONTE: Censo Agropecuario - Ceara 1970. Pg. 20/21, Quadro 11.

TABELA II - Pessoas Empregadas por Categoria nos Estabelecimentos ate 100 ha: Ceara 1970.

CATEGORIAS	PESSOAS EMPREGADAS	%
FAMILIARES	742.237	72,6
EMPREGADOS PERMANENTES	23.405	2,3
EMPREGADOS TEMPORARIOS	135.600	13,3
PARCEIROS	48.164	4,7
OUTRAS CATEGORIAS	72.304	7,1
TOTAL	1.021.710	100,0

FONTE: Censo Agropecuario - Ceara. Pg. 26/27/28/29, Quadro 15.

TABELA III - Distribuicao dos Estabelecimentos Agricolas, Segun  
do a Superficie Total: Ceara 1980.

CLASSE DE AREA	ESTABELECIMENTOS		AREA TOTAL	
	TOTAL (ha)	No.	%	1000 ha
- 5	77.505	31,5	187	1,6
5 - 10	40.178	16,4	275	2,3
10 - 20	39.762	16,2	544	4,6
20 - 50	42.290	17,2	1.311	11,2
50 - 100	22.393	9,1	1.554	13,2
100 - 200	12.768	5,2	1.729	14,7
200 - 500	7.548	3,1	2.260	19,2
500 - 1000	2.155	0,9	1.472	12,5
1000 - 2000	712	0,3	949	8,1
2000 - 5000	304	0,1	876	7,5
5000 - 10000	58	0,0	365	3,1
10000 +	14	0,0	221	1,9
TOTAL	245.687	100,0	11.743	100,0

FONTE: Censo Agropecuario - Ceara 1970. Pg. 20, Quadro 18.

BCME-BIBLIOTECA

TABELA IV - Pessoas Empregadas por Categoria nos Estabelecimen-  
tos ate 100 ha: Ceara 1980.

CATFGORIAS	PESSOAS EMPREGADAS	%
FAMILIARES	644.859	75,2
EMPREGADOS PERMANENTES	53.678	6,3
EMPREGADOS TEMPORARIOS	137.647	16,0
PARCEIROS	18.906	2,2
OUTRAS CATEGORIAS	2.973	0,3
TOTAL	858.063	100,0

FONTE: Censo Agropecuario - Ceara 1980. Pg. 30/31/32/33.

TABELA V - Participação dos Estabelecimentos de Menos 100 ha. Ceará 1980.

INDICADORES	% Sobre o Total dos Estabelecimentos			
	-10ha	10 a 100ha	100ha	100 a 1000ha
Valor da Produção Animal	2,0	39,4	41,4	32,3
Valor da Produção Vegetal	21,5	41,3	62,8	29,9
Numero de Tratores	2,9	22,2	25,1	50,2
Despesas Financeiras	6,5	27,7	34,2	47,0
Valor dos Financiamentos	6,9	29,3	36,2	48,8
Area Total	3,9	29,0	32,9	46,5
Aduos	48,9	38,7	87,6	11,2
Defensivos	34,6	50,8	85,4	13,7
Praticas de Conservação do solo	38,4	45,6	84,0	14,4

FONTE: Censo Agropecuario - Ceará 1980. Pg. 40/52/54/55/60.

TABELA VI - Distribuição dos Estabelecimentos Agrícolas, Segundo a Superfície Total: Ibiapaba 1970.

CLASSE DE AREA	ESTABELECIMENTOS		AREA TOTAL	
	TOTAL (ha)	No.	%	1000 ha
- 5	4.433	36,5	10,5	3,0
5 - 10	2.375	19,5	17,0	4,8
10 - 20	2.153	17,7	30,4	8,6
20 - 50	1.947	16,0	60,1	17,0
50 - 100	698	5,7	47,3	13,4
100 - 200	308	2,5	43,6	12,3
200 - 500	151	1,2	46,2	13,1
500 +	84	0,7	98,2	27,8
TOTAL	12.149	100,0	353,3	100,0

FONTE: Censo Agropecuario - Ceará 1970. Pg. 144/145/1446,

TABELA VII - Pessoas Empregadas por Categoria nos Estabelecimentos da Ibiapaba 1970.

CATEGORIAS	PESSOAS EMPREGADAS	%
FAMILIARES	45.697	69,4
EMPREGADOS PERMANENTES	505	0,8
EMPREGADOS TEMPORARIOS	17.282	26,2
PARCEIROS	2.169	3,3
OUTRAS CATEGORIAS	203	0,3
TOTAL	65.856	100,0

FONTE: Censo Agropecuario - Ceara. Pg.

BCME-BIBLIOTECA

TABELA VIII - Distribuicao dos Estabelecimentos Agricolas, Segundo a Superficie Total: Ibiapaba 1980.

CLASSE DE AREA	ESTABELECEMENTOS		AREA TOTAL		
	TOTAL (ha)	No.	%	1000 ha	%
- 5		4.668	35,7	11,9	3,1
5 - 10		2.529	19,3	17,3	4,5
10 - 20		2.398	18,3	32,3	8,4
20 - 50		2.081	15,9	61,5	16,0
50 - 100		789	6,0	52,9	13,8
100 - 200		357	2,7	47,6	12,4
200 - 500		171	1,3	50,1	13,1
500 - 1000		47	0,4	32,0	8,3
1000 - 2000		29	0,2	38,4	10,0
2000 - 5000		10	0,1	29,6	7,7
5000 +		2	0,0	10,2	2,7
TOTAL		13.081	100,0	383,8	100,0

FONTE: Censo Agropecuario - Ceara 1970. Pg. 144/145/1446,

TABELA IX - Pessoas Empregadas por Categoria nos Estabelecimentos da Ibiapaba.

CATEGORIAS	PESSOAS EMPREGADAS	%
FAMILIARES	42.274	70,3
EMPREGADOS PERMANENTES	3.794	6,3
EMPREGADOS TEMPORARIOS	12.412	20,6
PARCEIROS	1.648	2,7
OUTRAS CATEGORIAS	39	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>60.167</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Censo Agropecuario 1980 - Ceara. Pg. 258/259/260/261.

TABELA X - Participacao Relativa das Microregioes do Ceara em Algumas Categorias Importantes.

MICROREGIAO	IFERTILI-IDEFEN- IPRATICAS DEIVALOR DAIVALOR DAIDESPESASIVALOR DOSITRATO-I		ICONSERVACAOIPRODUCAOIPRODUCAOI FINAN- IFINANCIA-I		I			
	IZANTES %	XISIVOS %	DO SOLO	ANIMAL	VEGETAL	CEIRAS	MENTOS	RES %
Litoral Camocim e Acarau	6,1%	3,0%	2,5%	2,2%	5,1%	2,9%	1,8%	1,2%
Baixo Medio Acarau	2,3%	1,8%	0,3%	1,6%	1,4%	1,2%	1,0%	0,3%
Uruburetama	10,1%	7,2%	11,9%	7,4%	8,7%	7,5%	7,9%	7,4%
Ibiapaba	16,6%	4,4%	12,0%	1,4%	5,3%	10,0%	2,7%	4,5%
Sobral	4,8%	6,4%	3,5%	7,7%	2,8%	3,2%	2,6%	2,3%
Sertao de Caninde	1,0%	3,4%	4,6%	3,1%	1,7%	3,5%	4,4%	2,6%
Ibiapaba Meridional	8,0%	2,4%	0,7%	1,3%	2,5%	1,5%	2,1%	1,4%
Sertoos de Crateus	0,5%	7,5%	6,2%	5,3%	3,5%	4,2%	6,0%	9,2%
<b>NORDESTE CEARENSE</b>	<b>42,2%</b>	<b>35,9%</b>	<b>41,8%</b>	<b>30,0%</b>	<b>31,0%</b>	<b>34,1%</b>	<b>28,6%</b>	<b>28,9%</b>
Fortaleza	9,3%	3,0%	2,3%	20,0%	3,5%	12,4%	4,5%	6,0%
<b>FORTALEZA</b>	<b>9,3%</b>	<b>3,0%</b>	<b>2,3%</b>	<b>2,0%</b>	<b>3,5%</b>	<b>12,4%</b>	<b>4,5%</b>	<b>6,0%</b>
Litoral de Pacajus	7,2%	1,5%	0,5%	4,2%	4,0%	4,4%	3,8%	6,7%
Baixo Jaguaribe	11,9%	7,8%	9,0%	6,1%	7,3%	7,7%	9,2%	9,6%
Serra de Baturite	6,8%	4,5%	6,3%	2,1%	7,8%	3,5%	3,1%	4,7%
Sertoos de Quixeramobim	2,6%	6,7%	10,2%	7,7%	6,3%	8,2%	9,7%	9,7%
Sertoos de Senador Pompeu	0,7%	5,8%	1,8%	4,2%	6,1%	3,3%	4,6%	4,8%
Medio Jaguaribe	2,7%	1,9%	3,2%	2,8%	1,4%	3,3%	3,2%	2,0%
Serra do Pereiro	0,3%	1,4%	0,9%	1,4%	1,1%	1,4%	2,2%	0,8%
<b>CENTRO LESTE CEARENSE</b>	<b>32,2%</b>	<b>29,7%</b>	<b>31,9%</b>	<b>28,5%</b>	<b>34,0%</b>	<b>31,6%</b>	<b>36,0%</b>	<b>32,8%</b>
Sertoos de Inhamuns	0,8%	5,7%	5,7%	4,3%	5,0%	3,5%	5,8%	2,2%
Iguatu	5,4%	6,3%	4,9%	4,5%	7,5%	4,4%	6,0%	7,0%
Sertao de Salgado	3,1%	4,4%	3,3%	2,5%	9,3%	2,6%	4,6%	3,4%
Serrana de Caririacu	0,5%	3,8%	1,7%	2,5%	2,8%	2,6%	3,4%	1,8%
Sertao do Cariri	1,3%	4,8%	3,8%	3,3%	5,9%	4,0%	5,4%	6,0%
Chapada do Araripe	0,6%	3,6%	0,7%	1,4%	2,5%	1,4%	2,3%	1,8%
Cariri	4,1%	2,5%	3,6%	3,0%	4,3%	3,1%	3,4%	4,6%
<b>SUL-CEARENSE</b>	<b>15,8%</b>	<b>31,2%</b>	<b>23,7%</b>	<b>21,5%</b>	<b>31,3%</b>	<b>21,6%</b>	<b>31,0%</b>	<b>26,8%</b>

FONTE: Censo Agropecuario 1980 - Ceara.

TABELA XI

Numero de UP's Segundo o Grupo a que Pertencem

GRUPOS	Nos. de UP's	% de UP's do Grupo
1	8	12,70
2	1	1,60
3	37	58,70
4	17	27,00
TOTAL	63	100,00

TABELA XII

Participacao de Parceiros e Trabalhadores  
Temporarios por Grupos de UP's

BCME - BIBLIOTECA

OCUPACAO	Grupo 3	Grupo 4
Parceiros	13,00	12,70
Trab. Temp.	21,00	1,60
% de Parceiros	35,14	58,70
% de Trab. Temp.	64,86	27,00

TABELA XIII

Relações de Trabalho Fora da UP Segundo  
o Grupo de UP's

OCUPACAO	Grupo 2	Grupo 3
Parceria	-	13
Trab. Temp.	1	4
% de Parceria	0,00	76,47
% de Trab. Temp.	100,00	23,53

TABELA XIV

Tipo de Culturas por Grupos de UP's

GRUPOS	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Subsistencia	5	1	27	12
Comercial	4	0	32	14
Mista	2	0	10	4
% de UP's que Exploram Subsistencia	64,50	100,00	64,86	70,59
% de UP's que Exploram Comercial	50,00	0	89,49	82,35
% de UP's que Exploram Mistas	25,00	0	27,03	23,53

TABELA X.V

Tipo de Culturas Exploradas por Parceiros Segundo o Grupo de UP's

GRUPOS	Grupo 3	Grupo 4
Subsistencia	23	3
Comercial	5	1
Mista	12	0
X de UP's que Exploram Subsistencia	57,50	42,86
X de UP's que Exploram Comercial	12,50	57,14
X de UP's que Exploram Mistas	30,00	0,00

ELIEME-BIBLIOTECA

TABELA XVI

Tipo de Culturas Exploradas como Parceiro/Fora da UP

TIPOS DE CULTURAS	Grupo 4
Subsistencia	10
Mista	17
Comercial	1
% Subsistencia	32,26
% Mista	54,84
% Comercial	12,90

TABELA XVII

Frequencia da Finalidade da Producao Segundo o Tipo de Cultura

FREQUENCIA	CULTURA COMERCIAL	CULTURA MISTA
Consumo	18	0
Venda	58	7
Consumo e Venda	81	42
% de Consumo	11,46	0
% de Venda	36,94	14,29
% de Consumo e Venda	51,60	85,71

BCME-BIBLIOTECA

TABELA XVIII

Participacao no Mercado de Produtos Segundo o Tipo de Cultura

PARTICIPACAO	Nos de UP's	% de UP's
Nenhuma	7	11,11
Comercial	24	38,10
Mista	6	9,52
Comercial e Mista	26	41,27
Total	63	100,00

TABELA XIX

Participação no Mercado de Produtos por Tipo de Cultura e Segundo o Grupo de UP's

PARTICIPACAO	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Nenhuma	3	1	3	0
Comercial	1	0	16	9
Mista	3	0	17	4
Comercial e Mista	1	0	1	4
X de Nenhuma	37,50	100,00	8,11	0
X de Comercial	12,50	0	43,24	52,94
X de Mista	37,50	0	45,95	23,53
X de Comercial e Mista	12,50	0	2,70	23,53

BCME-BIBLIOTECA

TABELA X X

Frequencia dos Equipamentos Basicos Segundo os Grupos de UP's

TIPO DE EQUIPAMENTOS	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	TOTAL
1	40	5	444	157	646
2	15	0	201	74	290
3	16	0	125	48	189
4	1	0	10	0	11
5	0	0	0	3	4
6	0	0	4	0	4
% do Equipamento 1	6.19	0.77	68.73	24.30	100
% do Equipamento 2	5.17	0.00	69.31	25.52	100
% do Equipamento 3	8.47	0.00	66.14	25.40	100
% do Equipamento 4	9.09	0.00	90.91	0.00	100
% do Equipamento 5	0.00	25.00	0.00	75.00	100
% do Equipamento 6	0.00	0.00	100.00	0.00	100

## TABELA XXI

Frequencia da Participacao dos Equipamentos nas UF's Segundo o Grupo a que Pertencem

TIPO DE EQUIPAMENTOS	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
1	5.00	5.00	12.00	9.20
2	1.90	-	5.43	4.35
3		-	3.79	
4	0.13	-	0.27	-
5	-	1.00	-	0.18
6	-	-	0.11	-

BCME-BIBLIOTECA

## TABELA XXII

Frequencia das Maquinas Segundo o Grupo de UP's

TIPO DE MAQUINAS	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	TOTAL
1	-	-	10	2	12
2	-	-	11	-	11
3	-	-	13	4	17
4	-	-	7	2	9
5	-	-	0	0	0
6	-	-	2	0	2
% de Maquinas 1	-	-	83.00	16.67	100.00
% de Maquinas 2	-	-	100.00	-	100.00
% de Maquinas 3	-	-	76.47	23.53	100.00
% de Maquinas 4	-	-	77.78	22.22	100.00
% de Maquinas 5	-	-	-	-	100.00
% de Maquinas 6	-	-	100.00	-	100.00

BCME-BIBLIOTECA

## TABELA XXIV

Frecuencia dos Bens de Consumo Segundo o Grupo de UP's

TIPO DE BENS DE CONSUMO	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	TOTAL
1	-	-	6	3	9
2	7	-	35	16	58
3	-	-	-	-	-
4	7	1	36	16	60
5	2	-	12	2	16
6	-	-	-	-	-
7	-	-	3	2	5
% de Bens de Consumo 1	-	-	66,66	33,33	100,00
% de Bens de Consumo 2	12,07	-	60,34	27,59	100,00
% de Bens de Consumo 3	-	-	-	-	-
% de Bens de Consumo 4	11,67	1,66	60,00	26,67	100,00
% de Bens de Consumo 5	12,50	-	75,00	12,50	100,00
% de Bens de Consumo 6	-	-	-	-	-
% de Bens de Consumo 7	-	-	60,00	40,00	100,00

TABELA XXV

OPCAO PELOS AGENTES DE COMERCIALIZACAO  
SEGUNDO OS GRUPOS DE UP'S

TIPOS DE AGENTES	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3	GRUPO 4
1	20.00	-	72.12	64.29
2	50.00	-	23.00	14.29
3	20.00	-	1.92	2.38
4	-	-	1.92	9.52
5	-	-	-	-
6	-	-	0.96	9.52
7	10.00	100.00	-	-
8	-	-	-	-
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00

BCME - BIBLIOTECA

TABELA XXVI

ORIGEM DOS EMPRESTIMOS	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3
BANCOS		71,43	28,57
TERCEIROS(1)	25,00	50,00	25,00

NOTA: (1) Pessoas Fisicas.